

Cadernos  
de  
Clio

**Revista Cadernos de Clio**  
Publicação PET História UFPR

**Corpo Editorial**

Dennison de Oliveira (Presidente), Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Mariana Mehl Gralak, Mayume Christine Minatogawa,  
Thaís Cattani Perroni

**Conselho Consultivo**

Alexandre Cozer (Universidade Federal do Paraná)  
Carmen Kummer (Universidade Federal do Paraná)  
Denilton Novais Azevedo (Universidade Estadual de Maringá)  
Felipe Bastos (Unicamp)  
Juslaine Nogueira (Universidade Federal do Paraná)<sup>1</sup>  
Karina Bellotti (Universidade Federal do Paraná)  
Lourdes Conde Feitosa (Universidade Federal de São Paulo)  
Marcos Gonçalves (Universidade Federal do Paraná)  
Marion Brephohl (Universidade Federal do Paraná)  
Nadia Gonçalves (universidade Federal do Paraná)  
Priscila Vieira (Universidade Federal do Paraná)  
Sissi Pereira (Universidade Federal do Paraná)  
Suellen Precinotto (Universidade Federal do Paraná)

---

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
VENDA PROIBIDA

# Cadernos de Clio

V. 8, N<sup>º</sup>. 1, 2017, PET – História UFPR

**Endereço para correspondência**

Rua General Carneiro, nº 460, 6º andar, sala 605  
Centro – Curitiba – Paraná – Brasil  
CEP: 80060-150  
E-mail: [cadernosdeclio@gmail.com](mailto:cadernosdeclio@gmail.com)  
*Cadernos de Clio* online: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/clio>

**Projeto gráfico, capa e lombada:**

Bruna Trautwein Barbosa

**Editoração, editorial:**

Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Mariana Mehl Gralak, Mayume  
Christine Minatogawa, Thaís Cattani Perroni

**Diagramação:**

Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Mariana Mehl Gralak, Mayume  
Christine Minatogawa, Thaís Cattani Perroni

**Referência de Capa e Contracapa:**

Adaptação da obra de Steve Johnson

*Blue, White and Orange Abstract Painting*, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS. BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

---

REVISTA Cadernos de Clio / PET de História UFPR; projeto gráfico, capa e lombada: Bruna Trautwein Barbosa; editoração, editorial e diagramação Lauriane Rosa, Lucas Engel Sacht, Mariana Mehl Gralak, Mayume Christine Minatogawa, e Thaís Cattani Perroni, v.1 (2010- ). Curitiba, PR : PET História UFPR , 2017.

v.7, n. 1, 2017

Semestral (a partir do primeiro semestre de 2015)

ISSN: 2237-0765

ISSN: 2447-4886 (on line)

1. História - periódicos. 2. História - Estudo e ensino. 3. Historiografia - Divulgação científica. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. II. Barbosa, Bruna Trautwein. III. Rosa, Lauriane. IV. Sacht, Lucas Engel. V. Gralak, Mariana Mehl . VI. Minatogawa, Mayume Christine . VII. Perroni, Thaís Cattani.

CDD 907

---

Guilherme Luiz Cintra Neves - CRB9/1572

## **Editorial**

É com imenso orgulho que o PET-História-UFPR apresenta mais uma edição da revista Cadernos de Clio. Com enorme satisfação chegamos ao oitavo ano de publicação dessa revista.

Nesta edição, apresentamos cinco artigos e duas resenhas de temáticas variadas, abarcando diversas temporalidades e objetos de estudos. Um aspecto em especial nos traz bastante satisfação: a diversificação de origens dos artigos e resenhas. Neste número, temos artigos provenientes de universidades diferentes, espalhadas pelo Brasil, demonstrando a relevância da revista Cadernos de Clio.

O artigo que abre esta edição, “As relações de apropriação do passado celta e da figura de Boadiceia”, de **Thaís Cattani Perroni e Pricyla Weber**, procura analisar como a religião celta foi ressignificada ao longo dos séculos.

Na sequência, o artigo “Entre o sentimento religioso e o racional: Experiência de estágio sobre o povo hebreu e independência dos Estados Unidos”, de autoria de **Gabriel Irinei Covalchuk**, analisa o papel do professor dentro da sala de aula, bem como a maneira que as normas do NRE (Núcleo Regional de Educação) afetam os conteúdos ministrados.

O terceiro artigo dessa edição de Cadernos de Clio tem como título “Feminismo e empoderamento da mulher na sociedade brasileira”. Neste, a autora, **Wédja Roberta Moura Matias**, trabalha com a história do movimento feminista no Brasil, principalmente elementos que en-

volvam subsídios de empoderamento, além de procurar descrevê-los sob uma ótica feminista.

No artigo seguinte, “O cinema, as transformações históricas e o filme *As Horas*”, **Mariana Fujikawa** analisa como as relações de gênero mostravam-se presentes nas personagens do filme *As Horas*.

Finalmente, o último título da seção de artigos é “Os conceitos de História de Marx e Engels, à Revolução Russa: consciência, vida material e luta de classes”, de **Lucas Tubino Pianta**, que investiga a atuação de Trotsky e Stalin enquanto historiadores.

Apresentamos também duas resenhas de publicações recentes, ambas sobre temas relacionados à história da África. **Eleonora Beatriz Ramina Apolinário, Giulia Aniceski Manfredini, Marcelo Augusto Farias Martins, Mariana Mehl Gralak, Rebeca Nogueira Vilodres** analisam o livro *A Consciência Histórica Africana*, organizado por Babacar Mbaye Diop e Doudou Dieng, enquanto a resenha de **Suellen Carolyne Precinotto** discorre sobre *Guerra Santa e Escravidão*: uma história da conquista colonial do Sudão (1881-1898), de Patricia Santos.

Por fim, temos a nota de pesquisa “Mais tesão, menos encucção”: O Lampião da Esquina e a homossexualidade no final da ditadura”, escrita por **Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia, Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Mariana Fujikawa**. Que apresenta alguns resultados da pesquisa coletiva sobre a revista Lampião da Esquina desenvolvida pelo grupo PET História UFPR no ano de 2016.

Esperamos que o primeiro número deste oitavo volume da revista Cadernos de Clio agrade aos leitores, sejam eles universitários ou não,

consolidando a revista como um espaço de discussão historiográfica de qualidade e espaço de divulgação de trabalhos de graduandos.

Lembramos também que a revista está aberta ao recebimento de artigos, resenhas e notas de pesquisa sob fluxo contínuo.

Boa leitura!

Outubro de 2018,  
Lucas Engel Sacht  
Mayume Christine Minatogawa



## **Sumário**

### **Artigos**

<b>AS RELAÇÕES DE APROPRIAÇÃO DO PASSADO CELTIA E DA FIGURA DE BOADICEA.....</b>	<b>11</b>
<b>ENTRE O SENTIMENTO RELIGIOSO E O RACIONAL: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SOBRE O POVO HEBREU E INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS .....</b>	<b>11</b>
<b>FEMINISMO E EMPODERAMENTO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA .....</b>	<b>11</b>
<b>O CINEMA, AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E O FILME <i>AS HORAS</i>.....</b>	<b>11</b>
<b>OS CONCEITOS DA HISTÓRIA DE MARX E ENGELS À REVOLUÇÃO RUSSA: CONSCIÊNCIA, VIDA MATERIAL E LUTA DE CLASSES .....</b>	<b>11</b>

### **Resenhas**

<b>DIOP, Babacar Mbaye; DIENG, Doudou (Org.). <i>A Consciência Histórica Africana</i>. Luanda: Edições Mulemba da Faculdade de Ciências sociais da Universidade Agostinho Neto, 2014, 220 p. ....</b>	<b>115</b>
---	------------

**SANTOS, P. Fé, Guerra e Escravidão: Uma história da conquista colonial do Sudão (1881-1898). São Paulo: Fap-Unifesp, 2013. ....115**

**Nota de Pesquisa**

**“MAIS TESÃO, MENOS ENCUCAÇÃO”: O LAMPIÃO DA ESQUINA E A HOMOSSEXUALIDADE NO FINAL DA DITADURA .....116**

**NORMAS EDITORIAIS.....142**



Artigo

# AS RELAÇÕES DE APROPRIAÇÃO DO PASSADO CELTA E DA FIGURA DE BOADICEA

## THE RELATIONS OF APPROPRIATION OF THE CELTIC PAST OF THE FIGURE OF BOADICEA

*Pricyla Weber<sup>1</sup>; Thais Cattani Perroni.<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar o como a religião celta foi ressignificada ao longo dos séculos e as motivações disso a partir da ferramenta crítica dos usos do passado. Por meio da análise da bibliografia sobre a trajetória da religião celta e sobre a figura de Boudicea, apresentamos uma análise crítica sobre a romantização dos elementos célticos e sobre a utilização do passado para legitimação política no presente.

**Palavras-chave:** Celtas; Druidas; Religião; Usos do Passado.

**Abstract:** The present work aims to analyze the main arguments, guidelines and questions about the discussions about the uses of the Roman past in the region of England and on the Celtic religion. Through the analysis of the literature on the trajectory of Celtic religion and the figure of Boudicea, we present a critical analysis on the romanticization of the Celtic elements and on the use of the past for political legitimization in the present.

**Keywords:** Celts; Druids; Religion; Uses of the Past.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Graduanda de História Memória e Imagem, pela Universidade Federal do Paraná. Possui experiência na área de história, com ênfase em história contemporânea e Oriente médio.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso História Bacharel e Licenciatura, pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do PET história UFPR. Possui experiência em história.

O presente artigo é uma versão ampliada do trabalho de conclusão da disciplina Tópicos Especiais de Historiografia sobre a Antiguidade. A proposta da disciplina era repensar os aspectos do mundo romano imperial a partir da reflexão sobre a chegada dos romanos à *Britannia*. Desse modo, o artigo apresentado tem por finalidade analisar o como a religião celta foi ressignificada ao longo dos séculos e as motivações disso. Para tanto, foi realizado o exame da bibliografia especializada procurando embasar a discussão acerca da temática de usos do passado.

Nesse trabalho, a discussão acerca dos acontecimentos europeus dos séculos XVIII e XIX são de suma importância, uma vez que, neste período, a consolidação dos Estados-nacionais enquanto entidade política passou a ser realidade. Partimos do pressuposto de que esta nova entidade não é natural (Hobsbawm: 1991: p. 30), pois o advento do nacionalismo fez aflorar uma necessidade de busca identitária para estreitar os laços de pertencimento entre pessoa, território e nação. Nesse sentido, a formação dos Estados-nação motivou a busca e utilização dos elementos do passado tanto a fim de legitimar as organizações presentes, quanto de forjar um passado grandioso que combinasse com as pretensões das potências do período.

Procuramos problematizar as repercussões desse nacionalismo na forma com a qual a história dos povos autóctones da Britannia Romana foi utilizada nos estudos historiográficos como forma de legitimação. Por exemplo, os Galeses promoveram um regresso até a antiguidade, para tentar comprovar, a autenticidade de sua identidade. Isso é realizado, muitas vezes, sem a aplicação de métodos científicos e com a utili-

zação e criação de narrativas que pretendem ser os mitos de origem de um povo grandioso. Ao pensar a utilização dos povos celtas nessa empreitada, o aspecto da escassez de fontes e a romantização de seus elementos ajudou a formatar uma imagem estereotipada que pouco condizia com esses povos mas dizia muito a respeito das pretensões políticas contemporâneas.

Com isso, nossa preocupação inicial foi analisar a representação da figura de Boudicea, líder dos Icenos que teve um importante papel de resistência à chegada romana. A partir disso, iniciamos a discussão a respeito de usos do passado, uma vez que essa líder foi uma importante figura para a criação da anglicidade. Tal discussão é pautada na identificação dos discursos construídos ao longo dos séculos para contar a história dessa mulher. Procuramos demonstrar que o modo como ela era apresentada mudava de acordo com a motivação política pela qual sua trajetória era revisitada. A seguir, abordamos a questão da religiosidade celta e as apropriações por qual ela passou no contexto do romantismo, situação que restringiu a pluralidade das relações e resultou na formação de um estereótipo irreal para esses povos.

### **Usos do passado: A religiosidade Celta e seus desdobramentos na contemporaneidade**

A trajetória de Boudicea é representativa no que concerne à análise dos usos do passado. Para tratar desta figura feminina, recorremos a Richard Hingley, pois esse autor se dedica, dentre outros temas, ao estudo do contato entre populações nativas e o Império Romano. Com isso,

e por meio de revisões teóricas e metodológicas, esse pesquisador questiona conceitos convencionais sobre o Império. Ao abordar Boudicea em “Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa” Hingley (2005) comenta que a tragédia da bretã recebeu adaptações dramáticas de autores eduardianos e argumenta, também, que tais adaptações têm relação direta com os acontecimentos do Império Britânico. Quanto a isto, deve-se ponderar que as produções artísticas e culturais não estão isentas de discussões políticas de seu período. Os acontecimentos históricos e políticos de determinadas épocas tornam possíveis certas formas de pensamento que não teriam razão em outras. A expressão de tais formas de pensamento em produções culturais e artísticas ajuda a moldar o imaginário de uma época. Desse modo, as adaptações da Boudicea têm razão e motivação na contemporaneidade e, sendo assim, não está a parte das movimentações políticas do Império Britânico.

Em sequência, Hingley afirma que a representação de figuras históricas como Boudicea no contexto britânico vai do século XVI até o princípio do século XIX. Tal período coincide com a formação do Estado moderno inglês e, posteriormente, do Estado nacional, com pretenções imperialistas. Nesse contexto, para a autoafirmação da nação, era de suma importância a exaltação de modelos de heróis nacionais. O passado foi esquadrinhado como um catálogo de personagens relevantes que foram apropriados segundo a necessidade política contemporânea. Desse modo, a história serviu como agente legitimador do presente, por meio de uma construção política direcionada.

Quando se trata dos povos celtas, todos esses assuntos são relacionados ainda a mais dois aspectos: a escassez de fontes e as apropriações que romantizam seus aspectos ao longo dos séculos e formaram um estereótipo muito pouco condizente com tais povos. As principais fontes textuais a respeito dos celtas foram escritas por autores gregos e romanos. A esse respeito, Le Roux e Guyonvarc'h (1999), pontuam que os gregos não se preocuparam em distinguir terminologias que estão relacionadas a denominações étnicas, pois essa é uma preocupação moderna. Porém, a maior inconveniência dos escritos antigos apontada pelos autores é a escassez de narrativas extensas, principalmente no que tange à religiosidade e, com isso, há muitas informações fragmentadas.

Esta fragmentação e escassez de documentação somada a romanização dos povos celtas ocasionou diversas apropriações da história e da religião desses povos. Durante a modernidade muitos sujeitos procuraram se atrelar aos celtas e aos druidas para construir um passado de glórias para suas nações. De acordo com Morgan:

Os celtas eram o reflexo das fantasias da época, e no País de Gales forneceram a uma nação oprimida e desesperadamente pequena, que pouco tinha de que se orgulhar na época, um passado magnífico, como consolo. (Morgan: 1997; p. 60)

Ainda, no que diz respeito a fontes para estudos da Antiguidade, deve-se analisar o papel da Arqueologia. As fontes arqueológicas muitas vezes apresentam panoramas mais amplos que os encontrados apenas nos textos e podem fornecer indícios de conflito e resistência, o que amplia e por vezes modifica as conclusões a respeito de um período.

Contudo, a ciência arqueológica é recente e seu surgimento esteve muito atrelado ao interesse dos Estados, o que, por sua vez, gerou formas de apropriações semelhantes às comentadas acima. Pedro Paulo Funari (2010) comenta que os museus de artefatos, nesse contexto, “contribuíram para a formação de uma identidade nacional como, também, para reforçar a ideologia imperial das grandes potências” (FUNARI, 2010. P.86). Mais uma vez, pode-se perceber que as informações acadêmicas podem estar a serviço de interesses políticos, dependendo do posicionamento do historiador, do museólogo ou do arqueólogo. Portanto, dentro da análise dos usos do passado, percebemos que as fontes arqueológicas não estão isentas de passarem por ressignificações.

Retomando Hingley (2005; P.86) quanto à sua análise de Boudicea, podemos analisar a utilização da figura da mesma como símbolo, pois o autor comenta o levantamento de estátuas e a criação de espaços de memória para personagens históricas que foram consideradas heroicas em algum momento na história das atuais nações europeias. Deve-se, novamente, levar em consideração que as criação, organização e disposição destes espaços não se dão ao acaso, mas cumprem um propósito que pode enaltecer ou silenciar aspectos ou povos por completo. Portanto, tais espaços devem ser organizados, analisados e frequentados de forma crítica.

A esse respeito, Taís Pagoto Bélo (2014), desenvolve uma linha argumentativa que estabelece ligações entre a figura de Boudicea e outras mulheres de poder na Inglaterra, como as rainhas Vitória e Elizabeth I, bem como analisa as relações de nacionalismo atreladas à Boudi-

cea. Quando utilizada nesse sentido, Boudicea representava símbolo de liderança feminina, portanto, esperava-se o legado criado para esta se estendesse às rainhas. Nesse esforço, foi erguida uma estátua em Londres em homenagem a personagem, em frente ao parlamento inglês. Com o apoio do Estado, Boudicea torna-se uma representação vitoriana.

Ao refletir sobre a estátua da guerreira em Cardiff, datada de 1916, a qual faz parte de um conjunto de estátuas de heróis escolhidos pelo povo galês localizada no saguão *The Marble Hall*, Bélo aponta a notável relação de Boudicea e o sentimento identitário em Gales. Tal saguão foi inaugurado pelo Secretário de Guerra, o que é, sem dúvida, um ato simbólico importante nessa relação. Embora a Boudicea de Cardiff possua diferenças de representação em relação à estátua de Londres, pois é a representação de uma mãe zelosa, em detrimento da imagem de uma guerreira poderosa, a autora aponta uma semelhança essencial: ambas representam ações femininas e estão localizadas em um espaço político de poder. Desse modo, a autora demonstra que Boudicea não foi uma figura estática no imaginário Inglês, passando por ressignificações ao longo dos séculos.

Assim como a figura de Boudicea foi apropriada de diferentes formas, a religiosidade celta também foi um elemento que passou por ressignificações. Isso se deu em consequência da romantização do século XIX, que contribuiu para apropriações. Nesse contexto, nossa pesquisa utilizará como exemplo as expressões religiosas dentro do druidismo, uma vez que esse fenômeno religioso foi muito utilizado para fins políticos, como veremos mais à frente.

O termo druida é um conceito histórico e plural cuja acepção varia de acordo com a época. A história dos druidas é pouco conhecida devido à escassez de fontes, fato que dificulta as pesquisas, pois as lacunas documentais abrem uma possibilidade de variantes de interpretações sobre a religiosidade deste grupo, as quais, por sua vez, podem estar carregadas de ideologias e interesses políticos. Hoje se sabe que os druidas não utilizavam da escrita para suas narrativas, para esse povo da Antiguidade, a escrita era um meio sagrado de comunicação com os deuses, e eles a usavam como ritual religioso. O meio de conduzir o sagrado era através da oralidade, desta maneira os ensinamentos não foram transcritos para a literatura (FUNARI, 2009. P: 151).

Portanto, discutir o papel histórico desses personagens requer cuidado e atenção, tanto quando se parte da perspectiva teórico-metodológica histórica, quanto quando se parte da perspectiva arqueológica, pois ambas já foram utilizadas para legitimar apropriações no mundo contemporâneo. Sendo assim, o estudo crítico desse período e desses povos passa obrigatoriamente pela revisão crítica da historiografia.

Muito se discutiu sobre os druidas e, embora alguns estudos tenham sido realizados, geralmente o que se sabe sobre eles provém de releituras de obras clássicas, pois há outro fator de complicaçāo, que constitui a difícil interpretação dos materiais arqueológicos encontrados. De forma resumida, o que sabemos sobre eles são suas características intelectuais, pois compunham canções e poemas, eram intérpretes, adivinhos, professores, juristas, pedagogos, filósofos, intermediadores entre

homens e deuses - uma espécie de sacerdotes intelectuais. É injusto restringir seu papel social a apenas uma autoridade religiosa. Esses homens pertenceram a uma casta étnica ou aristocrática que durante mais de mil anos e esteve atuando como guardiã de uma tradição oral preservada através dos séculos nas escolas druídicas. (FUNARI, 2009. P: 143).

Por muito tempo, gregos e romanos tentaram identificar esses povos misteriosos e, para isso, os classificaram com vários nomes: adivinhos, filósofos, bardos e magos. Desta forma, os druidas foram designados como portadores de uma filosofia oculta, mais tarde esta sabedoria chegou a ser comparada à dos brâmanes hindus e os magos persas, numa tentativa de justificar esses conhecimentos ocultos. Os druidas possuíam, portanto, grande conhecimento ao estilo pitagórico tanto da natureza como cosmologia.

As crenças druídicas eram, também, baseadas na imortalidade da alma e no seu renascimento, o mundo dos imortais era paralelo ao mundo visível e as almas dos parentes mortos ou dos guerreiros de batalha permeavam todo o espaço fatual (FUNARI, 2009. P: 137). Toda a recordação material era uma presença com um elo sagrado. Isso pode ser identificado no rito que mantinha a prática de guardar o crânio do familiar ou inimigo morto - ritual popular assimilado à igreja católica.

Em “*As invenções das tradições*” Morgan discorre sobre as transformações dos costumes no País de Gales a partir do século XVIII, segundo ele até os viajantes notaram as modificações promovidas naquela sociedade.

Quase todos os costumes pitorescos do País de Gales tinham sido "completamente abandonados", sendo que não restava nenhum traço de certas crenças druídicas. (Morgan: 2014; p. 61)

Na verdade, tais modificações se deram devido à tentativa de buscar, no passado, algo com o que se pudesse legitimar a nação como grandiosa e soberana, que provocasse um sentimento de orgulho e pertencimento na população. Nesse contexto, Morgan buscou aproximações com os Druidas do mundo antigo, entretanto, os ritos e sacrifícios foram deixados de lado, pois não era interessante para uma nação já cristianizada evidenciar esse aspecto ‘desprezível’ da cultura ancestral.

Nesse período os patriotas e estudiosos galeses redescobriram velhas tradições históricas, linguísticas e literárias e criaram um passado que jamais existiu para substituir as tradições inadequadas. (Morgan: 2014; p. 62)

No século XVI semelhanças entre bardos e os druidas, começaram a ser procuradas. Nesse período, uma sequência de provérbios galeses chamados “*Sabedoria dos antigos Druidas*”, no qual a ideia de que eles haviam construído monumentos misteriosos como o *Stonehenge*, difundiu-se grandemente. Neste caso a identidade religiosa desses povos era de bastante interesse, tanto que rituais e sacrifícios humanos foram atribuídos a eles por vários séculos. Já no século XVIII, as concepções sobre os druidas passaram por transformações: eles, que antes eram vistos como magos ou bruxos obscuros, passaram a ser associados aos

galeses como figuras heróicas, como os primeiros defensores da nação (MORGAN, 2014. P.83).

Devido à euforia provocada pela curiosidade a respeito dos celtas, uma espécie de seita neodruídica surgiu, na qual um homem chamado Iolo Morganwg acreditava fielmente que era descendente e herdeiros dos druidas antigos. Desta forma o ressurgimento dos druidas foi, enfim, importante para a construção da identidade galesa. Esse resgate pelas “raízes” está fortemente relacionado com o surgimento dos nacionalismos do século XIX, evidenciando assim os usos políticos do passado. Cunliffe, B. defende que as ordens neodruídicas e religiões novas como a *New Age* e *United Ancient Order of Female Druids* pouco se relacionam com os druidas da antiguidade e medievo, e que, portanto, não se tratam de portadores de uma tradição ininterrupta ancestral, mas sim de uma releitura sobre este povo. (Vieira, Cunliffe, 2012. P. 120)

Existe, no imaginário da atualidade, uma visão estereotipada dos druidas, que consiste em um homem de barba longa e vestes brancas, que realiza sacrifícios humanos. Tal figura é muito comum na concepção coletiva, uma vez que está em convergência com as demandas da cultura pop do momento.

De certa forma, toda essa caracterização evidencia a forma de como eles são pensados ao longo dos tempos. Os celtas, assim como outros povos em situações similares, passaram por mudanças, sofreram com a cristianização e também foram utilizados para manipulação do passado a fim de legitimar o presente. Essa prática muito comum no século XVIII e XIX ainda permanece nos dias de hoje, uma vez que a

maioria das ações políticas atuais está imbuída de manipulações e alterações na história.

Repensar o contexto histórico dos druidas na construção da nação galesa serve como um ponto de partida para entender o fenômeno da formação dos Estados nacionais modernos. Isso porque esses buscaram na antiguidade as raízes que julgaram melhores e mais adequadas para cumprir com o ideário nacionalista e demonstrar o quanto grande e forte seriam as tradições nacionais. Para isso foram ocultadas partes de religiões de raízes ancestrais e rituais importantes para compreensão desta população.

## **Considerações finais**

As perspectivas teóricas e metodológicas do estudo da Antiguidade passaram por muitas transformações desde o século XIX. Se, no contexto da formação dos Estados-nacionais, a história era instrumento da estruturação dos meios de legitimação dos poderes, atualmente tenta-se desvelar essas relações de poder que estavam imbricadas no discurso histórico. Desse modo, a reflexão sobre os usos do passado se faz extremamente necessária e, para isso, é preciso olhar novamente para as fontes e para a historiografia a respeito do mundo antigo sem perder de vista como as relações de poder do mundo contemporâneo tentam se utilizar delas.

No artigo, sinalizamos essas relações a partir de dois exemplos principais. O primeiro disse respeito à figura de Boadicea, que ocupou diferentes lugares no imaginário britânico: de guerreira que resiste ao

Império Romano à símbolo representativo do poder de rainhas. O segundo exemplo se coloca a partir da relação galesa com a cultura céltica. Isso pois, a partir da Renascença Galesa, segundo o historiador Prys Morgan, diversos patriotas e estudiosos galeses redescobriram antigas tradições literárias, linguísticas e históricas e desenvolveram, por meio dessas, um passado que nunca existira de fato. Isso, pois, em 1700, os galeses já viviam conforme hábitos londrinos dos séculos passados que motivaram, então, tal redescoberta que visava uma substituição das tradições consideradas inadequadas.

A redescoberta druídica muito se atribui aos estudos de escritos como *Guerra Gálicas* de Julio Cesar e *Agrícola* de Tácito. Portanto, para conhecermos os druidas somos obrigados a interpretar os autores clássicos, gregos ou romanos (FUNARI, 2009. P: 138). Contudo, essas informações são rarefeitas e demonstram apenas a visão romana das situações. Foi como dito anteriormente, apenas a partir de 1700 que a figura do druida finalmente passou a ser relacionada aos galeses, sendo que no século XVIII a imagem druídica sofre alterações de forma expressiva. Foi nesse momento que os galeses passam, segundo Morgan, a respirar o druidismo, tornando o druída o principal defensor da nação galesa.

O País de Gales, afinal, não se enquadra como um Estado político ainda. Isso gerou no povo, principalmente no século XIX, o desejo de busca, através da invenção de tradições, de um passado satisfatório. Devido à decadência da história galesa, com a falta de tradição e passado heróico, a necessidade da reinvenção tornou-se necessária para que

se pudesse cumprir os objetivos mencionados acima. O papel histórico dos druidas, enfim, exige sensibilidade e muita atenção no campo histórico e arqueológico como, também, segundo o historiador Pedro Vieira da Silva Peixoto, no campo social-contemporâneo. Os celtas e druidas permanecem, portanto, vivos para a cultura atual e, por meio de sua análise histórica, podemos trazer a reflexão a respeito das tradições e identidades antigas, facilmente inventadas e forjadas, em contextos de formação de identidade nacional e de legitimação do presente para fins políticos.

## Bibliografia

BÉLO, T. P. Boudica e as facetas femininas ao longo do tempo: nacionalismo, feminismo, memória e poder, tese de doutorado, IFCH-Unicamp.

FUNARI, Pedro. P. Celtas. DONNARD, Ana. *As religiões que o mundo esqueceu*. Contexto, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. Os *historiadores e a cultura material*. In: PINSLY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2.e.d., 2<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MORGAN, P. “Da morte uma perspectiva: a busca do passado Galês no período romântico”, in: *A invenção das tradições*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

LE ROUX, Françoise e GUYONVARC'H, Christian-J. A Civilização Celta. Mem Martins, 1999.

LUPI, João. Os Druidas. *Revista Brathair*, São Luís, v. 4, n.1, p. 70-79, 2004.

VIEIRA, Pedro. S.P. Os Druidas um passado presente. *Revista Brathair*, v. 12, n.2, p. 118-122, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos* desde 1780. Trad. Antônio Cândido. Rio de Janeiro, Paz e terra. 1991.

Recebido em: 18/05/2017

Aceito em: 10/05/2018



# **ENTRE O SENTIMENTO RELIGIOSO E O RACIONAL: EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SOBRE O POVO HEBREU E INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS**

## **BETWEEN RELIGIOUS AND THE RATIONAL FEELING: STAGE EXPERIENCE ABOUT THE HEBREW PEOPLE AND INDEPENDENCE OF THE UNITED STATES**

*Gabriel Irinei Covalchu<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este trabalho é resultado do estágio supervisionado, realizado em Bituruna-Paraná, na instituição de ensino, Colégio Estadual Santa Barbará, durante o ano letivo de 2017, nas séries do ensino fundamental e médio sob supervisão do professor Gerson Luís Lanzarini. Os temas selecionados para serem trabalhados em sala foram: Povo Hebreu (6º ano) e Independência dos Estados Unidos (2º ano). Busco mostrar através da experiência em sala e os resultados obtidos nas avaliações, como o professor deve tentar o máximo possível ser imparcial e levar a sala para uma época distante para entender melhor o contexto, sendo necessário deixar nula a sua perspectiva de contra ou a favor em determinados fatos para uma melhor aprendizagem do aluno e o desenvolvimento da ‘consciência histórica’. Também busco mostrar como as normas do NRE (Núcleo Regional de Educação), no caso a recuperação concomitante afeta no conteúdo em sala de aula; essa “ajuda” é para que o aluno venha compreender melhor a matéria ou apenas pelos índices?

**Palavra-chave:** Estágios; Educação; Docência. Ensino de História.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 4º ano do Curso de Licenciatura em História da UNESPAR, Campus de União da Vitória-PR e Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculado ao projeto Linguagens e Tecnologias no Ensino de História, desenvolvido pelo LAPHIS sob orientação da professora Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski e do professor Everton Carlos Crema.

**Abstract:** This work is the result of a supervised internship, held in Bituruna-Paraná, at the teaching institution of the State School of Santa Barbará, during the academic year 2017, under the supervision of teacher Gerson Luís Lanzarini. The subjects selected to be worked in the room were: Hebrew (6th year) and United States (2nd year). The subjects selected to be worked in the room were: Hebrew People (6th year) and United States Independence (2nd year). I seek to show through the experience in the room and the results obtained in the evaluations, as the teacher should try as much as possible to be impartial and take the room to a distant epoch to better understand the context, being necessary to leave void its perspective of against or in favor in certain facts for better student learning and the development of 'historical consciousness'. I also try to show how the NRE (Regional Education Core) standards, in the case of concomitant recovery, affect the content of the classroom; this "help" is for the student to better understand the subject or just by indexes?

**Keyword:** Stages; Education; Teaching; History teaching.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo mostrar os resultados do estágio (matéria obrigatória para a conclusão do curso de história na Universidade Estadual do Paraná – campus de União da Vitória), realizado no Colégio Estadual Santa Barbará durante o ano letivo de 2017, as aulas foram realizadas sob a supervisão do professor efetivo de história da instituição, Gerson Luís Lanzarini e somaram um total de doze, sendo distribuídas seis em cada turma. Os seguintes temas foram selecionados para serem trabalhados: Povo Hebreu (6º ano) e Independência dos Estados Unidos (2º ano).

Meu objetivo em sala de aula era que os alunos além de entendessem a matéria, pudessem desenvolver a consciência histórica, ou seja,

que eles conseguissem “analisar o passado, problematizar o presente e perspectivar o futuro” (RÜSEN, 2007, p.10), não apenas limitar-se no compreender ou ter uma noção de como funcionava determinadas épocas ou período, afinal de contas, o que muda ele saber ou não de um povo que teve início em Ur dos Caldeus e perambulou 40 anos no deserto até entrar em Canaã? Ou de um povo que se rebelou contra as duras ações impostas pela metrópole sobre a colônia e realizou uma independência? O conhecimento não deve limitar-se ao estudo do passado, mas devendo expandir no estabelecimento de uma relação passado/presente. Nesse sentido, o estudante pode relacionar esse conteúdo aprendido, com a sua vida cotidiana, ou seja, seria um “saber” para problematizar a sua própria realidade e perspectivar o futuro, pois só entender o passado não basta.

## **Ensino de História**

Busquei o máximo possível que os alunos dialogassem na aula, no sexto ano essa prática foi realizada com êxito, já no segundo nem tanto, mas primeiramente vamos entender uma historiografia que utilizei para chegar à conclusão que uma aula expositiva dialogada faria com que os estudantes entendessem melhor essa relação passado/presente.

Durante muito tempo o ensino foi fechado apenas no professor, sendo ele o ‘suprassumo’ de todo o conhecimento, ignorando totalmente o conhecimento prévio do estudante. A história positivista ressaltava apenas os grandes feitos, datas, heróis e só tinham valia os documentos oficiais. Essa realidade só começou a mudar, quando a Escola dos An-

nais em 1920, começou a utilizar outras tipologias de fontes, como a arqueológica, e não apenas os documentos escritos. O foco era pensar historicamente e não travar no passado, trazendo assim, uma história problema, deixando a linearidade de lado.

Como principal embasamento de minha postura como o adulto da sala, usufruí de uma obra de Paulo Freire, intitulada Pedagogia da Autonomia (1987), que foi trabalhada com maestria no meu segundo ano na matéria didática da história. No primeiro capítulo Freire nos mostra uma simples, mas profunda reflexão; “não há docência sem discência” (FREIRE, 1987, p.12), pois o mesmo defende um ensino que consiga desenvolver a criticidade dos alunos, e em contrapartida chamando o tradicionalismo da escola brasileira de “educação bancária”, que ocorre quando o professor ou a professora ignoram a autonomia do pensar desse discente e “vomitam” conteúdo sobre o mesmo.

Freire (1987) propunha a construção do saber de forma conjunta, entendendo que os estudantes seriam capazes de ter o espaço para questionar os novos saberes, tanto que além de muitas tarefas e subtítulos de sua obra, uma que me chama a atenção é “ensinar exige disponibilidade para o diálogo”, uma aula somente expositiva além de ser chata, o aluno (a) não consegue relacionar com sua realidade, mas quando abre espaço para o mesmo questionar e desenvolver a sua criatividade, o resultado é excepcional.

O que busco mostrar é o professor/professora reconhecendo seu papel de extrema importância para que a aula seja “boa”, o exercício do poder está na mão do docente, mas muitas vezes só ele/ela que fala e

não abre espaço para o estudante expressar-se, tanto que um dos pontos defendidos por Freire, é que ensinar exige saber escutar, afinal de contas "não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes" (FREIRE, 1987, p.68).

### **Como avaliar?**

Estabelecidos certos métodos de interação entre professor/estudante, é necessário estabelecer métodos avaliativos, analisando tanto a prática docente quanto a discente, para isso, as atividades avaliativas tiveram base na obra de Vasco Pedro Moretto, “Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas (2008)”. Na obra citada, o autor aborda frases que a maioria já deve ter ouvido, como por exemplo, “anotem, pois vai cair na prova”, “Se não ficarem calados vou fazer uma prova-surpresa”, fora alguns professores e professoras altamente preocupados(as) com o aprendizado do discente, afirmindo sentenças como, “se vocês não prestarem a atenção não tem problema, meu salário está na conta final de mês” ou “quem precisa disso é vocês, eu já possuo o conhecimento, estou nem ai”, são essas frases que nos levam a problematizar essa avaliação “da hora do acerto de contas”.

Essa prova no sentido de acertar as contas, não consegue fazer o estudante entender o processo de aprendizagem e perceber-se como agente histórico, pelo contrário ele tentará decorar a matéria para agradar o professor ou a professora, ignorando a avaliação como um momento privilegiado de estudo.

O fato de o aluno decorar e não aprender é algo mais complexo do que se apresenta, pois muitas vezes a consequência desse ponto são perguntas mal elaboradas, que não visam uma problematização do conteúdo e nem o desenvolvimento da sua consciência histórica, como é citado pelo texto de Moretto (2008), um aluno reivindicava nota máxima por uma questão que o professor havia zerado; sendo que o mesmo era merecedor de tal petição, devido à pergunta ser formulada de forma abrangente. Existem exemplos que são até mesmo publicados na mídia digital, onde o professor ou a professora faz uma questão para um aluno (a) do 6º ano, “com o que se parece a metade de uma maçã?”, e a resposta é ‘com a outra metade’ e tem a questão zerada, no entanto, a pergunta não buscava uma resposta elaborada e sim uma ‘decoreba’ sem sentido, que não muda nada na vida do estudante. Falo por experiência própria, pois quando estava no segundo ano de ensino médio, em uma prova do segundo bimestre, a professora de filosofia colocou a seguinte questão: “deixe sua opinião sobre os monges copistas” e minha resposta foi “eles eram importantes por que escreviam em uma época que ninguém sabia escrever” e tive a resposta zerada, pois a professora desejava outra, é de fácil percepção que a pergunta era relativa a um contexto e mal elaborada, mas a professora esperava algo complexo.

As perguntas que utilizei nas minhas atividades avaliativas tiveram uma introdução historiográfica para facilitar o entendimento sobre a questão; o que Moretto (2008) chama de uma avaliação eficiente e eficaz, pois não busquei só a eficácia da prova, mas também a eficiência, para entender o que o próprio autor denomina de racional, econômico e

útil. Fazer os alunos tirarem 10 na prova decorando datas e “heróis” faz sua avaliação eficaz, mas isso não quer dizer que foi eficiente, pois a eficiência avaliativa tem como objetivo a compreensão que os discentes entendam a relevância do contexto em sua vida e assim esse processo de aprendizagem será racional e útil, e não memorizado apenas.

A necessidade de entender a realidade social e o lugar social é de suma importância, Moretto (2008) nos mostra isso perfeitamente utilizando-se de uma piada que circula na internet, afirmando que houve uma pesquisa mundial desenvolvida pela ONU.

A ONU resolveu fazer uma grande pesquisa mundial. A pergunta era a seguinte: “Por favor, diga honestamente: qual sua opinião sobre a escassez de alimentos no resto do mundo?”. O resultado foi um fracasso. Razões:  
Os Europeus não entenderam o que era “escassez”.  
Os africanos não sabiam o que eram “alimentos”.  
Os argentinos não sabiam o significado de “por favor”.  
Os norte-americanos perguntaram o significado de “o resto do mundo”.  
Os cubanos estranharam e pediram mais explicações sobre “opinião”.  
O Congresso brasileiro ainda está debatendo o que é “honestamente”. (MORETTO, 2008, p.93)

Falar de fora do sistema é o que mais ocorre na atualidade, pessoas que nunca tiveram contato com a educação opinando e dizendo o que devemos ou não ensinar, ignorando uma realidade escolar, a individualidade de cada um, tanto que infelizmente é normal escutar até mesmo de pessoas que estão dentro do sistema educacional: “se o aluno Aureliano consegue, todos conseguem” a empatia é totalmente descartada

nessa frase, o colocar-se no lugar do sujeito de fala ou do próprio estudante é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do aprendizado, analisando e levando em consideração a realidade social do mesmo. Se frases como essa ocorrem dos próprios docentes imagine de pessoas que nunca estiveram dentro de uma sala de aula, que não escutaram uma frase como “minha única refeição é na escola” ou “passei a noite toda cuidando do forno de carvão<sup>2</sup>” e achar que isso não afeta no aprendizado, a educação é uma palavra complexa para pessoas que estão apenas na letra “E” pensar que dão conta de explicar todo esse processo.

O avaliar deve levar em conta não só a resposta, mas como é realidade do aluno, como está sendo esse processo de aprendizado e como ele se vê no mesmo, buscando mostrar novos horizontes para os discípulos. Para esse avaliar é necessário antes da atividade estabelecer certos critérios que são de suma importância para analisar essa aprendizagem. Estou vinculado ao projeto Linguagens e Tecnologias no ensino de história<sup>3</sup>, financiado pela Fundação Araucária, onde em uma etapa do processo foi entrevistar os professores da rede estadual de ensino de União

---

<sup>2</sup> Frase que ouvi de um aluno do primeiro ano do ensino médio, quando dava aula em um determinado colégio de Bituruna – Paraná.

<sup>3</sup> O projeto Linguagens e Tecnologias no ensino de história financiado pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, é vinculado ao LAPHIS (Laboratório de Aprendizagem Histórica), sob a coordenação do professor Everton Carlos Crema e da professora Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski, pelo programa PIC (Projeto de iniciação científica) da UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná), campus de União da Vitória. Temos como principal objetivo, através da pesquisa aplicada, compreender qual é o conhecimento do professor e da professora de história sobre as linguagens e tecnologias de ensino e como ele/ela articula seus usos em sala de aula. O projeto iniciado em 01/08/2017, tem vigência até o dia 31/07/2018.

da Vitória – Paraná, em uma determinada pergunta é questionado sobre os critérios de escolha do livro didático, podemos analisar isso também em relação à avaliação, quais os critérios utilizados para a correção da mesma? Muitas vezes no avaliar das atividades são usadas “dois pesos e duas medidas”, pois não tem parâmetros para corrigi-las. No meu plano de aula já estava inserido os métodos que usaria para analisar e aplicar a notas, que no caso seria a coerência na fala; Domínios de conteúdo; A capacidade crítica; Participação nas tarefas; Participação nos espaços pedagógicos de forma construtiva e organizada; Capacidade de autonomia, sem descartar a realidade social do aluno e esse processo de aprendizagem.

Não busco dizer que esse avaliar a realidade social do estudante é simplesmente pensar que mesmo ele não participando, não estudando, mas porque ele trabalha o dia todo, vou dar nota de graça, o que quero mostrar é que devemos analisar essa questão buscando conteúdos mais próximos da realidade do aluno, que o mesmo venha a sentir interesse em participar das atividades desenvolvidas em sala percebendo que é um sujeito histórico. O discente é humano e não uma máquina, assim como os docentes, tem momentos de paixões, brigas, tristezas, raivas, rancores, percas, dores, fome e etc.

## **Relato de Experiência**

Vamos iniciar com o relato de experiência do sexto ano, basicamente meu objetivo era mostrar como se deu o início do monoteísmo e como o povo Hebreu se portou perante a moralidade desse Deus em que

eles acreditavam, depois de compreendido esse ponto, tentar fazer com que os estudantes conseguissem estabelecer a relação passado/presente, ou seja, relacionar o início da religião monoteísta com o cristianismo atual, pensando na consciência histórica dos mesmos. A disciplina dos alunos era ótima e a participação era boa, muitos deles faziam ligação da matéria junto com o ensino catequético, que por serem católicas a frequentam.

Quando perguntei se os estudantes já haviam assistido algum filme relacionado à abertura do Mar Vermelho, a maioria disse que não, então resolvi mudar a estratégia para aproximar com a realidade da turma, e perguntei se todos haviam assistido o filme “O todo poderoso” (2003), a maioria respondeu de forma afirmativa, então comecei a refletir sobre a parte que o Bruce senta em uma lanchonete e pede uma sopa vermelha e “testa seu poder” como Deus abrindo-a, alguns lembraram e outros não, então levei para a sala o recorte do filme, o que aproximadamente demora um minuto e trinta e dois segundos.

A cena do filme era muito mais próxima da realidade da sala, então torna-se mais adequado ao ensino. Nesse mesmo sentido pensei em usar trechos do filme ‘Êxodo: Deuses e Reis’ (2014), mas como a maioria não havia assistido, resolvi usar uma indicação dos próprios estudantes, a novela da Record, “Os Dez Mandamentos (2015)”, o que funcionou perfeitamente.

Para eles entenderem como ocorre a diferença de um documento oficial e a “não-oficial”, abordei um tema mais próximo da realidade dos discentes, mostrei as imagens reproduzidas pela mídia, que nem

sempre são reais ou tem algum fundamento histórico, como diz o “ditado popular”, não é porque está na internet que é uma verdade. Primeiramente ouvimos o Hino de Bituruna, que logo no início já declara “Quando os índios em tempo de outrora. Vagueavam por esta região, já anteviam os dias de agora. Pela força invulgar deste chão”. Segundamente mostrei como as fontes narram a morte de todos os índios Ibituruna de forma desumana e brutal; meu objetivo era mostrar que o historiador também oculta fatos de acordo com seu interesse, entendimento e narrativa. O iniciar com os índios Ibiturunas (realidade mais próxima), era para introduzir uma atividade sobre os Hebreus, mostrando a divergência entre fonte e reprodução. Primeiramente levei a passagem bíblica deÊxodo, capítulo 2, e do versículo um ao cinco.

E foi um homem da casa de Levi e casou com uma filha de Levi. E a mulher concebeu e deu à luz um filho; e, vendo que ele era formoso, escondeu-o três meses. Não podendo, porém, mais escondê-lo, tomou uma arca de juncos, e a revestiu com barro e betume; e, pondo nela o menino, a pôs nos juncos à margem do rio. E sua irmã postou-se de longe, para saber o que lhe havia de acontecer. E a filha de Faraó desceu a lavar-se no rio, e as suas donzelas passeavam, pela margem do rio; e ela viu a arca no meio dos juncos, e enviou a sua criada, que a tomou. (Êxodo 2:1-5 – BJFA – Bíblia João Ferreira Almeida)



**Imagen 1:** Moisés encontrado no rio Nilo. Fonte: Gomes (2015)

Depois de ler a narrativa bíblica, expliquei o contexto, a necessidade que a mãe de Moisés teve em abandonar seu filho devido ao decreto de Faraó<sup>4</sup>, logo após, realizei algumas perguntas de forma oral, por exemplo, “a mãe de Moisés colocou ele qual local?”, “onde a irmã de Moisés ficou?”, “quem encontrou Moisés”. Chamei atenção para alguns pontos específicos da passagem, como “margem” do rio; a filha de faraó que desceu para banhar-se; a postura da irmã de Moisés na narrativa, pois ela acompanha a maioria do processo de longe. Então levei a imagem acima para analisar em sala e também o trecho da novela selecionado por eles, mostrando as diferentes representações da fonte. Repare que Moisés não foi colocado no rio, mas sim à margem dele, e geral-

---

<sup>4</sup> “Quando ajudardes as hebreias a darem à luz, observai as duas pedras. Se for menino matai-o. Se for menina, deixai-a viver”. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002, p.103.

mente as imagens reproduzidas em desenhos<sup>5</sup>, filmes ou seriados é o mesmo totalmente inserido dentro do Nilo e percorre as águas parando perto do palácio de Faraó, ou seja, diferenças na interpretação da fonte e representação da mesma.

Para essa análise, eu utilizei apenas uma aula, visto que os trechos de filme eram curtos e a passagem bíblica era pequena, quando faltava 15 minutos de aula, solicitei a escrita do que foi aprendido em sala, tendo como objetivo a fixação do entendimento do conteúdo.

Com a averiguação das respostas dos discentes, consegui perceber que a influência religiosa é muito forte na vida deles e como consequência desse fato ocorre a dificuldade de se desprender da mesma para uma análise de conteúdo, pensando que tentar justificar algo pela razão seria um ataque a fé, como citei, busquei não colocar a minha crença para não atrapalhar essa análise, ressaltando que não devemos dizer se realmente foi ‘milagre’, mas que depende da crença de cada um, mesmo assim quando questionados “Com base nas aulas, material disponibilizado pelo professor e no livro didático, escreva sobre o início da história dos Hebreus”, surgiram textos como o do aluno Constantino<sup>6</sup>:

Essa grande história do povo Hebreu começa quando Abrãao se casa com Sara, uma mulher estéril, ou seja, não podia ter filhos. Mas como tinha muita fé em Deus pediu para que Ele a curasse. O Deus curou a e então teve um filho que era Isaque, que se casou com Rebeca que também era estéril. Mas Deus também curou ela, então ela teve

---

<sup>5</sup> Como o filme, Príncipe do Egito, 1998, produzido pela Dreamworks Animation. Levei um trecho desse filme de 2 minutos para exemplificar.

<sup>6</sup> Todos os nomes de alunos (as) utilizados no texto são fictícios.

Esaú e Jacó que se casou com Lia e Raquel, tendo 12 filhos ao todo, e formaram as tribos de Israel, a partir daí a população só cresceu, no entendo foi parar no Egito, e Moisés foi levantado para libertar o povo mandando as 10 pragas, que eram para mostrar que Faraó não tinha mais poder que Deus. Depois de Moisés veio Josué, depois veio o governo dos Juízes e depois os reis, enfim é uma super matéria para estudar.

Repare que a fé do aluno está totalmente exposta no seu texto, lógico que não conseguimos deixar de lado nossas crenças na escrita, mas como historiador é necessário entender que o certo para mim, não é o certo para todos. No entanto também ocorreu narrativas como a do aluno Diocleciano

O povo Hebreu é monoteísta, ou seja, a crença em único Deus, e graças a eles que hoje tem o cristianismo, se não estariamos adorando vários deuses, sempre devemos lembrar que todos os milagres realizados, vai da crença de cada um para saber se é verdade, pois não sabemos se realmente aconteceu.

Essa pergunta foi realizada na sexta aula (recuperação com 7 perguntas descriptivas e 3 de marcar o X, impressa na folha A4), meu objetivo era além de fazer minha autocrítica, analisar se o conteúdo foi entendido pelos alunos. Alguns deles conseguiram entender a lógica das atividades, deixando claro que os acontecimentos “milagrosos” dependem da crença de cada um. Outros alunos “tomaram” minha fala e introduziram como uma visão unilateral, por exemplo, eu disse em sala, que segundo a crença judaico-cristã o objetivo de todas as pragas era mostrar a soberania de Deus sobre os deuses egípcios, o aluno Constan-

tino tomou como uma verdade, já o Diocleciano mostrou que se foi providência divina ou não, depende da fé de cada um.

## **Segundo ano**

No segundo ano do ensino médio, logo na primeira aula, fiz um ‘resumo’ do conteúdo, para depois voltar problematizando-o. Na segunda aula levei o material didático que eu mesmo produzi<sup>7</sup>, impresso, para o entendimento do processo de divisão das colônias, separação com a Inglaterra e a problematização desse contexto.

Na terceira aula<sup>8</sup>, separei a sala em três grupos, sendo o grupo 1 as colônias do sul, grupo 2 as colônias do norte e grupo três a Inglaterra. Cada grupo deveria escrever em apenas uma folha de caderno, para me entregar, argumentos para a independência ou permanência como colô-

---

<sup>7</sup> O material didático, que foi produzido por mim, abordava o “Pacto Colonial”, foi definições simples, mas buscava uma base para a atividade que seria proposta, basicamente o texto falava que o Pacto Colonial pode ser definido como um conjunto de regras, leis e normas que as metrópoles impunham às suas colônias durante o período colonial. Estas leis tinham como objetivo principal fazer com que as colônias só comprassem e vendessem produtos de sua metrópole. Através deste exclusivismo econômico, as metrópoles europeias garantiam seus lucros no comércio bilateral, pois compravam matérias-primas baratas e vendiam produtos manufaturados a preços elevados. O Pacto Colonial foi muito comum entre os séculos XVI e XVIII. As metrópoles proibiam totalmente o comércio de suas colônias com outros países ou criavam impostos tão altos que inviabilizava o comércio fora do pacto. O Pacto Colonial vigorou na relação entre a Inglaterra (metrópole) e suas colônias americanas (Estados Unidos). Inclusive, foi um dos principais motivos da revolta dos colonos americanos, que fomentou o processo de Independência dos Estados Unidos.

<sup>8</sup> Essa atividade foi realizada apenas em uma aula, pois seguindo a norma do NRE – Núcleo Regional de Educação, a quarta aula foi prova, quinta, realizado uma revisão de todo o conteúdo e na sexta a recuperação.

nia, utilizando-se da explicação em aula, do material didático citado e o auxílio que o livro do PNLD<sup>9</sup> (Plano Nacional do Livro Didático), traz.

O grupo 1 usou o seguinte argumento.

Devido ao nosso clima propício, cultivamos coisas que não são possíveis cultivar na Inglaterra. E se ocorrer à independência não poderemos mais vender nossos produtos, pois eles não iriam comprar assim a população morreria de fome.

O grupo um conseguiu produzir uma consciência tradicional, demonstrando “recordar as origens e a repetição de obrigações, fazendo-o em forma de acontecimentos fática que demonstram o atributo de validade e obrigatoriedade dos valores e dos sistemas de valores” (RÜSEN, 2010, p.64).

### Grupo 2

Somos capazes de exportar produtos florestais, peixes e peles com navios. Também utilizamos a produção e troca de mercadorias e comercializamos com outros<sup>10</sup> regiões, somos capazes de liderar nossas colônias sozinhos.

O grupo dois conseguiu mostrar o que é a consciência exemplar e a crítica, que “nos ensina que curso de ação tomar e o que devemos evitar fazer” (RÜSEN, 2010, p.65), essas afirmações têm base nos próprios ingleses protestantes que vieram para a colônia na tentativa de criar a “Nova Inglaterra” e trouxeram consigo as experiências da metrópole, analisado

---

<sup>9</sup> COTRIM, Gilberto. *História Global 2*. 3<sup>a</sup> Edição – São Paulo: Saraiva, 2016.

<sup>10</sup> Os erros ortográficos nas citações são dos próprios alunos, então decidi manter no original.

pelo lado positivo, (industrialização, exportação). No caso da consciência crítica o grupo foi capaz de perceber que por se tratar de um pacto colonial e as colônias do norte que estão cada vez mais se industrializando desejam quebrar essas relações colônia/metrópole, criando argumentos que “são capazes de liderar suas colônias sozinhos”.

### Grupo 3

Eu, como representante da Inglaterra venho através deste esclarecer os motivos pelos quais as 13 colônias devem continuar sob o nosso poder. Primeiramente lembre-se de que, se vocês traírem a metrópole, estarão automaticamente traindo à Deus. Pois, foi ele quem ordenou a vocês fossem colônia, e se caso não cumprirem arcarão com as consequências. Nossa pacto não é para prendê-los, mas sim para deixá-los próximos à Deus.

O grupo três ficou convictamente na consciência tradicional, justificando com argumentos que estavam no imaginário da época, como previa o pacto colonial, pois como expliquei em sala de aula, um dos últimos pontos do pacto, afirmava que se desobedecessem a metrópole, estariam também desobedecendo a Deus, então usar argumentos que não busquem uma consciência crítica é de fundamental importância para não provocar sentimento de divisão nas colônias norte e sul.

Essa atividade eu pensei em tentar levar o imaginário dos alunos a “viver” no século XVIII. Depois de explicar todo o processo de divisão das colônias, problematizei mais a fundo as questões do social de época, como estava o sentimento religioso (protestantes imigrados da Inglaterra).

ra), racional<sup>11</sup> (ideais iluministas) e a consequência da Guerra dos Sete Anos. Ficou claro nos debates em sala, que assim como o historiador, os alunos também são tendenciosos e fazem a narrativa conforme seus interesses. Os alunos da sala que eram os “representantes” da Inglaterra, mostravam a legitimação por meio do ideal religioso, pois para suprir os déficits da guerra, necessitavam explorar as colônias. Os discentes do grupo das colônias do norte, afirmavam que conseguiram viver tranquilamente sem precisar mandar impostos à coroa britânica, “o sonho da nova Inglaterra”, idealizada pelos protestantes europeus. Os membros do grupo das colônias do sul (Virginia, Carolina do Norte e do Sul e Geórgia), analisaram o contexto de época e chegaram a conclusão que devido a serem exploradas pela Inglaterra, tinham que seguir o Pacto Colonial, caso ocorresse a divisão não conseguiram sobreviver sem o apoio da Metrópole, pois eram baseados pelo latifúndio, monocultura, mão-de-obra escrava e sua exportação era apenas para a Inglaterra.

As respostas escritas da terceira aula já citadas, foram retomadas na quinta aula (revisão), em forma de debates, meu objetivo foi com que cada aluno “trocasse” os saberes com outro colega para conseguirem entender todo esse processo de independência dos Estados Unidos da América até a atualidade, para conseguir isso, fui norteando as perguntas iniciais, como, “Por que os Estados Unidos são a maior potência capitalista da atualidade?”, “O que o livro do Cotrim narra sobre o Destino Manifesto”, logo após fiz uma breve narrativa sobre a ascensão dos

---

<sup>11</sup> Por mais que no século XIX, na questão dos Estados Unidos, ocorre a justificativa da expansão por meio do “Destino Manifesto”, o início da sua emancipação é legitimado por meio da razão.

norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. Quando chegou a recuperação (sexta aula), surgiram narrativas que considerei muito boa, como o texto da aluna Fausta em uma questão específica<sup>12</sup> narrou:

Tudo começa quando ocorre a guerra dos sete anos, onde a Inglaterra perde muitos homens e começa a explorar muito a colônia. As colônias do norte começam a perceber que estão sendo exploradas em demasia e iniciam uma espécie de revolução, chegando até afundar navios de chá dos ingleses, enquanto o sul queria permanecer como colônia e vender seus produtos para a Inglaterra. Com o apoio da França e dos ideais iluministas os E.U.A conseguiram sua independência, e fundados como colônia de povoação e não exploração, aproveitando a segunda guerra, na atualidade são uma grande potência mundial, isso se reflete pela união das colônias, pelas ideias iluministas e puritanos.

## Resultados Obtidos

Os resultados obtidos foram bons, mas eu esperava respostas mais detalhadas e mais críticas, talvez eu tenha falhado em minha metodologia. Lendo e relendo as avaliações, fiz o exame crítico da minha aula, percebo que no sexto ano passei desde a criação do mundo, segundo a crença dos hebreus, até o conflito entre o estado israelense e a Palestina atual, o que foi muito conteúdo para pouca aula (6). No entanto com as respostas e as participações em sala de aula era notável que os estudan-

---

<sup>12</sup> A pergunta era: De acordo com os trechos da obra discutida em sala, KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius de; PURDY, Sean - História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI, - São Paulo: Contexto, 2007, o material didático “O Pacto Colonial e a persuasão Inglesa”, o livro didático escrito por Cotrim (2016) e os debates em sala de aula, produza um texto sobre o processo de independência dos Estados Unidos e de forma resumida, como ele se tornou a potência capitalista da atualidade.

tes estavam entendendo a matéria e conseguindo relacionar o processo de presente/passado. Poderia ter sido melhor trabalhado o conteúdo e de forma mais tranquila, pois ainda era necessário utilizar uma de minhas aulas para recuperação concomitante, seguindo a norma exigida pelo NRE, sendo assim é necessária uma revisão antes de aplicar a mesma.

Uma crítica que eu faço é se realmente tem a necessidade dessa recuperação ou é somente pelos índices que o NRE deve repassar a secretaria de educação? Segundo o Núcleo Regional de Educação, o professor deve ter no mínimo três notas, se existe três avaliações é necessário ter três recuperações. A disciplina de história no ensino médio tem apenas 20 aulas bimestrais, sendo que no mínimo, (pensando em apenas duas atividades avaliativas para registrar no RCO<sup>13</sup>), seis destas ficam fixas só para atividades avaliativas<sup>14</sup>, muitas vezes os alunos não têm a vontade de estudar para aprender a matéria, mas apenas para tirar nota, ainda mais com essa ‘ajuda’ das normas que vem sendo impostas, ignorando a autonomia do professor.

Voltando aos resultados, eu consegui perceber que o segundo ano teve um melhor desenvolvimento da consciência histórica, como foi mencionado nas páginas 9 e 10. Os debates em sala de aula foram de grande relevância, mas como o tempo era apenas seis aulas, três eram

---

<sup>13</sup> Registro de classe online.

<sup>14</sup> Sendo os passos que devem ser seguidos, avaliação; revisão e recuperação. Lógico que toda aula possui algum tipo de avaliação, mas o sentido que falo é como a maioria dos meus professores fizeram e até hoje fazem, duas atividades escritas e duas recuperações escritas, devido a exigência do NRE.

voltadas para atividade escrita, prova, revisão e recuperação isso dificultou um aprofundamento de todo o contexto.

Esses resultados poderiam ter sido melhores se não tivesse a necessidade de realizar a recuperação concomitante. No segundo ano pouquíssimas pessoas tiraram abaixo de 6,0 (média), se for para aplicar a recuperação concomitante só para quem está abaixo da média, as alunas acima da mesma ficam fazendo que tipo de atividade? Passar novo conteúdo e como consequência os que estão fazendo a recuperação ficam com a matéria atrasada? Ou seja, torna-se uma bola de neve. Percebo que se não necessitasse esses parâmetros de índices, o aprendizado seria melhor, e o professor analisando a realidade da turma sabe se realmente existe a necessidade da recuperação ou não.

## **Considerações Finais**

Como o próprio título já diz ser professor é estar entre o sentimento religioso e o racional, entre a esquerda e a direita, ser professor é tentar o máximo possível ser imparcial para não afetar o aprendizado do aluno doutrinando-o. No estágio do sexto ano, tive que ser cuidadoso com as palavras, buscando sempre ressaltar que os fatos narrados, discutidos e problematizados eram segundo a crença do povo Hebreu, não que era fato verídico, isso dependia da fé de cada um. No estágio do segundo ano era totalmente o contrário, os ideais iluministas indo contra os religiosos, lógico que levamos em consideração o apoio dos puritanos em relação à educação, mas o que motivou a revolução foram os primeiros. Como tive experiência em sala prematuramente, já no segundo ano

da minha graduação sendo professor PSS (Processo Seletivo Simplicado), percebi que o docente ao mesmo tempo que tem uma fé e uma absoluta crença em Deus para explicar a matéria e ficar de mais fácil entendimento para os alunos, de uma hora para a outra ‘torna-se ateu’<sup>15</sup> ou descrente no sistema religioso explicando o iluminismo, como dizia Raul Seixas, uma metamorfose ambulante.

O problema é que muitas vezes analisamos o passado com o olhar do presente, outras queremos impor nossas crenças para justificar certos fatos. O colocar nossa fé, ou nossos ideais que muitas vezes não auxiliam no aprendizado do estudante, pelo contrário, a narrativa unilateral doutrina-o e mata a consciência histórica do discente. Recordo que quando estava no ensino médio um professor de história disse que não deveriam existir cotas, afirmando que todos eram iguais e utilizando de falas que hoje as reconheço como discurso de ódio; eu só mudei essa visão quando no início do ano de 2017, quando meu professor de Brasil III<sup>16</sup>, fez uma aula utilizando dados históricos e científicos sobre o assunto. A diferença do professor 1 para o professor 2, é o fato do segundo mostrar fontes e ter deixado a sala pensar e fazer a devida reflexão, enquanto o professor 1, impôs seu pensamento ignorando o debate e forçando uma visão unilateral de acordo com suas crenças.

---

<sup>15</sup> Sabemos que o professor não irá torna-se ateu e nem religioso, são apenas metáforas, afinal de contas, o conhecimento escolar não se pauta em crenças. O que o docente precisa, é saber situar estes pensamentos e sentimentos naqueles contextos para dar sentido histórico.

<sup>16</sup> Professor Doutor Ilton César Martins.

São pequenas frases, pequenos gestos que mudam a mente do estudante, o correto é mostrar os dois ou mais lados da história e deixar que o mesmo decida se realmente aconteceu, ou seja, abordar uma fé absoluta para explicar as pragas, mas também mostrar o lado científico e como surgem as crenças. Levar para a sala os discursos religiosos e analisar com eles se a preocupação era somente com a fé ou se não era movida pela política; analisar uma revolução, mas sem esquecer quem são as pessoas que incentivam ela, e nunca generalizando, pois não são todos que aceitavam os padrões e os discursos de época, são coisas simples, mas que obtém resultados excelentes.

Esses resultados só tiveram importância para mim, graças a minha professora<sup>17</sup> de estágio que nos acompanha desde o segundo ano na matéria de didática da história, pois me lembro de todos os conteúdos trabalhados em sala. Essa diferença foi de grande relevância na minha regência em todos os sentidos, inclusive ocorreu uma situação em especial; no início do ano letivo de 2017 a professora falou “valorize as coisas simples, as perguntas que parecem nada haver, mas que na realidade tem uma grande fundamentação na realidade do aluno e da aluna”. A aluna Teodósia do sexto ano trouxe algumas moedas antigas do Brasil que foram da sua avó para a sala de aula, ou seja, uma atitude simples, como são crianças do sexto ano gerou aquele tumulto, pois todos queriam ver as moedas; naquele momento eu poderia “mandar” sentar, e dizer que não tinha nada a ver com o conteúdo que estávamos trabalhando e assim também matar toda a criatividade e vontade de participa-

---

<sup>17</sup> Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski, que é a orientadora desse trabalho.

ção da aluna junto, porém utilizei de gancho para entrar na parte econômica do povo Hebreu e como eles imaginavam as “moedas” daquele tempo, foi o “canal” para mudar o ambiente e o clima da turma.

Na sala de aula, nós podemos utilizar de pequenas coisas que parecem sem sentido e dar toda atenção, buscando que o estudante sinta-se parte daquela aula e de todo esse processo de aprendizagem, afinal de contas, não podemos mudar o mundo com a nossa aula, mas podemos mudar uma sala inteira, o que já é de extrema valia. Quando utilizo o termo mudar quero dizer o sentido de empatia, de liberdade de pensamento e de expressão, pois quando se colocamos nos lugares dos alunos, devemos parar para pensar se iríamos querer um professor que matasse nossa criatividade e anulasse a consciência histórica individual ou aquele que nos oferece autonomia e ajuda no desenvolvimento da nossa consciência histórica.

## Bibliografia

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

Bíblia Sagrada, trad. João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Atualizada. Sociedade Bíblica do Brasil, 1959.

COTRIM, Gilberto. *História Global 2*. 3<sup>a</sup> Edição – São Paulo: Saraiva, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MORETTO, Vasco Pedro. *Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas* – 8 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

RÜSEN, Jörn, *Reconstrução do passado*. In: Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. Unb, 2007.

RÜSEN, Jörn. *O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral*. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SEFFNER, Fernando. *Leitura e Escrita na História*. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene R. (orgs). III Encontro Perspectivas do Ensino de História. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999.

Recebido em: 20/04/2018

Aceito em: 18/07/2018



# FEMINISMO E EMPODERAMENTO DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

## FEMINISM AND WOMEN'S EMPOWERMENT IN BRAZILIAN SOCIETY

*Wédja Roberta Moura Matia*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo trabalhar a história do movimento feminista no Brasil, com elementos que envolvam subsídios de empoderamento e descrevê-los através de uma ótica feminista. A partir de uma abordagem embasada no estudo da história das mulheres, enfatizamos através de pesquisa bibliográfica e estudo de imagens virtuais, uma discussão acerca do lugar social, muitas vezes marginalizado, que a mulher ocupa no Brasil e a oferta crescente de entendimento sobre seus próprios direitos. Escolheu-se analisar também a rede social *Facebook*, mais especificamente suas “comunidades” feministas, (devido ao grande nível de alcance desta ferramenta em várias faixas etárias e em diferentes grupos sociais) por considerarmos que proporcionam auxílio na problematização e disseminação do movimento feminista e suas possíveis perspectivas do conceito de empoderamento feminino.

**Palavras-chave:** Feminismo; Empoderamento; Facebook.

**Abstract:** This study aims to work from the very history of the feminist movement, especially the present in Brazil, elements that involve empowerment subsidies and describe it through a feminist perspective. Based on an approach based on the study of women's history, we emphasize through a bibliographical research and study of virtual images, a discussion about the often marginalized social place that women occupy in Brazil and the growing offer of understanding about their Own rights. We have also chosen to analyze the social network Facebook, more specifically its feminist "communities" (due to the high level of reach of

---

<sup>1</sup> Graduada do curso de Licenciatura em História pela Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul, 2017.

this tool in various age groups and in different social groups) because we consider that they provide assistance in the problematization and dissemination of the feminist movement and Prospects of the concept of female empowerment.

**Keywords:** Feminism; empowerment; Facebook.

*É preciso ter coragem pra ser mulher nesse mundo.*

*Para viver como uma.*

*Para escrever sobre elas.*

*Think Olga* \*

## Introdução

Numa sociedade marcada e fundada com base no patriarcalismo, tão explicado e naturalizado por Freyre (2005) e tantos outros, o machismo ainda se sobressai como forma de “dominação natural”, expondo mulheres a preconceitos e violências diárias dentro da sociedade brasileira que embora seja classificada como igualitária, ainda, possui desigualdades latentes em todas as suas esferas. Os movimentos feministas são, assim como outros movimentos, uma saída para várias pessoas que se sentem coagidas dentro da própria sociedade. Então, por que ainda possuem tão pouca visibilidade? Por que questões de gênero, desigualdade e sexismo não são assuntos rotineiros em rodas de conversas cotidianas? Para que entendamos melhor estes questionamentos, é necessário que façamos a análise num contexto em que os interesses masculinos estejam em sobreposição aos femininos e que este seja visto como natu-

---

\* Think Olga é uma Organização Não Governamental que auto se intitula como “uma ONG dedicada ao empoderamento feminino por meio de informação”. Disponível em: <[thinkolga.com/](http://thinkolga.com/)>.

ral, e as vezes, inquestionável perante a sociedade. É assim como disse Pierre Bourdieu que

a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetua-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais (BORDI-EU, 2002).

A nossa sociedade ainda carrega resquícios da naturalização, mesmo que inconsciente, da dominação masculina. E mesmo que as mulheres sofram, infelizmente, violências físicas e morais de todos os tipos, em todos os lugares, o tempo todo o feminismo ainda é tido como algo dispensável. A vítima se cala ou é calada por uma sociedade, que em sua maioria, ainda justifica algumas ações com frases do tipo “isso é coisa de homem/ coisa de mulher” ou “ele pode fazer”, numa espécie de legitimação à “superioridade” (inexistente) masculina. Isto chega a estar enraizado de tal forma que falar de grupos ou práticas de apoio soa como desnecessário, e causa espanto. Será que chegamos a um ponto de naturalização tão elevado, das diversas violências sofridas pelas mulheres, que deixamos de nos preocupar com as vítimas pelo simples fato de pensarmos que elas não existem? As dificuldades enfrentadas pelo feminismo, que efervesceu com a conquista de direitos civis, fizeram com que o feminismo contemporâneo surgisse com o desafio de mostrar, ao contrário do que pensam, que o direito ao voto não fez cessar as desigualdades entre os gêneros e muitas das violências cometidas contra as

mulheres persistem. Ao se referir às dificuldades enfrentadas por este feminismo, Ana Montenegro salienta:

A igualdade de direitos formal foi em parte realizada, não era suficiente para assegurar às mulheres direitos iguais na vida real, levando-se ainda em conta os problemas surgidos com a participação cada vez maior das mulheres na produção social (MONTENEGRO, 1981, p. 32).

Ou seja, mais do que autonomia política, precisamos de autonomia na sociedade como um todo; sobre nossos próprios corpos. É preciso ofertar às mulheres o entendimento para que as mesmas conheçam seu direito à justiça e igualdade e, como veremos adiante, as redes sociais podem desempenhar de maneira significativa este papel.

### **Movimento feminista: do indivíduo ao social**

O movimento feminista no Brasil, assim como em outros países, possuiu picos de efervescência que eclodiram a partir do final século XIX motivados primeiramente pelo movimento das sufragistas (primeiras ativistas engajadas em conseguir o direito ao voto) que rendeu o começo da discussão sobre direitos femininos; direito à educação; a inserção da mulher no mercado de trabalho (atendido parcialmente no período da II Guerra Mundial, em países como os Estados Unidos, uma vez que com a volta dos maridos a distinção entre os papéis de gênero voltam à tona e as mulheres voltam a ocupar o papel de “dona do lar”). Já no Brasil, de acordo com a historiadora Margareth Rago (1985), essa inserção acontece devido ao desenvolvimento econômico que possibilitou o aumento da mão de obra feminina, principalmente no ambiente

fabril). Posteriormente, no final do século XX e início do séc. XXI as reivindicações por diminuição da violência, domínio da mulher sobre o próprio corpo e estudos específicos e direcionados às mesmas ganharam força. Em um panorama geral uma das maiores conquistas e mudança que o feminismo possibilitou, segundo Bordieu (2002), foi permitir que a dominação masculina deixasse de ser algo indiscutível, levantando um leque de possibilidades a serem discutidas. O crescente clamor por melhorias e direitos coexistiu entre diversas questões em épocas diferentes.

É relevante que possamos entender o feminismo como um movimento plural e que como tal se adequa a realidades diferentes em contextos sociais diferentes, mesmo que mantendo uma vertente em comum. Falamos assim de feminismos e suas diversas definições reunindo mulheres pertencentes a situações econômicas, políticas e sociais distintas, para que assim como disse Schwarzer (1975, apud MONTENEGRO, 1985, p. 31), as mesmas possam ir “à luta contra um mundo dominado por normas masculinas”. A trajetória do movimento feminista é marcada por suas especificidades, tanto nas reivindicações quanto na própria forma de organização, podendo mudar cotidianamente, acompanhando demandas diversas, moldando-se as novas necessidades, atendendo as mulheres em suas novas lutas. Embora muitos discordem no tocante à década em que o movimento feminista presente no Brasil tenha aflorado de forma mais acentuada ou se figurado ao conceito de feminismo que temos hoje (variando entre o período da década de 40 ao

regime civil-militar<sup>2</sup>; e o final da década de 70, “ano internacional da mulher<sup>3</sup>”), algo faz as argumentações de ambas encontrarem um ponto de discussão em comum: o caráter social que caracteriza o feminismo em si, partindo do pressuposto que um grupo de pessoas está unido em prol de um único objetivo: ajudar as mulheres a oporem-se às violências e aos preconceitos que as mesmas são submetidas, além de garantir o direito à igualdade política, social e por que não transformar as relações de poder tanto no público quanto no privado. Se em um primeiro momento assume um caráter individual, de ajuda e auxílio a uma vítima de assédio moral, por exemplo, posteriormente dissemina-se em um combate, não só ao agressor, mas ao assédio de uma forma geral em toda a sociedade. E não só a preocupação nas relações pessoais como também na organização política pública, pois:

A opressão de poder que se dava no âmbito privado não podia ser isolada de uma ação política pública mais abrangente: a luta por direitos de cidadania para todos, por exemplo. Assim, foram sendo organizados grupos de reflexão nos quais as mulheres compartilhavam suas agruras, e o que antes parecia um problema individual tornava-se coletivo. (SILVA; SILVA, 2009, p. 146)

Estabelece-se assim uma relação indivíduo-sociedade, gerando uma teia de conexão entre mulheres que têm empatia ou sofreram do mesmo problema que outras, para que possam lutar juntas. É importante

---

<sup>2</sup> MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Recife: Editora Guararapes, 1981.

<sup>3</sup> SARTI, Cynthia. *Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular*. Cad. Pesq. São Paulo, 1988.

que se entenda “luta” não como um combate entre homens e mulheres, mas como um enfrentamento a preceitos de segregação entre os gêneros. O movimento feminista a partir de “grupos de reflexão” e na busca pela aproximação entre as mulheres transforma o que era individual em coletivo. Uma experiência que propicia a fuga do isolamento em que vivem várias mulheres, fadadas a um modo de vida patriarcal; ao trocarem experiências as mesmas constituem, através do companheirismo, uma identidade própria.

O discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública. Conscientizando-se do fato de que as relações interpessoais contêm também um componente de poder e hierarquia (homens versus mulheres, pais versus filhos, brancos versus negros, patrões versus operários, hétero versus homossexuais, etc.), o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 8).

Além do mais, o feminismo é, em grande parte, responsável por inserir a mulher socialmente, considerando-a como um sujeito histórico. “A História das Mulheres, que emerge no século XX através da nova historiografia proposta pela Escola do Annales, tendo como uma das principais precursoras a historiadora Michelle Perrot com obras como “História das mulheres no ocidente” e “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros”, é antes que uma conquista historiográfica, uma conquista das feministas que reivindicaram o seu direito de ser

objeto de estudo para que fizessem parte efetivamente da memória coletiva. Conforme acrescenta ainda Silva e Silva (2009, p. 149) “a História das mulheres é carregada de uma herança feminista proveniente de seu passado, para que a mulher não seja mais esquecida na memória social de um povo”. Ao proporem tal produção, o que também ocorre em relação aos estudos do corpo da mulher, o feminismo abriu a possibilidade de as mulheres entenderem-se como parte colaborativa do meio em que estão inseridas, sujeitos e agentes históricos tão importantes quanto qualquer outro.

### **Empoderamento numa perspectiva feminista**

Traduzida do termo inglês “empowerment”, a palavra empoderamento possui uma conotação muito mais voltada ao sentido de poder e de aquisição a uma emancipação individual econômica. Empoderamento é uma palavra “nova” na língua portuguesa e ainda não é dicionarizada oficialmente, também não é um termo usado exclusivamente para fins feministas. Como exemplo desta definição, está o que a parte responsável pelas mulheres na Organização das Nações Unidas (ONU) chama de “princípios de empoderamento”. O que é, resumidamente, a tentativa de empoderar as mulheres nas atividades sociais e da economia com o objetivo de promover a equidade de gênero. O significado dentro da perspectiva feminista que norteará este trabalho vai além e assume outra roupagem. Assim como disse a entrevistada Vera Lucia Silveira<sup>4</sup>, cria-

---

<sup>4</sup>Entrevista realizada pela autora no dia 28 de maio de 2016, a fim de coletar documentação oral para este estudo.

dora de uma página feminista no *facebook*, intitulada: “Feminismo sem demagogia”, ao ser indagada sobre o que seria o “empoderamento” e por que a mesma não concordava, assim com a autora Cecília Sardenberg (2006), com a visão econômica da aquisição de poder, ela respondeu:

Por que não adianta ter mulheres no poder se elas carregam a ideologia da classe dominante como sua forma de atuar, atacando o direito de outras mulheres. Ter uma mulher no poder não significa também que todas conseguirão estar no poder um dia, os espaços são restritos. (...) Dar autonomia. Dar autonomia é uma forma de libertação coletiva por que não alça alguns a espaços de poder, mas pretende dar a todas condições de estar aptas para seguirem suas vidas de forma independente.

Devido a situações de dicotomia como esta, seu conceito pode assumir significados diferentes e muitas vezes ambíguos, por esta razão sempre que esse for referido aqui assumirá uma conotação especificamente feminista assim como a citada anteriormente, a qual será explicada no decorrer deste trabalho a partir do seu próprio uso e em atribuições a grupos que tem por objetivo aliar as mulheres através de uma sororidade<sup>5</sup> e ajuda mútua.

Empoderar se trata de algo que sempre esteve presente no feminismo: mostrar que o poder também está disponível e é algo acessível tanto para homens quanto para mulheres além de disseminar-se a partir

---

<sup>5</sup> Conceito utilizado por vários grupos feministas e pela página digital “Empoderar duas mulheres” como “forma de aliança entre as mulheres contra a competição imposta pelo machismo”, disponível em:

<[www.facebook.com/empoderaduasmulheres](https://www.facebook.com/empoderaduasmulheres)>. Acesso em: 01 jun. 2016.

de líderes ou grupos preocupados com o bem-estar feminino, porém só vem a ganhar esta titulação contemporaneamente. Uma das definições de empoderamento feminino, que exemplifica de forma muito pontual e precisa o termo numa análise feminista, é dada por Cecília Sardenberg ao afirmar que:

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal (SARDENBERG, 2006, p. 2).

O empoderamento, principalmente no que se refere à realidade brasileira, é importante para dar liberdade a mulheres que além de sentirem a ameaça machista também são afetadas pela desigualdade econômica e racial dentro de uma sociedade que marginaliza aquilo que entende como “minoria”. Devemos empoderar as mulheres para que elas tenham a oportunidade de fazer sua própria revolução, para que possam enxergar-se em grau de equidade para com os homens.

### **Empoderamento nas redes sociais: o facebook**

Quando entendemos a força da representação de um grupo, ou grupos, que se unem com o intuito de promover igualdade entre os sexos; mesmo com discrepâncias nas formas de agir e até mesmo na base de pensamento teórico, uma vez que o feminismo pluralizou-se indo de ideais liberais, marxistas, às mais radicais. Quando notamos sua flexibi-

lidade, compreenderemos melhor o papel da ferramenta “internet” como auxiliadora na disseminação dos discursos feministas e empoderadores. Todavia, a rede de informações também está sujeita a ataques machistas, homofóbicos, preconceituosos e machistas; no *facebook* também aparecem páginas que se auto intitulam antifeministas, como por exemplo, a “Moça, não sou obrigada a ser feminista”. É sempre de suma importância que fontes seguras sobre o tema sejam analisadas, a *internet* deve sempre ser vista como uma das pontes para a conquista de direitos e para aquisição de conhecimento, mas nunca a única. A partir disto a junção entre feminismo, suas várias facetas, e redes sociais deixa claro o formato que o movimento vem tomado.

O feminismo hoje pode ser entendido enquanto um movimento múltiplo, híbrido, globalmente disperso e culturalmente localizado. Em sua trajetória, percebemos a configuração de diferentes momentos e demandas de luta que incidem em configurá-lo enquanto uma vertente política e ideológica atenta às transformações estruturais e microespaciais da sociedade e da cultura (BRIGNOL; TOMAZETTI, 2015, p. 2.).

É possível perceber que com a mesma rapidez que um vídeo no qual uma mulher está sendo menosprezada, violentada, estuprada, etc., alastram-se nas redes sociais, as páginas on-line de cunho feminista, acompanhadas por milhares de mulheres, se mobilizam para denunciar aqueles que estão compartilhando tal vídeo. O uso das redes sociais, aliado aos programas de apoio às mulheres; ONG’s; a Lei Maria da Penha destina as mesmas, entre outros, dá cada vez mais força às vozes anteriormente submetidas ao silêncio. Vozes essas que ecoam e alcan-

çam lugares cada vez mais distantes. Empoderar, neste contexto, ganha uma conotação de “valorização” da mulher enquanto indivíduo, dando subsídio para a criação de uma identidade desprendida de padrões até então impostos.

[...] a maior força, mais importante e menos aparente do movimento feminista esteja na semente de questionamento e de reivindicação que surge na consciência das mulheres que, vivendo anonimamente o seu cotidiano, vêm tentando transformá-lo e recriar a sua relação com o mundo, com os conhecimentos, com os filhos, consigo mesmas (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 70).

As mulheres que conseguem se enxergar dentro de uma totalidade conseguem artifícios para mudar sua realidade a partir, muitas vezes, do próprio espaço doméstico, possibilitando que o acesso à informação chegue mais rápido. Nas redes sociais, e aqui me refiro à ferramenta *facebook*<sup>6</sup>, publicações são direcionadas às mulheres, com uma faixa etária que vai dos treze aos cinquenta anos de idade mais ou menos, com o intuito de trazê-las ao exercício do poder em suas mais diversas formas, intelectual, político, econômico, racial entre outras; abrangendo os papéis de gênero “sutilmente” e alertando sobre preconceitos e estereótipos, de forma clara, usando termos comuns daquela realidade e muitas vezes simples, de fácil entendimento. Assim como demonstram as Figuras a seguir:

---

<sup>6</sup> Darei uma atenção maior a este meio de comunicação por considerá-lo de maior visibilidade, entretanto outras redes de comunicação via internet também são usadas com o mesmo intuito, inclusive muitas vezes como extensão das outras é o caso do *twitter, instagram e blogs*, por exemplo.



Imagen 1 - "Recusa ao sexismo". Fonte: Página da ilustradora e feminista Carol Rossetti no Facebook<sup>7</sup>.



Imagen 2 - "Estereótipos e preconceito racial". Fonte: Página feminista no facebook: "Feminismo sem demagogia"<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/carolrossettidesign>>. Acesso em: 15 mai. 2016.



Imagen 3- Empoderamento vinculado à aceitação do próprio corpo.

Fonte: “Novas Bruxas”<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/photos/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/novasbruxas/>>. Acesso em 27 out. 2017.

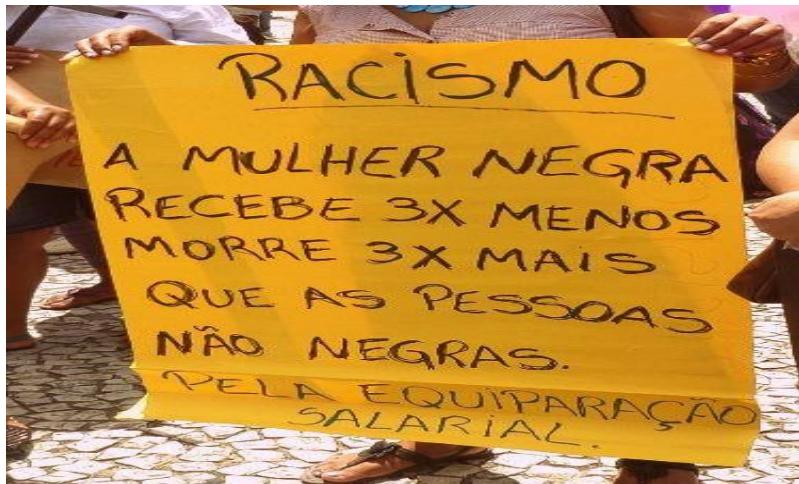


Imagen 4- Feminismo e equidade racial. Fonte: “Novas Bruxas”



Imagen 5- Feminismo e mulheres negras! Fonte: Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/mmmpe/>. Acesso em 30 out. de 2017.

Imagens como estas são feitas também direcionadas a outros tantos casos, como mulheres transexuais, homossexuais, negras, pobres, etc., uma vez que existem vertentes diversas dentro de um mesmo contexto. Questionar a posição que a mulher está na sociedade também propicia uma afronta às relações patriarcais e homofóbicas, entendendo que os homossexuais também se encontram às margens das relações de gênero<sup>11</sup>. Quanto ao *feedback* com as seguidoras e seguidores, os perfis dedicam a ambos os sexos uma ótima forma de agregar homens à causa. Normalmente as trocas são ativas e há o compartilhamento de experiências e depoimentos, que acabam por fazer com que as mulheres auxiliem umas as outras, seja com palavras de apoio ou até mesmo com a marcação de eventos, já que existe uma extensão para além do mundo virtual a partir de militâncias ativas, como a “Marcha das vadias” que divulgam local e horários de encontros entre vários movimentos de mulheres para passeatas e reivindicações públicas contra a violência sofrida pelas mesmas; seguindo o mesmo modelo as administradoras da página virtual no *facebook* que representa a “Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco” além de promover encontros para debater temas como “a violência contra as mulheres negras”, também realizam intervenções nos centros urbanos de cidades como o Recife, colando cartazes de alerta aos temas abordados.

Herdeiro da reflexão acerca da condição inferiorizada da mulher, o atual movimento feminista no Brasil se especializa em mobilizar gru-

---

<sup>11</sup> Números de telefone para que denúncias sejam efetuadas como o da violência contra a mulher (180), homofobia (100), abuso e exploração contra crianças (181), entre outros, são divulgados constantemente nestes perfis

pos de denúncia às violências contra a mulher em suas diversas expressões. É importante ressaltar que muitas vezes as demonstrações de violência acontecem em próprios comentários das publicações, onde homens usam de palavras de baixo calão e algumas vezes chegam a ameaçar as moderadoras; nem sempre as publicações agradam a todos. Entretanto, isso não as faz desistir, pelo contrário só impulsiona mais o movimento, a intrepidez continua sendo a característica mais forte do movimento feminista desde o seu surgimento.

### **Considerações finais**

Se ainda é tão difícil desmistificar certos hábitos de opressão legitimados e naturalizados no decorrer dos séculos em relação ao papel da mulher na sociedade através da reprodução por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado, (tratando-se num contexto de análise de um feminismo voltado a vertente radical que consiste na tese de que o sistema de dominação do sexo é um dos principais motivos da opressão sofrida pelas mulheres) como família, Igreja e imprensa, não deve haver abandono à causa. Mesmo que a ordem social insista em funcionar como uma arma simbólica da dominação masculina restringindo as mulheres em menores espaços de atuação, a luta deve ser constante. Se ainda assim as mesmas tenham que sofrer sob padrões de como falar, se vestir, ter filhos e como tocar o próprio corpo e ainda que muitas mulheres, infelizmente, cheguem a naturalizar a dominação.

Falar e levar informação ainda são ferramentas efetivas de ajuda para aquelas que de alguma forma foram afetadas por alguma dessas

situações. O feminismo não adormeceu após as “conquistas burocráticas” como o voto e o direito a creches; ele floresce em meio a uma sociedade com suas próprias dificuldades, é contemporâneo e necessário. O empoderamento, como fruto desse processo, é causa e ação do feminismo, as adeptas antes de empoderar outras mulheres sofrem o seu próprio processo de empoderamento que as permitem enxergar e combater a imposição masculina a que estão sujeitas, implica em ofertar mudanças no meio em que estão inseridas transformando as estruturas de subordinação. É fato que há muito a ser mudado, mas isso não diminui o que foi e está sendo conquistado. Os feminismos são uma importante peça na construção de uma sociedade igualitária, a união entre as mulheres é capaz de estabelecer uma verdadeira revolução.

## Bibliografia

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Disponível em: <<http://colunastortas.com.br/2015/08/03/pierre-bourdieu-download/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- EMPODERE, M. **Empodere duas mulheres.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/empodereduasmulheres>>. Acesso em 30 abr. 2016.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50<sup>a</sup> edição. Global Editora. 2005.
- MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista.** Recife: Guararapes, 1981.

NOVAS, B. **Novas Bruxas**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/novasbruxas/>>. Acesso em 27 set. 2017.

ONU MULHERES. **Organização das Nações Unidas Mulheres**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>>. Acesso em 27 abr. 2016.

PERNAMBUCO, M. M. M. **Marcha Mundial das Mulheres de Pernambuco**. Disponível em: <[https://www.facebook.com/mmmpe/?hc\\_ref=ARR06kNTJhE1L5As3KaT7YiMmRMR-NoX\\_VwQh2jJ0EVDDgQ7f9P7yj6R8\\_NtkgcaTWU](https://www.facebook.com/mmmpe/?hc_ref=ARR06kNTJhE1L5As3KaT7YiMmRMR-NoX_VwQh2jJ0EVDDgQ7f9P7yj6R8_NtkgcaTWU)>. Acesso em 30 de out. de 2017.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SARDENBERG, M. B. Cecília. **Conceituando “Emporedamento” na Perspectiva Feminista**. 2006. 12 f. Artigo – NEIM/UFBA, Bahia, 2006.

SARTI, Cynthia. **Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular**. Cad. Pesq., São Paulo, 1988.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionários de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

Recebido em: 02/07/2017

Aceito em: 10/05/2018



# O CINEMA, AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E O FILME *AS HORAS*

## THE CINEMA, THE HISTORICAL CHANGES AND THE MOVIE *THE HOURS*

Mariana Fujikawa<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo é resultado de um trabalho escrito para a disciplina de Laboratório de História Contemporânea I, na Universidade Federal do Paraná (UFPR)<sup>2</sup>. Para a realização desse trabalho, cada aluno escolhia uma fonte histórica para relacionar com os textos abordados na disciplina. Nesse sentido, escolhemos o filme e o livro homônimo *As Horas* como fontes. O objetivo, então, era analisar como as relações de gênero mostravam-se presentes em cada uma das personagens do filme. Estruturamos o artigo da seguinte forma: primeiramente tratamos da

---

<sup>1</sup>Aluna de graduação de História (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal do Paraná. Atualmente participa como voluntária do programa de Iniciação Científica da mesma universidade. Participa, também, do grupo de trabalho Modos de Vestir, que é vinculado com o programa de extensão Cultura Material e Gênero: a História das Mulheres no Museu Paranaense. Participou do Programa de Ensino Tutorial (PET) como voluntária e bolsista e participou como bolsista, também, do Programa Instituição de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID). Sua pesquisa, atualmente, trata dos usos do passado no Brasil, utilizando como fonte os discursos da Sessão Magna Aniversária da revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tem interesse na área de Brasil República e na área de Antiguidade Latina e Grega, bem como temas de identidade. Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9792285432672453>

<sup>2</sup> Esse laboratório foi ministrado pela Professora Priscila Piazzentini Vieira, que é Mestre e Doutora em História pelo IFCH/UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Margareth Rago. Estudou o filósofo Michel Foucault, e, baseado em ideias desse e de outros autores, escreveu um artigo intitulado “O filme As Horas e os diferentes modos de produção da subjetividade feminina: da sociedade disciplinar à sociedade de controle” que inspirou, também, a escrita desse trabalho.

questão do cinema como uma fonte histórica, pois focamos a análise no filme, e posteriormente iremos tratar especificamente das questões de gênero na História e em *As Horas*. Por último, apresentaremos as considerações finais.

**Palavras-chave:** Filmes; Cinema; Gênero; *As Horas*.

**Abstract:** This article is the result of a paper made for the discipline Contemporary History Laboratory I. In order to make this paper, every student chose a historic document to relate with the other texts read in the discipline. Therefore, we chose the movie and homonymous book *The Hours* as our historic document. By this, we chose to analyze the gender relations. Our objective was to understand how the gender relations were present in each character of the movie. We chose to organize this article in this form: primarily we are going to talk about the cinema as an historic document, because we are going to focus on the movie analysis. Furthermore, we will specifically work on the thematic of the gender relations in History and in the movie *The Hours*. At last, we will present the conclusions of our work.

**Keywords:** Movies; Cinema; Gender; *The Hours*.

### **As transformações históricas e o cinema como fonte histórica**

No século XIX, a história tradicional buscava relatar os fatos como eles ocorreram, defendia a neutralidade do historiador, buscava as origens, entender o passado tal qual ele foi, bem como procurava alcançar a verdade dos acontecimentos (FOUCAULT, 1998). Esta verdade seria encontrada somente nos documentos tidos como oficiais. Essas fontes seriam escritas e só seriam confiáveis se fossem de autoria de pessoas consideradas relevantes. Os únicos acontecimentos levados em consideração eram os fatos políticos. Tudo o que se afastava desse perfil era excluído.

Com as críticas a essas concepções historiográficas - contidas inclusive no próprio século XIX, como no caso de Nietzsche, Michelet, Burckhardt etc. – e com mudanças na historiografia, há perspectivas que passam a afirmar que a história não espelha o passado tal qual ele foi. Com a Nova História, essa disciplina irá estudar os homens no tempo (BLOCH, 2002). O historiador percebe que entende o passado a partir do seu presente, comprehende que não consegue ser neutro e passa a considerar outros aspectos da sociedade importantes, buscando entender o passado além dos acontecimentos políticos. Além disso, há novas perspectivas, como as abordadas por Foucault que, apoiado em Nietzsche, afirma que a história não é uma ciência, pois esta afirma possuir a verdade, e esse conceito é produzido e também produz efeitos de poder, se tornando, assim, um “regime de verdade” (FOUCAULT, 1998, p. 16).

Nesse sentido, Foucault, inspirado em Nietzsche, se opõe à História tradicional do século XIX e afirma uma história genealógica, que entende o documento como uma construção que possui diversas camadas interpretativas que constroem representações sobre o passado e o historiador não consegue chegar ao acontecimento verdadeiro. Outro aspecto trabalhado por Foucault é o de que os acontecimentos são singulares, e não progressivos, como afirmavam as filosofias da história. Desse forma, esse autor demonstra que não há uma linha contínua do progresso, e sim uma multiplicidade temporal. A história, assim, é composta por conflitos, lutas, avanços, retrocessos, desvios. Essa maneira de entender a história foca em aspectos que eram considerados como sem história: o amor, o corpo, a consciência, e não se apoia sobre nenhum

absoluto. Assim, pensa nas descontinuidades e nos cortes e vê o jogo de forças e o historiador ou historiadora como alguém que possui uma perspectiva, um posicionamento político. Essa abordagem histórica não impõe uma verdade, nem um sujeito universal. Considerando que há um deslocamento de quem pode ser o sujeito da história, o documento oficial prezado pela história acontecimental não precisa mais ser o foco. Dessa forma, há a possibilidade de estudar outros documentos - não somente os escritos – e outros sujeitos históricos, como as mulheres.

O cinema, então, passa a ser mais estudado pela História, pois pode propor leituras sobre um período histórico, bem como pode levá-nos a um melhor entendimento de aspectos muitas vezes não presentes na documentação escrita dita como oficial.

Ainda, é preciso enfatizar que o cinema, assim como a escrita da história, mesmo que de maneiras diferentes, também constrói uma narrativa, e não retrata e nem sempre busca retratar a verdade dos acontecimentos. E, acima de tudo, como afirma Marcos Napolitano, não importa se o filme foi fiel ou não aos diálogos históricos realmente ocorridos. O que o olhar do historiador deve buscar entender é o porquê das adaptações e falsificações apresentadas no filme (NAPOLITANO, 2006, p. 241). Nesse sentido de entender o filme como uma fonte válida para trabalharmos a história e como um aspecto que não espelha a verdade, mas construções da realidade, é que iremos trabalhar as questões de gênero no filme *As horas*.

## **Problemas de gênero: os feminismos na história**

Como afirmado anteriormente, o historicismo privilegiava o específico e a política institucional. Esta era considerada, no século XIX, pertencente ao mundo público, e essa esfera era considerada como essencialmente masculina. Assim, o sujeito histórico priorizado era o homem. Trabalhar fora do âmbito doméstico era considerada como uma função masculina e, como afirma Joan Scott (1994), apesar de muitas mulheres trabalharem no âmbito público, o homem trabalhador ainda seria diferenciado, pois ele seria o responsável pelo salário que proveria a família. A partir disso, pode-se pensar que o homem pertenceria ao mundo público, ao mundo do trabalho, enquanto a mulher, ainda que trabalhasse fora de casa, permaneceria atrelada ao mundo privado, doméstico, e sua renda fora de casa seria vista como complementar à renda masculina. Assim, ainda que trabalhessem, participassem do mundo público, essas mulheres eram consideradas como pertencentes ao mundo privado, pois acreditavam que elas deveriam ser, acima de tudo, boas donas de casa, como afirma Hall (1991).

Donas de casa, mães e esposas. Esse era o papel comumente atribuído às mulheres. Porém, é importante ressaltar que houve, nesse período, resistência, e muitas mulheres não aceitaram permanecer na esfera privada. Como afirma Roberta Gilchrist (1999, p. 02): “All feminism is characterised by a political commitment to change existing power relations between men and women, but feminist thought is perceived as having advanced in three separate waves”.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Todo feminismo é caracterizado por um compromisso político para mudar as relações de poder existentes entre homens e mulheres, mas o pensamento femi-

Tais ondas são marcadas por diferenças temporais. A despeito das diferenças entre as feministas sobre a demarcação exata em relação à datação das ondas, há uma definição comum que afirma que a primeira onda seria demarcada entre 1880 e 1920. Dessa forma, muitas das mulheres que deviam permanecer sendo boas esposas, donas de casas e mães contestaram as posições a elas designadas, buscando e alcançando a emancipação pública, através da luta pelo voto feminino, bem como conseguindo conquistar mais direitos nas esferas da política e educação (GILCHRIST, 1999, p. 03).

Muito foi conquistado, mas a sociedade permanecia desigual. Nesse sentido, no fim da década de 1960, houve a emergência da segunda onda feminista, que focava na emancipação feminina em relação à sexualidade, à reprodução. Essa onda buscava entender as causas da opressão feminina, e atrelava a culpa ao patriarcado (GILHCRIST, 1999, p. 03).

A segunda onda possuía um teor essencialista, que afirmava que todas as mulheres eram iguais no sentido de serem oprimidas pelo patriarcado. A terceira onda feminista surge na década de 1990, e, com considerações do pós-modernismo, passa a focar em mais simbólicas abordagens. Assim, Gilchrist afirma também que:

significantly, the universalist meta-narratives of second wave feminism have been replaced by greater pluralism, while the emphasis on addressing inequality between men

---

nista é visto como tendo avançado em três diferentes ondas. (GILCHRIST, 1999, tradução nossa, idem).

and women has been superseded by the imperative to understand gender ‘difference’<sup>4</sup> (GILCHRIST, 1999, p. 03).

É importante afirmar, também, que o feminismo não é e não foi algo homogêneo, e há diversas correntes desse movimento, como o feminismo radical e o marxista. As feministas radicais dão ênfase nas diferenças sexuais entre homens e mulheres, sendo comumente criticadas por ressaltarem uma visão essencialista das mulheres, em que todas as mulheres - independente das raças, classes ou culturas – são consideradas como iguais. O feminismo marxista atrela a opressão das mulheres às origens da propriedade privada, vendo também as mulheres como uma única classe, que seria unida pela opressão dos sistemas capitalistas de produção (GILCHRIST, 1999, p. 04).

A terceira onda feminista, por outro lado, considerando as diferenças entre as etnicidades, as classes sociais, as raças e as sexualidades, bem como dialogando com as reflexões de Michel Foucault, contempla a multiplicidade de pessoas e a complexidade de constituição dos sujeitos. Assim, o pós-estruturalismo e as feministas da terceira onda rejeitam os aspectos universais e essencialistas das outras ondas e de certas correntes feministas (GILHCRIST, 1999, p. 05).

Outra forma de abordar o gênero que considera também as diferenças é a Teoria Queer que, surgindo no mesmo período da terceira

---

<sup>4</sup> De forma significante, as meta-narrativas univesalizantes da segunda onda feminista foram substituídas por uma maior pluralidade, enquanto as ênfases de endereçar a desigualdade entre homens e mulheres foi transformada pelo imperativo de entender as diferenças de gênero. (GILHCRIST, 1999, tradução nossa, idem).

onda feminista, busca problematizar e analisar a questão da sexualidade, pois o sexo é atrelado à identidade, e a Teoria Queer busca desconstruí-la (MISKOLCI, 2012). Na Teoria Queer não há uma categorização das pessoas em gays, lésbicas, pois essa teoria busca entender as diferenças pelas diferenças, e não em busca de normatizá-las e categorizá-las. Judith Butler (2015) afirma que o feminismo atrela, muitas vezes, o sexo feminino como uma identidade, mas para ela é importante considerarmos a identidade como algo não fixo, pois identidades fixas criam exclusões. Ela busca desestabilizar a aparente centralidade e coerência das identidades de gênero heterossexuais a partir do exame de como essas identidades são criadas.

Dessa forma, o feminismo e a Teoria Queer modificaram e lutam por ainda modificar diversos aspectos: não somente a situação das mulheres, como também a historiografia. A partir desse movimento e de outras formas de abordar as questões de gênero, a história das mulheres e as questões de gênero começaram a ser estudadas, e isso possibilitou que outras fontes e sujeitos históricos, antes ignorados, pudessem ser estudados.

Ainda assim, é importante ressaltar que, como afirma Joan Scott, as questões de gênero não podem ser vistas como um *box* no livro didático, ou como uma matéria separada da história. Temos que inserir essa abordagem em nossos estudos, em nossa análise da história, e é nesse sentido que realizamos essa abordagem no filme *As horas*. Este é um filme que trata de mulheres e de sua relação com a vida, com as suas

batalhas cotidianas pela própria sobrevivência. Assim, iremos entender como os problemas de gênero afetam suas vidas, suas histórias.

### **Encarar a vida de frente, sempre encarar a vida de frente: as relações de gênero em *As Horas***

"Mrs. Dalloway disse que ela mesma iria comprar as flores" (WOOLF, 1980, p.7). É essa a fala inicial do livro *Mrs. Dalloway* e de uma das cenas iniciais do filme *As Horas*. O filme, de 2002, mostra três mulheres, em diferentes temporalidades e locais, com dúvidas existenciais parecidas e interligadas pelo livro *Mrs. Dalloway*, escrito por Virginia Woolf em 1980.

Não é novidade a fala de que mulheres não devem escrever, mas sim ser donas de casa. O filme *As Horas* mostra uma dona de casa, chamada Laura Brown (Juliane Moore), que viveu no século XX, nos anos 50, na cidade de Los Angeles. Parece ter uma vida feliz: um marido amoroso, um filho e está grávida novamente! De acordo com sua amiga Kitty, Laura seria uma mulher completa, sendo mãe e esposa! Laura, porém, é infeliz. A vida de dona de casa, esposa e mãe não é o que ela desejava. Ela lia o romance de Virginia Woolf.

Ainda no filme, Virginia (Nicole Kidman) é uma escritora londrina que, depois de enfrentar quadros depressivos, é levada para o interior da Inglaterra, na cidade de Richmond, por recomendação médica. O ano é de 1923 e Virginia se encontra num estado de depressão profunda, que se acentua com a recusa de seu marido para voltarem a morar em Londres. Vive as horas de sua vida sofrendo, angustiada. A escritora deseja

voltar para Londres, onde poderia estar em contato com festas e outras formas de sociabilidade. Seu marido, porém, preocupado com sua saúde, deseja que ela permaneça em Richmond. Para ela era preferível morrer que passar a vida neste local. Nesse contexto, escreve *Mrs. Dalloway*<sup>5</sup>.

A terceira personagem, Clarissa Vaughan (Meryl Streep), é retratada na cidade de Nova York, no ano de 2001. Ela também é uma mulher com inseguranças e angústias, assim como as outras personagens, e mostra-se como uma mulher muito dedicada ao seu ex-amante Richard (Ed Harris), um paciente que possui AIDS em estado terminal. Ainda que vivendo na atualidade com sua companheira Sally (Allison Janney), permanece presa ao passado desse romance há muito tempo vivido.

Virginia ouve o despertador. Clarissa e Laura também. As três se levantam, se arrumam, mas somente Clarissa vai comprar as flores. Virginia se recusa a comer o café da manhã, e logo começa a escrever o livro *Mrs. Dalloway*. “Toda a vida de uma mulher em um único dia” (AS HORAS, 2002, 16min), pensa Virginia ao escrever o livro. Toda a vida de Laura, Virginia e Clarissa pode ser vista em um único dia. Ao escrever o livro, Virginia é então interrompida. Sua empregada entra no quarto perguntando o que deveria fazer no almoço. Essa mesma autora, em *Um teto todo seu* (2014), fala de mulheres e escrita. Por que então esse título? É a pergunta de Virginia. Bem, ela mesma responde: as mu-

---

<sup>5</sup> É importante afirmar que essa figura de Virginia Woolf é uma representação de um filme feito em 2002, e que essa escritora em outros momentos não vivia de forma tão melancólica.

Iheres tinham dificuldade para escrever. Não por falta de capacidade, mas porque não tinham um teto todo seu, e eram constantemente interrompidas enquanto escreviam.

Em 2001, Clarissa tem um teto todo seu, e no filme ela é uma editora. Atualmente, então, seria mais fácil uma mulher ser escritora? As mulheres têm condições de terem seu próprio quarto, sua própria casa, mas como afirma Colasanti (1997), uma pergunta permanece: “Por que nos perguntam se existimos?”. Como explica no texto homônimo, a escrita feminina é contestada e a pergunta “existe literatura feminina?” continua persistente. Para ela, porém, essa pergunta continua a existir para diminuir a literatura feminina, pois há um “medo viril da equivalência feminina” (COLASANTI, 1997, p. 270).

E isso atualmente. Antes? Sobre o antes, Virginia Woolf escreveu que o trabalho da escrita, pelas mulheres, “foi influenciado por condições que nada tinham a ver com a arte” (WOOLF, 2014, p. 42). Foi influenciado pela injustiça que essas escritoras sentiam em relação ao mundo, pela luta por uma causa pessoal, pelo ressentimento e insatisfação que sentiam. Antes as escritoras escreviam romances. Por sua natureza? Não, afirma Virginia, mas por que eram treinadas para serem romancistas, pois este seria o gênero mais fácil de retomar após ter sido interrompida pelo marido, pelo filho, ou pela empregada.

O agora ou o futuro esperado por Woolf seria o de uma mudança de atitude, em que as escritoras não precisariam mais ser amargas e não mais deixariam esse ressentimento aparecer em sua obra, pois “aproximamo-nos de uma época, se é que já não a atingimos, em que haverá

pouca ou nenhuma influência externa para perturbar sua escrita” (WOOLF, 2015, p. 276).

A visão otimista de Virginia Woolf, escrevendo nos anos 1920, talvez não tenha se concretizado, pelo menos não nos anos de 1950. Laura Brown, vivendo nesse contexto, acorda e começa a ler *Mrs. Dalloway*. Levanta-se e encontra flores já compradas pelo marido. É aniversário dele. Ela vê o marido sair de casa para ir trabalhar e, enquanto acena para ele, seu sorriso desaparece. Ela e seu filho, então, começam a preparar o bolo para o aniversário.

Dona de casa, mãe e esposa. Laura Brown se encontra presa a esses papéis. Como afirma Danda Prado, “o caminho profissional, digamos assim, que a sociedade designa às jovens é prioritariamente o de esposa/ mãe/ dona-de-casa” (PRADO, 1979, p. 106). A amiga de Laura já afirmava: “você tem sorte, Laura. Eu não acredito que você pode se chamar de mulher antes de você se tornar uma mãe” (AS HORAS, 2002, 38min). Perrot (2009, p. 137) comenta sobre essa ideia, afirmando que uma mulher sem filhos era considerada um monstro, algo que não seria da ordem da naturalidade. E isso porque se acreditava que essas funções e papéis eram inerentes pelo “fato de ser mulher”. Além disso, nessas funções e na realização das tarefas domésticas é que as mulheres deveriam encontrar a felicidade.

Laura Brown, porém, sorria falsamente para o marido enquanto ele ia para o trabalho. Esse sorriso logo sai de seu rosto. Mesmo assim, mesmo infeliz, ela vai preparar o bolo. Ela prepara o bolo porque lhe

ensinaram que ela devia ser uma boa esposa, uma boa mãe. Rousseau afirmou:

A educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradar-lhe, ser-lhe útil, ser amada e respeitada por ele, educá-lo, enaltecê-lo, cuidar dele, aconselhá-lo, tornar-lhe a vida agradável e amena: eis os deveres das mulheres em todas as épocas. É o que deve ensinar-lhe desde a infância. (ROUSSEAU, 1762 apud PRADO, 1979, p. 97)

Essa frase foi escrita no século XVIII, mas Laura Brown tinha de realizar, nos anos de 1950, o que foi afirmado há duzentos anos. Fez o bolo para cuidar do marido, para mostrar para ele, como afirmou para seu filho, que eles o amavam. O estado mental de Laura não estava bem. Luft afirma ter lido um estudo que fazia pergunta do porquê de as mulheres serem em maior número em clínicas e consultórios psiquiatras. Ela afirma que a conclusão da autora era a de que havia menos homens em hospícios porque estavam aos cuidados das mulheres de sua própria família (LUFT, 1997, p. 160).

Laura então tinha que cuidar do marido e, por isso, preparava a festa de aniversário dele. O seu bolo, porém, não deu certo. Como sua amiga Kitty afirma: “eu não sei como você acha tão difícil fazer um bolo! Todos conseguem fazer um bolo” (AS HORAS, 2002, 35min). Mas Laura não consegue. Laura não queria ser uma dona de casa que sabe cozinhar, nem a esposa e mãe perfeita. Ela então pega diversos remédios e deixa o filho na casa de uma senhora que iria cuidar dele. O filho entra em desespero, pois não quer se separar da mãe. Ela o deixa mesmo assim e se dirige para um hotel.

Laura é infeliz. Clarissa, em 2001, também é infeliz. Mora com Sally, com quem vive há dez anos. Sally chega em casa de madrugada. Elas são um novo modelo de família. Ainda que não se trate do filme, é interessante ressaltar que o canal brasileiro GNT exibe o programa “família é família” (Direção: João Jardim, GNT, 2011.) que busca tratar de novos modelos de família: casais lésbicos, gays, mães e pais solteiros. São retratadas reproduções e readequações, em grande parte dessas novas famílias, de uma heteronormatividade, em que há papéis definidos de quem seria o homem e a mulher, e em que há a reprodução de problemas desses casais héteros. Este é o caso de Clarissa e Sally. Não porque elas desejam reproduzir esses problemas, mas porque, como defende Swain: “a heterossexualidade compulsória, fenômeno relativamente recente na história humana, passa a ser regra universal” (SWAIN, 2000, p. 35).

Ainda assim, Butler (2015) afirma que essa heteronormatividade, ao fazer parte também do cotidiano de casais lésbicos, ou gays, não é uma simples reprodução do heterossexual. Ela, baseando-se em estudos foucaultianos, afirma que os corpos não simplesmente se sujeitam, existindo, também, uma subversão dessa heterossexualidade. Assim, essas novas formas de família não agem como os casais héteros. Elas jogam, brincam com essa heteronomatividade, readequando-a para modos diferentes de vida. Dessa forma, há uma paródia realizada por esses sujeitos.

No filme, Laura Brown ia dar uma festa de aniversário para seu marido. Clarissa também irá dar uma festa, assim como Mrs. Dalloway. Clarissa irá celebrar o fato de que seu ex-amante Richard, um escritor,

ganhou um importante prêmio de literatura. Ela ouve o despertador, se arruma e sai para comprar flores. Compra flores para a festa, e também para Richard. Leva as flores para a casa dele, e, ao bater na porta, ouve “Mrs. Dalloway, é você!” (AS HORAS, 2002, 17min), gritado por Richard. Ele tem AIDS, não deseja ir à festa ou sequer estar vivo. Afirma: “Acho que só permaneço vivendo para te satisfazer” (AS HORAS, 2002, 25min). Clarissa insiste que ele vá para a festa. Ele cede e ela combina de voltar para a casa dele ajudá-lo a se vestir às 15:30.

Clarissa chega mais cedo do que o horário planejado na casa de Richard. Encontra-o abalado. Ele afirma que ficou vivo por ela, mas que ela tinha de deixá-lo partir. “Você foi tão boa para mim, Mrs. Dalloway. Eu amo você. Não acredito que duas pessoas poderiam ter sido mais felizes” (AS HORAS, 2002, 89min). É o que ele diz antes de se jogar pela janela.

É também o que diz Virginia Woolf posteriormente em sua carta de suicídio para seu marido. A escritora desejava voltar para Londres. Sua vida era regulada pela vontade e conselho dos médicos que cuidavam dela. Ela foge de casa e vai para a estação de trem, desejando comprar uma passagem para Londres. Seu marido a encontra e eles discutem. Ela afirma “se é uma escolha entre Richmond e a morte, eu escolho a morte” (AS HORAS, 2002, 80min). Ele, então, concorda em voltar para a capital, onde Virginia continua a escrever *Mrs. Dalloway*. Ela tinha dúvidas se mataria a personagem principal, mas escolhe não matá-la, e que o poeta é quem morreria. Seu marido, Leonard, pergunta por que alguém tem que morrer. Virginia afirma que é para que as pessoas

valorizem mais a vida. “É contraste” (AS HORAS, 2002, 90min), afirma a escritora, no filme.

Na sequência, Laura Brown vai para o hotel. Termina de ler *Mrs. Dalloway* e está decidida a cometer suicídio. Pega os remédios, mas não consegue se matar. Volta para buscar o filho, para casa, onde comemora o aniversário do marido. Não conseguiu cometer suicídio, mas permanecia infeliz. A vida de esposa, mãe e dona de casa não a fazia feliz. De noite, então, ela elabora um plano e afirma que abandonará sua família quando sua filha nascer.

Richard cometeu suicídio e Clarissa passa a valorizar mais a vida. A mãe de Richard, então, aparece na casa de Clarissa. Laura Brown é sua mãe. Ao explicar para Clarissa o porquê de ter abandonado seus filhos, Clarissa não diz palavras que mostram que ela aceita essa atitude. Laura afirma que para ela não é uma questão de esperar ser perdoada, pois ela imagina que, para muitas pessoas, abandonar seus filhos seria a coisa mais horrível que uma mãe poderia fazer. Ela ressalta que para ela a questão era a de uma escolha entre a vida ou a morte, e ela escolheu a vida.

Virginia volta para Londres, porém posteriormente passa novamente por instabilidades emocionais - ela ouvia vozes e já não conseguia mais se concentrar para escrever seus textos. Escreve então as cartas de suicídio, uma para sua irmã Vanessa e outra para seu marido, Leonard. A cena inicial do filme é a leitura dessa carta escrita para Leonard. A cena final também é uma escrita de Virginia para Leonard rela-

ciona-se à vida, à forma de viver, não somente dela, mas também de Clarissa e Laura:

Querido Leonard, encarar a vida de frente, sempre encarar a vida de frente. E vê-la como ela é. Entendê-la, finalmente. E amá-la do jeito que ela é, e então, deixá-la partir. Leonard. Sempre os anos entre nós. Sempre os anos. Sempre o amor. Sempre as horas (AS HORAS, 2002, 106min).

### **Considerações finais**

Virginia Woolf era uma escritora que imaginava que, quando as mulheres possuíssem tetos que fossem somente delas, elas poderiam escrever, poderiam criar. Virginia nasceu em 1882 e faleceu em 1941.

No filme, Laura afirma que para ela a questão era a de uma escolha entre a vida ou a morte, e ela escolheu a vida. Escolher a vida, para ela, significava abandonar seu marido e seus filhos. Laura era esposa e mãe porque este era o papel a ela atribuído. A narrativa de sua história ocorre nos anos 50. É importante afirmarmos que essa é uma narrativa que foi criada em 2002 e retrata uma época distante. Ela não espelha o real, mas constrói um olhar sobre aspectos que muitas mulheres viveram, e por isso é importante analisarmos esse filme.

Clarissa tem sua narrativa voltada a 2001 e não aceita o que Laura escolheu. Clarissa, apesar de viver no século XXI, não aceitou o abandono de Laura, mas nós hoje podemos escolher aceitar. Aceitamos porque a sociedade se transforma. Como afirmado, o feminismo e a Teoria Queer modificaram e ainda modificam, a partir de lutas e resistências, diversos aspectos, como qual seria o significado do papel feminino, a

qual esfera elas pertenceriam, assim como a questão das diversas sexualidades.

Dessa forma, ainda que em 1950 houvesse inúmeras dificuldades para mulheres, assim como em 2001 isso continue existindo, e a indagação comentada por Colasanti (1997): “por que nos perguntam se existimos?” continue sendo indagada hoje, talvez com as próximas gerações a afirmação de Virginia Woolf (2015) - defendendo que as mulheres iriam conseguir escrever sem ressentimentos causados pela diferença de gênero - passe a ser mais próxima da realidade. Talvez a pergunta “mulheres escritoras existem?” ou “existe uma escrita feminina?” sejam menos indagadas. Isso não será realizado de um instante para outro, e sem discussão, mas o fato de existir uma popularização de leituras sobre gênero<sup>6</sup>, a popularização de algumas mulheres escritoras<sup>7</sup>, a aparição cada vez mais constante de mulheres protagonistas em filmes<sup>8</sup>, assim como o debate sobre gênero que está cada vez mais presente na sociedade trazem e mostram mudanças positivas.

---

<sup>6</sup> Como por exemplo a Simone de Beauvoir, que, após um trecho de sua obra *O Segundo Sexo* ter sido abordado no ENEM (2015), reavivou esse debate no Brasil.

<sup>7</sup> Como a J. K Rowling, que, além da série Harry Potter ter alcançado enorme sucesso com os livros, também fez sucesso com os filmes. E, agora, uma nova série relacionada a esse mundo mágico continua sendo produzida (*Animais Fantásticos e onde habitam*). Importante afirmar, também, que a obra dessa escritora, inicialmente, justamente por ser mulher, foi rejeitada por diversas editoras e, inclusive, ela não colocou seu nome completo na capa porque os editores pensaram que se os leitores vissem que uma mulher escreveu, eles não comprariam o livro. Porém, atualmente, grande parte dos leitores e espectadores dos livros *Harry Potter* sabem que ela é uma mulher.

<sup>8</sup> Como os novos filmes da saga *Star Wars* (*O despertar da força*, 2015) e (*Rogue One*, 2016), assim como a nova versão do filme *Ghostbusters* (2016).

## Bibliografia

- AS HORAS.* Direção: Stephen Daldry. Produção: Scott Rudin, Hollywood (EUA): Paramount Pictures, 114 min., 2002, DVD.
- FAMÍLIA É FAMÍLIA.* Direção: João Jardim, GNT, 2011.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno.* Botafogo: Editora Nova Fronteira, 1980.
- BLOCH, Marc. A história, os homens, o tempo. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 51-60.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade.* São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.
- COLASANTI, Marina. Por que nos perguntam se existimos. In: PEGGY, Sharpe (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina.* Goiânia: Editora da UFG, 1997, pp. 32-42.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 15-18.
- GILCHRIST, Roberta. *Gender and Archaeology.* Routledge: London, 1999.
- HALL, Catherine. Sweet home. In: ARIÈS, Phillippe; DUBY, Georges (org.). *História da Vida Privada,* São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 1.
- LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.* Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1974, pp. 206- 241.
- LUFT, Lya. Masculino e feminino: um possível reencontro. In: PEGGY, Sharpe (org.). op. cit., pp. 153-166.
- MISKOLCY, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.* São Paulo: Autêntica Editora, 2012.

- NAPOLITANO, Marcos. “A História depois do papel”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 107- 175.
- PRADO, Danda. *Ser esposa: a mais antiga profissão*. Tatuapé: Brasiliense, 1979, pp. 97-127.
- SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (org.). *História das mulheres no ocidente*. São Paulo: EBRA-DIL, 1994, p. 443-475.
- SWAIN, Tânia Navarro. *O que é lesbianismo?* Tatuapé: Editora Brasiliense, 2000.
- VIEIRA, Priscila Piazzentini O filme As Horas e os diferentes modos de produção da subjetividade feminina: da sociedade disciplinar à sociedade de controle. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho 2001, pp. 1-12.
- WOOLF, Virginia. *Mrs. Dalloway*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- \_\_\_\_\_ *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.
- \_\_\_\_\_ Mulheres e ficção. In: *O valor do riso*. São Paulo: Cosac Naify, 2015, pp. 270-283.

Recebido em: 26/02/2018  
Aceito em: 31/03/2018

# **OS CONCEITOS DA HISTÓRIA DE MARX E ENGELS À REVOLUÇÃO RUSSA: CONSCIÊNCIA, VIDA MATERIAL E LUTA DE CLASSES**

## **THE CONCEPTS OF HISTORY FROM MARX AND ENGELS TO THE RUSSIAN REVOLUTION: CONSCIOUSNESS, MATERIAL LIFE AND CLASS STRUGGLE**

*Lucas Tubino Pianta<sup>1</sup>*

**Resumo:** No século XIX Marx e Engels desenvolveram a teoria que serviria como impulso para que os Bolcheviques tomassem o poder e chegassem à revolução na Rússia no início do século XX. Porém, a própria revolução pôs em cheque as considerações de Marx e Engels ao mesmo tempo em que apresentava distinta fertilidade no que diz respeito à produção da teoria marxista, assim como à produção historiográfica. Stalin e Trotsky, duas figuras que a história nos traz enquanto antagonistas dentro do processo revolucionário russo exerceram o papel de historiadores ao levantarem seus debates sobre a revolução, ambos na década de 1930. Dentro de sua produção encontramos debates que giram em torno da teoria de Marx e Engels, assim como fatos novos que levaram a conclusões diferentes daquelas que rodavam as expectativas marxianas. É a partir destas conclusões que analisaremos Trotsky e Stalin enquanto historiadores.

**Palavras-chave:** Marxismo; Revolução Russa; Luta de Classes, Consciência, Vida Material; Materialismo Histórico-dialético.

---

<sup>1</sup> Graduando de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

**Abstract:** On the nineteenth century, Marx and Engels developed the theory which would later be the basis for the Bolsheviks, on the twentieth century, to take the power in Russia and then make the revolution. When the revolution happened and brought to the history some new facts, it made the Marxist theorists look back and rethink some of Marx's and Engels's expectations about history and also led to the development of a lot of historiographical productions. Stalin and Trotsky, which history shows us to be antagonistic actors of the Russian Revolution, wrote the history of the Revolution, both in the 1930's. Reading their history books it is easy to find Marxist theory, just like some of the new facts which led to some other conclusions which were different from those that Marx and Engels had expected. Since we found out which are those new conclusions, we are going to analyze Trotsky and Stalin as historians.

**Keywords:** Marxism; Russian Revolution; Class Struggle; Consciousness; Material life, Dialectical and Historical Materialism.

## Introdução

“A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”, é o que dizem Marx e Engels (2001: 23) na primeira frase do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1848. Ou seja, para Marx e Engels, a história se faz através da “constante oposição” (ENGELS, MARX 2001: 23) entre aqueles que oprimem e aqueles que são oprimidos. Ainda sobre a história, agora em *A Ideologia Alemã*, manuscrita em 1846, Marx e Engels afirmam que

A história não é senão uma sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que precederam, e que por isso continua, portanto, por um lado, ainda que em circunstâncias completamente mudadas, a atividade transmitida, e, por outro, modifica as velhas circunstâncias com uma atividade completamente mudada (...) Desse mo-

do, a história recebe então finalidades à parte e torna-se uma “pessoa a par de outras” (...) enquanto aquilo que se designa com as palavras “Determinação”, “Finalidade”<sup>2</sup>, “Germe”, “Ideia” da história anterior nada mais é do que uma abstração formada a partir da história posterior, uma abstração a partir da influência ativa que história anterior exerce sobre a posterior<sup>3</sup>. (ENGELS, MARX, 2009: 53)

E é a partir destas e algumas outras considerações de Marx e Engels sobre a história, e feita uma análise prévia sobre o conceito de história nos dois autores, que pretendemos analisar enquanto fontes duas obras relacionadas à maior experiência marxista que já vimos: a Revolução Russa.

Ao analisarmos enquanto fontes os livros *A História da Revolução Russa*, de Trotsky, escrito entre 1930 e 1932 e *A História do Partido Comunista da União Soviética (Bolcheviques)*, escrito em 1939 em nome do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, sob o comando de Stalin, estamos nos propondo a analisar os dois personagens enquanto historiadores, e enquanto marxistas, e buscar nas duas figuras o conceito de história por trás das obras analisadas. Logo, nos propomos a fazer um debate teórico, um trabalho técnico e especulativo partindo de Marx e Engels e chegando em Trotsky e Stalin.

---

<sup>2</sup> Ao expressarem a palavra “finalidade” entendemos que Marx e Engels aplicam um sentido teleológico à história. Ou seja, trazem à baila uma “lógica histórica” (THOMPSON, 1981: 48). Sobre a “lógica histórica” no materialismo dialético Thompson (1981: 61) afirma ser uma “obstinação teimosa” que “se dá tanto na teoria quanto na prática” (práxis) e dessa forma “um diálogo e seu discurso de demonstração é conduzido nos termos da lógica histórica”.

<sup>3</sup> Aquilo que François Hartog (1996: 96), segundo o vocabulário hegeliano, chama de “História – em – si”.

Consideramos importante ressaltar o papel da praxis dentro da teoria marxista, assim como o método de análise materialista da história para entendermos o que Marx e Engels nos queriam dizer ao tratar da história dentro de sua teoria. Portanto, não seria possível analisar a história relacionada à Revolução Russa escrita por Trotsky e Stalin sem antes recapitularmos um pouco do que a teoria de Marx e Engels fala sobre a história e a historiografia, pois entendemos que houve apropriação da teoria marxiana e produção de teoria marxista durante o processo revolucionário, assim como a prática revolucionária também passava pelo legado de Marx e Engels tanto na sua teoria quanto na história da humanidade.

Desta forma nos dedicamos a levantar algumas questões às obras escolhidas para a análise, assim como um problema de pesquisa, talvez ousado, mas com certeza sedutor: seriam Trotsky e Stalin, enquanto historiadores, marxistas?

## A Ideologia Alemã

Em *A Ideologia Alemã* Marx e Engels se propõem a analisar a história numa perspectiva materialista e dialética. As premissas para se pensar a história dialética e materialmente “não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais e delas só na imaginação se pode abstrair” (ENGELS; MARX, 2009: 23). E são dessas premissas que “toda a historiografia tem de partir” (ENGELS, MARX, 2009: 24). Tais premissas que Marx e Engels afirmam ser:

A primeira premissa de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea desses indivíduos e a relação por isso existente com o resto da natureza. Não podemos entrar aqui, naturalmente, nem na constituição física dos próprios homens, nem nas condições naturais que os homens encontraram – as condições geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras. (ENGELS, MARX, 2009: 24)

Ou seja, a historiografia é produto da atividade humana e das condições materiais que permitem com que a atividade se desenvolva; e se “ao produzirem seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material” (ENGELS, MARX: 2009: 24), a historiografia, tal qual é pensada por Marx e Engels, pode então ser tratada não apenas como o registro da ação – trabalho, por exemplo – dos homens perante o meio, mas como fruto desta própria relação homem-natureza.

Também das premissas materiais se desenvolve a consciência, já que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (ENGELS, MARX, 2009: 32). No entanto, a consciência, assim como

a moral, a religião, a metafísica e toda outra ideologia (...) não têm história, não têm desenvolvimento, são os homens que desenvolvem sua produção material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. (ENGELS, MARX, 2009: 32)

Entendemos disso, então, que a história está reservada aos homens, à sua existência e vida material e as instituições, a consciência,

etc. São produto destes fatores e à medida que os fatores mudam, muda também o produto. Ou seja, a história tem como pressuposto o homem.

Os seus pressupostos são os homens não num qualquer isolamento e fixidez fantásticos, mas no seu processo, perceptível empiricamente, de desenvolvimento real e sob determinadas condições. Assim que esse processo de vida ativo é apresentado, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos – como é para os empiristas, eles próprios ainda abstratos -, ou uma ação imaginada de sujeitos imaginados, como para os idealistas. (ENGELS, MARX, 2009: 32)

Se a história está reservada aos homens e à sua existência e vida material, Marx e Engels afirmam ser as condições dadas para a existência humana o primeiro ato histórico:

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades<sup>4</sup>, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (ENGELS, MARX, 2009: 40, 41)

Então, pela presente exposição do que se faz essencial pensar sobre as considerações de Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, sobre a história e a historiografia, acreditamos poder concluir que para os dois

---

<sup>4</sup> As necessidades dizem respeito à seguinte passagem, anterior à citação das páginas 40 - 41: “Como os Alemães, que não partem de qualquer pressuposto, temos de começar por constatar o primeiro pressuposto de toda vida a existência humana, e portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’. Mas da vida fazem parte sobre tudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas coisas”.

autores a história parte das proposições materiais para a existência, que por sua vez é um pressuposto para que haja história e historiografia, pois ambas são resultado da interação homem-natureza, porém, partindo de um método dialético, onde se “explica a formação das ideias a partir da práxis” (ENGELS, MARX, 2009: 58). Sendo assim, “as circunstâncias fazem o homem tanto quanto como o homem faz as circunstâncias” (ENGELS, MARX, 2009: 59). Para Marx e Engels, a história é um processo do qual a força motriz “não é a crítica, mas sim a revolução” (ENGELS, MARX, 2009: 59).

## O Manifesto do Partido Comunista

Em *O Manifesto do Partido Comunista*, talvez a obra mais conhecida de Engels e Marx, os autores traçam uma linha do tempo até os seus dias para mostrar como se deu o desenvolvimento do Estado moderno, capitaneado pela burguesia. Ao traçar esta linha, Marx e Engels buscam mostrar como a história até seus dias sempre se deu a partir da oposição entre oprimidos e explorados (como já dito na introdução a este artigo): “Portanto, vemos que a burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de profundas transformações do modo de produção e dos meios de comunicação” (ENGELS, MARX: 2001: 26). Agora sobre a relação que têm burguesia e Estado modernos, os autores afirmam que “um governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (ENGELS, MARX: 2001: 27)

Ao decorrer do texto os dois autores mostram como a burguesia

destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Estilhaçou, sem piedade, os variegados laços feudais que suportavam os homens aos seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre os homens outro laço senão o interesse nu e cru, senão o fio ‘dinheiro vivo’ (...) Reduziu a dignidade pessoal a simples valor de troca e, em lugar das inumeráveis liberdades estatuídas e arduamente conquistadas, erigiu a liberdade única e implacável do comércio. (ENGELS, MARX, 2001: 27)

Todas estas ações destruidoras da burguesia, então, não se deram de forma automática. A burguesia precisou romper com a ordem vigente e conquistar seu espaço. Assim, para os autores, a “época da burguesia” (ENGELS, MARX, 2001: 24) apenas simplificou a luta de classes.

Como resultado da ação burguesa na história, os autores afirmam que além da simplificação da luta entre as classes, a luta também se dá de forma mais direta e com isso a burguesia acaba criando os meios para a sua própria destruição: “Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe darão a morte; também engendrou os homens que empunharão essas armas: os operários modernos, os proletários.” (ENGELS, MARX, 2001: 34). Ou seja, é da contradição entre as classes que surge a revolução. E é junto com a burguesia que o proletariado surge. Portanto, desde seu triunfo revolucionário, o poder burguês já tem data de validade:

Em geral, os conflitos da velha sociedade favorecem, de várias maneiras, o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive engajada numa luta permanente (...) E em todas essas lutas, vê-se constrangida a apelar para o proletariado, a pedir sua adesão e, desse modo, a impeli-lo para o movimento político. Portanto, ela própria fornece ao pro-

letariado os elementos de sua própria formação, ou seja, armas contra si mesma. (ENGELS, MARX, 2001: 40)

Tendo, então, no proletariado o que é necessário para acabar com a luta entre as classes, e com esta sobreposição da burguesia, sua exploração e desgraça, Marx e Engels definem a classe operária moderna como a classe “realmente revolucionária” (ENGELS, MARX: 2001: 41). Isto porque “o proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, recuperar-se, sem estilhaçar toda superestrutura de estratos que constituem a sociedade oficial.” (ENGELS, MARX: 2001: 43). Passando assim por uma “guerra civil (...) até a hora que ela irrompe em uma revolução aberta e o proletariado lance as bases da sua dominação pela derrubada violenta da burguesia”. (ENGELS, MARX, 2001: 43).

Então, para Marx e Engels, esta oposição entre as classes tem seu peso jogado às costas dos rumos da história. Uma História que se faz em torno de um contexto que Koselleck define como “coletivo singular” (2006: 50), “um conjunto de ações coincidentes” (2006: 49), uma história pautada na “esperança” (2006: 58), em suma, que se volta ao futuro. Nos dois autores aqui analisados, esta história ruma a uma revolução onde a ordem burguesa será vencida pelo operariado moderno, que exercerá, assim, seu poder ao superar o capitalismo, chegando ao estágio comunista da história da humanidade.

Tendo até aqui trazido os aspectos que julgamos essenciais em Engels e Marx para que possamos assim analisar Trotsky e Stalin como

historiadores durante o período revolucionário, começemos então o debate.

### **Stalin Historiador: consciência, vida material e luta de classes**

Durante a leitura de *The History of the Socialist Party of the Soviet Union* se faz possível perceber um fundo didático nas discussões apresentadas, principalmente ao nos depararmos com um capítulo inteiro dedicado ao Materialismo Histórico-dialético. O livro se propõe a contar a trajetória do Partido Bolchevique ao mesmo tempo em que busca em Lênin<sup>5</sup>, Marx e Engels as bases da teoria que regeu a ação revolucionária no processo que culminou na Revolução Russa.

No que diz respeito à consciência, encontramos a afirmação de que ela se dá através das “diferentes condições da vida material da sociedade em diferentes períodos do desenvolvimento social”:

Hence, if in different periods of the history of society different social ideas, theories, views and political institutions are to be observed; if under the slave system we encounter certain social ideas, theories, views and political institutions, under feudalism others, and under capitalism others still, this is not to be explained by the “nature,” the “properties” of the ideas, theories, views and political institutions themselves but by the different conditions of the material life of society at different periods of social development (C.P.S.U, 1939: 115)

---

<sup>5</sup> Neste artigo optamos por não fazer um debate sobre os conceitos em Lenin por entender que este seja um debate a parte do que aqui fazemos. Portanto, decidimos focar naquilo que se refere mais objetivamente a Trotsky, Stalin, Marx e Engels.

Ou seja, cada período da história apresentará uma condição de vida material e a partir dela será tomada a consciência. Podemos então, remeter este pensamento a Marx e Engels (2009: 59) ao escrevem que “as circunstâncias fazem o homem tanto quanto como o homem faz as circunstâncias”, pois a cada época da história o homem poderá apenas desenvolver aquilo que está a seu alcance, dentro das condições dadas por aquilo que já foi desenvolvido, e assim por diante até os nossos dias.

Mas o que é a vida material? Ao tentar definir a vida material, o Comitê Central do Partido Bolchevique escreve que:

There can be no doubt that the concept “conditions of material life of society” includes, first of all, nature which surrounds society, geographical environment, which is one of the indispensable and constant conditions of material life of society and which, of course, influences the development of society. (C.P.S.U, 1939: 118)

Então, a vida material é saldo daquilo que dá as bases para que a sociedade se desenvolva desta ou daquela forma. Não é um fenômeno isolado, mas um conjunto de fatores que vão incidir diretamente no cotidiano de uma sociedade, em sua saúde física e psíquica, por exemplo: “Everything depends on the conditions, time and place”. (C.P.S.U, 1939: 110).

Dentro desta relação entre consciência e vida material, outro aspecto que se faz essencial para entender a posição defendida na obra é o Partido. O Partido é uma espécie de elo, de ponte que liga a vida material à consciência, de forma a transformar esta em consciência revolucionária, a partir do que aquela apresenta à realidade da classe trabalhado-

ra. Sabendo-se que tratamos de uma obra a respeito do Partido Bolchevique e de sua história diretamente relacionada à Revolução Russa, talvez não estivéssemos de qualquer forma esperando que o foco fosse outro, porém, o debate aqui se faz pelas vias da teoria, e é isto que precisa ser analisado. O Partido aparece enquanto uma ferramenta essencial à classe trabalhadora e à revolução pois é o Partido que vai preparar as massas e direcionar a sua consciência revolucionária:

The Party differs from other detachments of the working class primarily by the fact that it is not an ordinary detachment, but the vanguard detachment, a class-conscious detachment, a Marxist detachment of the working class, armed with a knowledge of the life of society, of the laws of its development and of the laws of the class struggle, and for this reason able to lead the working class and to direct its struggle. (C.P.S.U, 1939: 46)

Ou seja, o Partido revolucionário funciona como um guia à ação da classe trabalhadora: “The Party is not merely an organized detachment, but ‘the highest of all forms of organization’ of the working class, and it is its mission to guide<sup>6</sup> all the other organizations of the working class” (C.P.S.U, 1939: 48).

Já em relação à luta de classes, sua simplificação ou complexificação, o livro escrito em nome do Comitê Central do Partido Bolchevique traz à tona a sua visão, que não parece divergir daquela apresentada ao tratarmos do pensamento de Marx e Engels no início deste artigo:

---

<sup>6</sup> “Guide” encontra-se em itálico no texto original, dando ênfase a este papel do Partido.

When the Russian capitalists, in conjunction with foreign capitalists, energetically implanted modern large-scale machine industry in Russia, while leaving tsardom intact and turning the peasants over to the tender mercies of the landlords, they, of course, did not know and did not stop to reflect what social consequences this extensive growth of productive forces would lead to, they did not realize or understand that this big leap in the realm of the productive forces of society would lead to a regrouping of social forces that would enable the proletariat to effect a union with the peasantry and to bring about a victorious Socialist revolution. They simply wanted to expand industrial production to the limit, to gain control of the huge home market, to become monopolists, and to squeeze as much profit as possible out of the national economy. Their conscious activity did not extend beyond their commonplace, strictly practical interests. (...) Such a transition usually takes place by means of the revolutionary overthrow of the old relations of production and the establishment of new relations of production. Up to a certain period, the development of the productive forces and the changes in the realm of the relations of production proceed spontaneously, independently of the will of men. But that is so only up to a certain moment, until the new and developing productive forces have reached a proper state of maturity. (C.P.S.U, 1939; 129,130)

Então, podemos concluir que a leitura é de que a burguesia criou os meios para que fosse destruída pela classe trabalhadora, simplificando a luta de classes de modo que se tornaria inevitável a revolução do proletariado, passando por um momento de transição entre os modos de produção. Porém, em meio a esta transição a luta se complexifica por conta da reação da burguesia e a consequente perseguição ao partido,

que é a ferramenta revolucionária que a classe trabalhadora estaria empunhalando:

During the period of rise of the revolution they learned how to advance; during the period of reaction they should learn how to retreat properly, how to go underground, how to preserve and strengthen the illegal party, how to make use of legal opportunities, of all legally existing, especially mass, organizations in order to strengthen their connections with the masses. (C.P.S.U, 1939: 132)

Esta citação diz respeito à experiência bolchevique durante o período revolucionário e como Lenin se utilizou dos meios disponíveis para que a conexão do partido com as massas não fosse embora pelo ralo por conta das forças contrarrevolucionárias que se apresentam mais fortes durante a transição ao socialismo.

### Trotsky Historiador: consciência, vida material e luta de classes

O livro *A História da Revolução Russa*, de Trotsky, está dividido em três volumes. No segundo volume, sobre o qual nos debruçamos para escrever este artigo, Trotsky se propõe a contar a história da Revolução de Julho até a Revolução de Outubro e a tomada do poder pelo Partido Bolchevique.

Trotsky (1977: 478), caracteriza a consciência enquanto “instância decisiva da política revolucionária” e fala que o Partido não “tenta forjar a opinião das massas (...) apenas formá-la” (TROTSKY, 1977: 469). Para Trotsky (1977, 470), “quando as massas conseguem assimilar uma idéia elas querem realizá-la”. Ou seja, a consciência das massas é o

que definirá o seu direcionamento à revolução e, sendo assim, o Partido revolucionário deve incidir nas massas para que seu projeto venha a se realizar.

Trotsky afirma que em julho de 1917, quando a Rússia se encontrava sob o comando do governo provisório, “os soldados mostravam-se mais impacientes que os operários (...) porque estavam sob ameaça direta de serem enviados ao front.” (TROTSKY, 1977: 426), assim como faz uma série de levantamentos no que ronda a vida material da classe trabalhadora. Segundo Trotsky (1977: 422) “começou a faltar tudo o que constituía o estritamente necessário à existência” e isto fazia com que as massas fossem às ruas de forma desesperada:

Por não encontrar saída, a energia das massas, despertada, fracionava-se em movimentos espontâneos, em atos de partisans, em tomadas de posição arbitrárias. Os operários, os soldados e os camponeses tentavam resolver ao menos parcialmente tudo aquilo que lhes recusava o poder por eles próprios criado. A irresolução dos dirigentes é o mais poderoso debilitador das massas. (TROTSKY, 1977: 424)

Ou seja, as proposições materiais, as condições de existência na Rússia sob o governo provisório eram devastadoras para a classe trabalhadora russa e isso levava os trabalhadores às ruas. Disso temos que por conta dos obstáculos da vida material, era tomada a consciência de que se deveria agir, quase como uma reação espontânea ligada à própria sobrevivência.

Temos aqui em mente também o processo de tomada do poder do Partido Bolchevique e de sua organização por meio de sovietes, porém,

nisso não nos ateremos neste artigo, por termos em vista uma discussão teórica baseada nos três pontos já citados anteriormente. O que nos interessa aqui dizer é que para Trotsky (1977: 429) “a questão do poder determinava a direção de toda a revolução e, por conseguinte, fixava o destino de cada cidadão em particular”. Ou seja, o poder poderia ficar nas mãos do Governo Provisório ou nas mãos do Partido Bolchevique. E, pelo que entendemos até aqui pelas afirmações de Trotsky, a consciência das massas é determinante para tal acontecimento e a história teria então nos mostrado de qual lado estavam as massas na Rússia em 1917.

Em relação ao acirramento ou não da luta de classes no período revolucionário, Trotsky o caracteriza na seguinte passagem:

Tomar o poder não basta – é preciso conservá-lo. Quando, em outubro, os bolcheviques acharam que havia soado a hora para êles, o período mais difícil sobreveio após a tomada do poder. Foi necessária a mais alta tensão de forças da classe proletária para resistir aos incontáveis ataques dos inimigos. (TROTSKY, 1977: 474)

Por “inimigos”, Trotsky entende tanto a burguesia, que busca conservar o seu poder, quanto aqueles que no período da revolução se opõem aos revolucionários, se colocando ao lado do poder burguês, ou até mesmo se calam diante da guerra pela revolução.

Para Trotsky (1977: 422) “a Revolução é o mais implacável dos meios que se possui para resolver as questões históricas. E as escapatórias, em ocasião de Revolução, constituem a mais ruinosa dentre todas as políticas.” Por “questões históricas”, neste caso, entendemos luta de classes. Em um movimento simples, relacionamos esta passagem à cita-

ção de Marx e Engels (2001: 23): “a história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes”. Ou seja, o que resolveria a luta de classes, partindo do pressuposto de que Trotsky escreve em uma perspectiva marxista, e acreditamos que seja esta a conclusão que aqui chegamos, é a revolução. Porém, o período após a revolução seria um período doloroso, onde se deve manter o poder e a luta pela consciência, que está, juntamente com o poder, em disputa ou em processo de estabelecimento.

Para analisarmos Trotsky e Stalin enquanto historiadores e visando responder ao problema de pesquisa apresentado, buscamos nas duas obras analisadas o desenvolvimento dos conceitos formulados por Engels e Marx que neste artigo já foram apresentados. Sendo eles: a consciência, a vida material e a luta de classes. Em relação à consciência e a vida material tentamos entender como as duas se relacionam e se as premissas apresentadas por Marx e Engels acerca da consciência estão presentes nas obras analisadas. Em relação à luta de classes, a intenção foi compreender esta simplificação da oposição entre as duas classes elementares do Estado moderno e se há ou não uma complexificação das relações entre burguesia e proletariado durante o período revolucionário.

## **Considerações Finais**

Durante todo o artigo buscamos relacionar Marx e Engels àquilo que escreveram Trotsky e Stalin para analisar os dois personagens da revolução enquanto historiadores. Para isso, tivemos que delimitar o

espaço no qual atuaríamos e fazer um debate da forma mais objetiva possível, e é este o motivo pelo qual escolhemos os três principais pontos discutidos no texto, que julgamos serem essenciais para a resposta de nosso problema de pesquisa. Portanto, evitamos nos ater a debates onde Stalin e Trotsky dialogam diretamente, como críticas que aparecem no livro de Trotsky ao regime stalinista e críticas do Comitê Central do Partido Bolchevique a Trotsky. Este debate, dos diálogos, das convergências e divergências entre Trotsky e Stalin, daria, com certeza, mais um artigo como este.

Nos dedicamos, então, a entender como são apresentados, por Marx e Engels, os conceitos da história. Logo percebemos que o seu pensamento se desenvolve de acordo com a sua época, como ilustra a discussão que fizemos em torno do singular coletivo de Koselleck. Ou seja, o pensamento marxiano não se encontra isolado, ele corresponde à época histórica na qual foi inserido e naturalmente, com o tempo e com as experiências, precisa ser estudado e a partir deste pensamento novas teorias devem surgir para corresponder à realidade em que se vive. Foi em Hegel que Marx e Engels buscaram as bases para desenvolver seu método dialético. A partir da dialética do senhor e do escravo, onde “é unicamente a partir do trabalho do outro (do seu escravo) que o senhor é livre em relação à natureza e, por conseguinte, se satisfaz” (KOJÈVE, 2002: 22) que Marx e Engels começam a desenvolver seu pensamento, invertendo a lógica Hegeliana de dialética para tratar da luta de classes e do materialismo histórico-dialético. Da mesma forma, os revolucionários russos se apropriaram do pensamento marxiano e puderam, assim, a

partir de sua realidade, testar aquelas teorias que Marx e Engels desenvolveram no século XIX; vendo, por exemplo, que a revolução pode surgir das periferias, divergindo da expectativa de Marx e Engels de que a revolução viria de onde o capitalismo está mais desenvolvido. A Rússia, no início do século XX, não era um país desenvolvido como a Alemanha e a Inglaterra, por exemplo.

A Revolução Russa, portanto, assim como a Revolução Haitiana, e tomadas as devidas proporções, pode ser pensada a partir de uma lógica onde a história contada não é a dos vencedores, mas dos que até então eram os vencidos, e de certa forma continuam sendo depois da revolução, pois a história que até o momento da revolução foi contada é aquela da visão dos opressores em relação aos oprimidos. Buck Morss, ao tratar da relação entre Hegel e a Revolução Haitiana, entende que é possível, então, organizarmos uma história universal na perspectiva dos oprimidos:

Se os fatos históricos a respeito da liberdade podem ser extirados das narrativas contadas pelos vencedores e recuperadas para a nossa própria época, então o projeto da liberdade universal não deve ser descartado, mas, pelo contrário, deve ser resgatado e reconstituído sobre novas bases (BUCK-MORSS, 2011: 154,155)

Buck-Morss propõe que resgatemos a história dos historicamente oprimidos para que pensemos num projeto universal de liberdade, vindo das periferias, como o Haiti e a Rússia do século XX, por exemplo. Ou seja, Buck-Morss pode nos ajudar a pensar que não necessariamente a revolução virá de onde o capitalismo está mais desenvolvido, mas sim

de onde os povos se sentem mais oprimidos, onde a vida material se faz mais hostil à existência humana. Podemos trazer também o exemplo de Cuba, onde, por mais que os rumos que a revolução levou sejam ainda discutíveis, surgiu com uma proposta de libertação nacional de um povo periférico e oprimido.

Por fim, sobre o nosso problema de pesquisa, acreditamos que a resposta seja positiva. Como já dissemos antes, os dois historiadores analisados sob a ótica de Marx e Engels irão divergir em sua trajetória tanto historiográfica quanto de atuação durante a revolução, mas não é por isso que não serão aqui entendidos enquanto historiadores marxistas. Tanto Trotsky quanto Stalin parecem responder às nossas expectativas em relação à consciência, vida material e luta de classes, de forma a coadunar com a visão desenvolvida por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*. Este é um debate que, como dito antes, não se encerra por aqui e seria irresponsável de nossa parte tentar, neste artigo, resolver esta questão. Ao olharmos para nossas evidências, parece não haver espaço para dúvidas de que Trotsky e Stalin se inserem no que chamamos durante o artigo de “pensamento marxista”. Porém, esta discussão é muito ampla e o que fizemos aqui foi tentar começar um colóquio acerca do assunto. O debate que aqui a partir deste ponto se abre diz respeito à seguinte questão: até que ponto a teoria de Marx e Engels pode ser flexibilizada para que se haja, dentro desta mesma referência teórica, visões que virão a ser tão antagônicas como as de Stalin e Trotsky?

## Bibliografia

- BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 90, p. 131-171, jul. 2011.
- COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. *History of the Socialist Party of the Soviet Union (Bolsheviks)*. Nova York: International Publishers Co., 1939.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: Editora L&PM, 2001.
- HARTOG, François. Time, History and the Writing of History: the Order of Time. *KVHAA Konferenser*, Estocolmo, v. 37, p. 95-113, 1996.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à Leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p. 11-34.
- KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: \_\_\_\_\_. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. cap. 2, p. 41-60.
- THOMPSON, Edward P. Intervalo: a lógica histórica. In: \_\_\_\_\_. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1981. cap. 7, p. 47-62.
- TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. N° 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Recebido em: 30/10/2017  
Aceito em: 07/08/2018



# Resenhas



**DIOUP, Babacar Mbaye; DIENG, Doudou (Org.). A Consciência Histórica Africana. Luanda: Edições Mulemba da Faculdade de Ciências sociais da Universidade Agostinho Neto, 2014, 220 p.**

*Eleonora Beatriz Ramina Apolinário  
Giulia Aniceski Manfredini  
Marcelo Augusto Farias Martins  
Mariana Mehl Gralak  
Rebeca Nogueira Vilodres<sup>1</sup>*

*A Consciência Histórica Africana*, organizado por Babacar Mbaye Diop (professor no departamento de Filosofia da Universidade Cheikh Anta Diop, Senegal) e Doudou Dieng (doutor em Filosofia pela Universidade de Rouen, França), é uma compilação de textos de autores das áreas de história, física, letras, entre outras, evidenciando a construção Ocidental sobre o que é a África, elucidando os processos que induziram à uma concepção de existência de um continente atemporal e ahistórico. Expondo esse processo, os autores da coletânea defendem caminhos para que essa imagem deixe de existir, sendo o principal deles a retomada da consciência histórica africana, fazendo jus ao título da obra.

A obra é iniciada evidenciando: a África Negra encontra-se em uma situação de precariedade e exposição perante o Ocidente, o qual busca manter seu controle sobre o povo negro por intermédio da falsifi-

---

<sup>1</sup> Estudantes do sexto período de graduação em História (bacharelado e licenciatura) pela UFPR.

cação e forjamento de fatos históricos. Ou seja, diante a constatação de que uma civilização como a egípcia seria fruto de um povo africano, e não do ocidente, os ocidentais – sabendo que a tomada da consciência histórica dificultaria as investidas de controle, manipulação e imposição – forjaram uma historiografia desfavorável aos nativos do continente africano. O resultado de tal embate é a concepção de uma África ahistórica, sem desenvolvimento, do homem africano como aquele que nunca contribuiu para a humanidade. Enquanto isso, os ocidentais se colocariam como recuperadores da história do continente por intermédio de missionários, militares, administradores e mesmo pesquisadores, como demonstra Thiago Stering Moreira da Silva, formado em História pela UFJF, que reafirmava a percepção eurocêntrica da África. Sob esse quadro, Diop defende que a verdade e a memória histórica poderiam engrenar revoltas e a formação de uma consciência histórica que inseriria o continente na história mundial, deixando de negligenciá-lo. O africano deve, portanto, analisar o passado de seu povo. A história da África deve ser apresentada não como a história de europeus no continente, mas partindo da experiência de populações africanas em contato com eles. Assim, a partir desta concepção historiográfica, outras obras africanas enriquecem o debate sobre a construção da história da África, como a *Coleção da História Geral da África - Metodologia e pré-história da África*, organizado por Ki Zebo, de oito volumes, além da obra *Historiografia da História de África* de Manuel Difula.

Bwemba Bong', membro do Círculo Samory e do *Groupe de Réflexion Sur la Culture Africaine pour la Renaissance du Peuple Noir*,

aponta que a decadência dos grandes impérios do continente – como a civilização egípcia – deve ser analisada em tal retorno ao passado e pode ser resumida tanto em causas internas quanto externas. O autor se volta à necessidade de escutar as narrativas de antigos eruditos e absorver seu saber. A quebra de tal silêncio, conclui, poderia salvar a África do poderio estrangeiro, e o sistema de transmissão de conhecimentos e tal tradição oral devem ser reformulados de forma a torná-los acessíveis para as novas gerações de historiadores da África. Além da importância da cultura oral, os povos africanos têm uma relação diferente da relação de dominação do homem sobre a natureza mantida pelos ocidentais: a concepção africana perpetuou a visão do ser humano integrado à natureza, não dominador dela. Além desses aspectos, a ética contra a acumulação de riquezas, a exclusão de promoção social, a crença de que ricos são abençoados por deus e a visão da morte como passagem para outra vida, quando comparados à cultura ocidental, passam a ser considerados outros fatores internos que geram uma inércia mediante os acontecimentos e devem, para o autor, desaparecer.

Diante de tais características, o autor evidencia a necessidade do africano de refletir sobre sua história. A falta de patriotismo, por sua vez, levaria a traições, à existência de uma prejudicial ganância e a uma confiança demasiada no estrangeiro que corromperiam a consciência histórica tão necessária para as sociedades africanas. Dentre tais formas de traição, a renúncia à independência e a subjugação às potências mundiais seriam outra prova de que os países africanos não podem ser mais um prolongamento destas. A garantia do futuro e da unidade política do

continente, conclui o pesquisador, só ocorrerá por tal tomada de consciência e mobilização por parte do africano. Um exemplo desse processo de dominação externa sobre o povo africano trazido pelo historiador Momar Mbaye é a Guerra do Biafra, um processo de evolução política perpassado por extrema violência que marcou a Nigéria sete anos após a sua independência, analisando a cobertura que a imprensa internacional fez do conflito, manipulando as mídias do hexágono através de agentes pró-biafrenses.

O argumento central do livro é reforçado por Bernard Zongo, utilizando o intelectual senegalês Cheikh Anta Diop. Afirma que a restauração da consciência histórica do homem negro consiste numa luta constante contra as instâncias de dominação, que tentam de diversas maneiras preservar o seu estatuto. Seus exemplos são os “pseudo-científicos” ou “pseudo-humanistas” Voltaire, Hegel, Gobineau, Bruhl e Hume, que no século XIX se aplicaram a legitimar moral e filosoficamente a “inferioridade intelectual” dos negros, travestindo dados científicos para corroborar com uma ideologia de submissão e dominação desse povo. Analisando de um ponto de vista linguístico, o autor introduz o conceito de glatofagia: a ideia de que as línguas, culturas e comunidades dos outros existem apenas para provar a superioridade das línguas ocidentais, sendo fósseis da evolução das mesmas, afirmando que toda a linguística africanista francesa carrega os germes de uma ideologia glatofágica.

Reconstruindo a consciência histórica, a segunda parte da obra é denominada “As Origens egípcias da civilização africana”. Ressalta o trabalho de Cheikh Anta Diop, dedicado à uma análise sobre as relações

do Egito com a África Negra que tanto foi impedida pelo colonizador. O contexto inicial é a “partilha da África” promulgada pelo pacto de Berlim, e a dominação de seu povo por países europeus. Diop mostra como se deram as relações de poder, especialmente o método dos europeus de legitimar seu domínio através da filosofia, além de todo o poderio econômico, militar e bélico que insultava a cultura existente nos territórios africanos. A construção do Egito branco demonstra a concretização de uma política racista que subjugou o negro como incapaz de construir e produzir avanços científicos. A consciência histórica africana é, portanto, uma forma de resistir às filosofias infelizmente fecundas que legitimou a opressão por parte dos brancos - que fizeram o indigno trabalho de produzir uma ciência que solidificou a desigualdade.

É necessário resgatar e reconstituir as relações Egito – “África Negra” para estimular a consciência histórica africana, além de buscar a relação África – Mundo. Cheikh Anta Diop separa vários aspectos que podem resgatar tal relação, como a origem do homem (no sentido antropológico), e os aspectos culturais, sociológicos, geográficos, evolutivo-históricos que aproximam a África-Negra do Egito e do mundo. Aponta também a importância do surgimento da Escola africana de Egiptologia para a resistência negra. O professor afirma ainda a existência de uma unidade entre as culturas egípcias e as da áfrica-negra realizando uma comparação lexical entre egípcio antigo e as línguas negro-africanas como fula, wolof, serer, soninquê, bamba, dogon.

Cheikh Anta Diop defende a necessidade de uma escrita sobre a história da antiguidade africana, que abranja as antigas sociedades, mas

destaca a impossibilidade dessa narrativa ser realizada por indivíduos não-africanos. A construção da antiguidade dessas sociedades ocorreria a partir de documentos escritos egípcios, cartagineses e gregos, fontes arqueológicas localizadas principalmente no Vale do Nilo, e os quadros rupestres. Assim, o autor Babacar Sall enfatiza a busca de uma história africana, contada por africanos, a partir de fontes africanas. E evidencia que o conhecimento das antigas sociedades é fundamental para a construção da consciência negra, e não uma busca por um passado grandioso forjado.

Por fim, a temática se volta para as teorias filosóficas africanas, que, segundo a pesquisa do Pr. Obenga, se inserem na história geral do continente a partir dos estudos do período faraônico egípcio – na criação de uma língua tão complexa quanto os hieróglifos e sua forma de pensar. Para o professor, diferente do que afirmam os pensadores ocidentais, o Egito e a Etiópia criaram formas de organização e sociedades muito particulares e desenvolvidas. O conhecimento destas teorias filosóficas africanas contribui para a construção de uma consciência própria, da mesma maneira que a antiga Grécia é um pilar para o conhecimento europeu, o antigo Egito se consolida para a África. Portanto é necessário inserir o pensamento africano dentro da história do pensamento mundial, não o tratar de maneira segregada ou inferior. Outras obras de pensadores africanos enfatizam a existência de uma filosofia própria africana e sua relevância tanto na construção da identidade do continente, como na discussão com a história europeia. Tal como a obra

de Marcien Towa, um filósofo camaronês, denominada *A ideia de filosofia negro-africana* e o livro *A Invenção da África* de V.Y. Mudimbe.

Na terceira e última parte do livro, “O contributo da comunidade negra e do Egito para a civilização”, os autores trazem provas, baseados no conhecido filósofo Platão, de que o Egito sempre foi posto como parte da África. Primeiramente, Jean-Paul Mbelek afirma, como ideia recorrente em todo o texto, que a construção da Europa como uma cultura universal originariamente grega foi embasada em uma mentira cultural, assim como toda a história científica. Tal ato negligenciou, e ainda negligencia, toda a produção de conhecimentos africanos.

Quase ironicamente, ao discorrer sobre o Egito na obra de Platão, Théophile Obenga, outro autor da coletânea, expõe que os próprios gregos, retratados pelo Ocidente como gênese da civilização, atribuíam tal fato aos egípcios. Além disso, para evidenciar a omissão do continente africano como parte da História desde os primórdios das produções na Antiguidade, o autor cita um fato no mínimo curioso: 12, das 28 obras que incluem os *Diálogos* de Platão, cita o Egito. Porém, como tudo que envolve a África e serve para provar sua participação em produções filosóficas que a tiraram do papel de inércia pintado pelos ocidentais, pouco se fala sobre tal inclusão. Tal crítica é realizada também pelo autor V. Y. Mudimbe, em sua obra *A Ideia de África*, em que traça uma conexão entre o mundo greco-romano ao continente africano, problematizando a tradução dos escritos de Filóstrato e a articulação feita pelos Europeus na construção de conceitos sobre a África.

Além disso, mais feitos são atribuídos aos africanos, segundo Obenga: a invenção das ciências matemáticas, a invenção do zero. A gênese da civilização mundial atribuída à África, como exposto no parágrafo anterior, é comprovada por fósseis encontrados não no Egito, como pode se imaginar numa primeira leitura, mas no Quênia, Etiópia e África do Sul. Sendo assim, Mbelek defende que o processo de hominização ocorreu somente na África por muito tempo.

Convergindo com a ideia central do livro – a retomada da consciência histórica como forma de resistência – consideramos de fundamental importância que o estudo sobre a história africana receba tanto mais investimento, como incentivos. Além das provas evidenciadas no livro, que demonstram os percalços para que tal empresa seja feita, o próprio grupo encontrou dificuldades ao pesquisar termos, conceitos e até mesmo as origens dos diversos escritores que produziram o livro. Quando muito, tais informações eram encontradas em outras línguas (não por acaso, majoritariamente a língua francesa, devido ao imperialismo Francês sobre a África). Portanto, os processos de domínio sobre o continente africano não estão delimitados apenas aos séculos passados, mas são recorrentes até os dias de hoje. Tanto na ocultação de informações sobre a África e as produções científicas que lá ocorrem, como na forma que ela é retratada dentro de livros escolares, que geralmente expõem apenas o Egito como grande civilização, retratando-o como branco e induzindo ao equívoco de considerá-lo europeu, negligenciando a formação de todo o continente Africano por diversos séculos, até que colonialismo o coloque como fonte de escravos.

## Bibliografia

- DIFUILA, Manuel Maria. "Historiografia da História de África". In: *Actas do Colóquio 'Construção e Ensino da História de África'*. Lisboa: Linopazas, 1995.
- DIOP, Babacar Mbaye; DIENG, Doudou (Org.). *A Consciência Histórica Africana*. Luanda: Edições Mulemba da Faculdade de Ciências sociais da Universidade Agostinho Neto, 2014.
- KI-ZEBO, Joseph (Org). *História Geral da África: Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Editora Ática/Paris: UNESCO, 1982.
- MUDIMBE, Valentin Yves. A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde, Luanda: Edições Pedago; Edições Mulemba, 2013.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *A Ideia de África*. Portugal: Edições Peda- go, 2014.
- SILVA, Thiago Stering Moreira da. *Caminhos e descaminhos da historiografia da História da África (1840-1990)*. Trabalho Monográfico de Graduação em História - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em <<http://www.ufjf.br/historia/files/2013/11/2010-Caminhos-e-descaminhos-da-historiografia-da-Hist%C3%ADria-da-%C3%81frica-1840-.pdf>>. Acesso em 4 set. 2018.
- TOWA, Marcien. *A ideia de uma Filosofia Negro-Africana*. Trad. Roberto Jardim da Silva. Belo Horizonte: Nandyala; Curitiba: NEAB-UFPR, 2015.

Recebido em: 21/08/2018

Aceito em: 17/09/2018



## SANTOS, P. Fé, Guerra e Escravidão: Uma história da conquista colonial do Sudão (1881-1898). São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

*Suellen Carolyne Precinotto*<sup>1</sup>

Em sua obra, Patricia Teixeira Santos abre caminhos para uma abordagem comparativa da história do Sudão ao analisar as relações entre cristãos e muçulmanos na região que compreende as atuais regiões do Sudão e do Sudão do Sul, focando nos alcances que os contatos entre diferentes grupos – que serão discutidos mais adiante – possibilitaram ou dificultaram. Para tanto, utiliza como fontes cartas e relatos de missionários católicos durante o período em que foram prisioneiros do governo da *Mahdiyya*. Santos contribui, com seu trabalho sobre fins do século XIX, para as perspectivas de análise das atuais discrepâncias e conflitos da região, objeto de interesse deste trabalho.

Santos escolhe o período da *Mahdiyya* (compreendido entre 1881 e 1898) como recorte temporal, porque o vê como um complexo cruzamento de universos histórico-culturais e como um momento de articulação de diferentes realidades políticas. Como sugere o título de sua obra, os caminhos pelos quais a discussão do governo do *mahdi* perpassa, são: fé, guerra e escravidão, aspectos estes considerados importantes para

---

<sup>1</sup> Atualmente mestrandona Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Graduanda na UFPR quando a resenha foi aceita.

analisar a história do Sudão e a relevância desses três temas para suas questões políticas atuais. A autora coloca o mahdismo no caso sudanês como um movimento messiânico social e político, centrado na construção de uma ordem política e social baseada no poder carismático do seu líder (*o mahdi*). É importante observar o período deste Estado mahdista como significativo devido à sua continuidade na constituição do Estado nacional sudanês, pela permanência de formas de governabilidade, de redefinição de identidades e de redistribuição de poder e prestígio.

A região que hoje pertence ao Sudão e ao Sudão do Sul possui inúmeras “camadas” em sua história, tornando-se de uma enorme complexidade. Portanto, entendemos que para melhor compreendê-la hoje, é preciso compreender também as diversas formas que assumiu e assume. Assim, dos processos de migração árabe para a região, que tiveram maior intensidade durante o século XIV, percebemos o início de uma intensa interação entre as culturas e religiões muçulmanas e as sociedades cristãs sudanesas (Ibrahim, 2010, pp. 77-98), que viriam a refletir imensamente nas questões políticas futuras. Já nas primeiras décadas do século XIX, guerras locais e instabilidade política deram abertura para a incursão de Muhammad Ali, então vice-rei do Egito, que objetivava anexar o Sudão aos seus territórios. Patricia Teixeira Santos sugere, em seu primeiro capítulo, que Muhammad Ali teria se aproximado – em diferentes aspectos, como religião, economia e formas de poder – da França e de outras potências europeias, na tentativa de atingir uma autonomia inédita do Egito em relação aos impérios europeus. (2013: 34). Para Eve Powell (apud Santos, 2013: 36), esse momento de dominação

egípcia tentou rearranjar o Sudão e dar à região uma nova cara, vendendo o Sudão como uma colônia dentro de um projeto mais amplo de ações imperiais tentadas pelo Egito, que seriam suprimidas mais adiante. Com isso, o Sudão sofreu o primeiro período daquilo que se aproxima de uma forma de dominação colonial, com a imposição de um governo “turco-egípcio forte e de autoridade soberana e incontestada, pelo direito de conquista”, chamado de *Turkiyya*, compreendido entre 1821 e o início da década de 1880 (Mamdani, 2009).

Segundo Ibrahim, a intervenção turca modificou a sociedade sudanesa tradicional, suscitando descontentamento, mas por si só não conseguiu reverter ou reorganizar suas estruturas. Para este autor, seria somente com o *mahdi* que os sudaneses poderiam se rebelar em massa, dando lugar a um Sudão independente, que logo enfrentaria o imperialismo britânico. Ainda segundo Ibrahim, no sul, ataques de captura de escravos, pilhagens e rapinas prosseguiram de qualquer forma, tornando o que era uma estrutura de domínio socioeconômico em “uma estrutura de domínio racial que deu lugar a uma ideologia de resistência racial entre os africanos do Sudão Meridional” (2010: 433-444).

A partir do exposto por Ibrahim, é possível voltar ao texto de Santos a fim de estabelecer algumas conexões e distanciamentos a respeito do período inicial da *Mahdiyya* no Sudão. A autora lembra a distinção através da categoria de raça durante o domínio dos povos sudaneses pelos egípcios (estes se referiam àqueles como *abd*, que significa escravo/negro, ou núbio), iniciando um processo de diferenciação que segregava, produzindo um discurso de superioridade em relação ao “outro”

construído (2013: 39). As distinções raciais, segundo a autora, eram feitas com base na cor da pele, no comportamento sexual e nas atitudes religiosas. Esse processo de submissão, marcado pela diferenciação racial, criou também a submissão em relação ao trabalho, onde as populações não muçulmanas eram coagidas ao trabalho na lavoura de exportação, gerando nas populações e lideranças locais um forte sentimento de descontentamento e revolta, como apontou também Ibrahim.

É nesse contexto que se estabelece, em 1881, o *mahdi* no Sudão. Santos lembra a busca de alianças do *mahdi* com os povos não muçulmanos em torno de um inimigo comum, que seria o domínio otomano-egípcio. No mesmo sentido de Ibrahim, Santos afirma que a estruturação do movimento mahdista, capitaneado por Muhammad Ahmad, criou um espaço de interação entre os povos sudaneses, fazendo convergir diferentes conflitos que, acompanhado da fragilidade do domínio otomano-egípcio, resultou em ações integradoras entre as diferentes populações. Desta forma, percebe-se que os grupos étnicos<sup>2</sup> são fundamentais para os processos destacados. Os relatos dos missionários, assim como os dados etnográficos de Evans-Pritchard citados por Santos, que viam os “nativos” ora como “belicosos e não confiáveis”, ora como “atrevidos e guerreiros” (Santos: 77), apontam para a ideia que a autora lança no início do texto, a de que a empresa colonial não tinha certeza dos rumos

<sup>2</sup> Santos se refere às populações de origem *dinka*, *nuer*, *shilluk*, *niam niam*, *nuba* e *buri* (2013: 77), cuja discussão não cabe na proposta deste trabalho. Para aprofundar os estudos sobre grupos étnicos, suas definições e a forma como se explicam suas fronteiras, ver Barth. BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, pp. 25-67.

para os quais seguia, assim como para a noção de que o domínio colonial não era inexorável<sup>3</sup>. Santos aponta para a importância dessas populações locais nos processos de resistência e de luta, como por exemplo o papel dos *nuer* nas reações contra as *razias* otomano-egípcias, a proximidade maior dos povos *dinkas* com os missionários católicos, as redes de solidariedade que se estabelecia entre esses últimos contra outros povos, entre outras (Santos: 82-99).

Santos relembra os estudos de D. H. Johnson para afirmar a necessidade de se redimensionar o papel dos líderes religiosos sudaneses, a fim de analisar como conseguiram possibilitar a inserção e sobrevivência dos grupos nas três principais experiências políticas, religiosas e econômicas de controle sobre as populações, quais sejam: o domínio otomano, a *Mahdiyya* e o condomínio anglo-egípcio (2013: 84). É interessante pensar esses diálogos como uma forma de fugir à ideia generalizante de fundamentalismo, dando espaço às especificidades da região<sup>4</sup>. Santos afirma que as identidades étnicas e as relações de poder e de ocupação da terra ganharam diversas significações diante dos processos de interação, acomodação, sujeição e dos enquadramentos que foram realizados para a sobrevivência em contextos de grande interferência política como os aqui elencados. Assim, a escravidão pode ser vista

---

<sup>3</sup> Para uma leitura sobre as intenções coloniais e suas políticas criadas nas colônias, ver COOPER, F. Repertorios imperiales y mitos del colonialismo moderno. In: *Imperios: una nueva visión de la Historia universal*. Barcelona, Crítica, 2011, pp. 391-446.

<sup>4</sup> Mahmood Mamdani também se insere nessa discussão ao afirmar o erro das divisões coloniais, que categorizavam as populações sudanesas em grupos baseados na questão religiosa e de terra.

como um elemento de convergência entre esses povos, a exemplo disso, a união dos *dinka* e *shilluk* contra os *baggara*, traficantes de escravos nômades (Santos, 2013: 87-88).

Ainda nesse sentido, o que se observa hoje ao se estudar as estruturas políticas sudanesas pode ter como uma das primeiras manifestações, de acordo com a autora, as zeribas<sup>5</sup>, que estabeleceram ou reforçaram fronteiras entre diferentes povos do sul do Sudão, concorrendo amplamente com as missões cristãs, que buscavam agrupar os grupos étnicos, principalmente os *dinka*, em torno do projeto civilizatório católico, que acabou por se desfazer devido à maior adesão desses povos à *Madiyya*, pelo forte caráter de pregação que o *mahdi* conseguiu estabelecer entre os povos não muçulmanos (Santos, 2013: 88)<sup>6</sup>.

As divergências entre grupos religiosos, analisadas por grande parte da historiografia acerca da história do Sudão, também são analisadas por Patricia Teixeira Santos. Parte dos grupos *nuer* e *nuba* recusavam o islamismo, uma vez que os *baggara* eram muçulmanos. De tal maneira, inicia-se o processo de consolidação de uma oposição, reforçada pelo missionarismo em sua prática cotidiana e em seus relatos, que é

---

<sup>5</sup> As zeribas eram fortificações utilizadas inicialmente para o estoque do marfim sudanês que seria levado para o Egito. Porém, com o aumento do tráfico de escravos, passaram a servir de local de pouso para os escravos, e com o rendimento desse negócio, os traficantes passaram a submeter as populações próximas aos impostos e ao trabalho nas zeribas (Santos, 2013: 87-88).

<sup>6</sup> A autora destaca a relativa emergência das zeribas, as disputas regionais por mercado e poder e a deserção de soldados das tropas otomano-egípcias como fundamentais para uma maior adesão ao *mahdi*, que conseguiu criar uma nova forma de organização social, a fim de suplantar os laços entre otomanos, egípcios e outros povos do Sudão.

a de “povos negros” *versus* “povos islamizados”, levada adiante pelo domínio colonial anglo-egípcio (período entre 1898 e a independência do Sudão, ocorrida no início de 1956) e estendida até os dias de hoje<sup>7</sup>. De acordo com Mamdani, os processos de violência no Sudão atual, a exemplo do genocídio desenrolado durante os conflitos, têm como ponto de origem esse legado colonial de divisão em “tribos”. Outro motivo apontado pela autora, no decorrer do último capítulo, para o reforço dessa oposição pautada em conceitos de raça é o fato de que, durante o condomínio anglo-egípcio, oficiais de origem otomana, egípcia e do norte do Sudão ganharam postos comerciais e de “repressão ao tráfico” na província de Cordofan, ao mesmo tempo em que apoiavam o comércio escravista, gerando um aparato que potencializava o comércio de

<sup>7</sup> Com o acesso às fontes missionárias, no final do século XIX, destaca-se o uso de “categorias como “bárbaro”, “ansar”, “negro”, “árabe”, “branco”, criando novas e singulares enunciações que marcaram o processo genealógico do racismo que as práticas normatizadoras da administração anglo-egípcia incorporaram e reforçaram a fim de construir uma ordem, através da gestão de uma hierarquia de distinções raciais baseadas em pressupostos biológicos, religiosos e “civilizacionais” (Santos, 2013: 303). A Igreja, cumprindo seu papel como mediadora desses processos, cria, dentro do espaço da educação, a possibilidade de hierarquizar as diferentes populações do Sudão nas categorias supracitadas – às populações negras “não árabes” foram delegados os trabalhos manuais e agrícolas, e aos muçulmanos e cristãos do norte a integração na administração colonial, inserindo essa forma de controle na lógica do domínio colonial (Santos, 2013: *passim*). A partir disso, pode-se pensar como essas categorias, estáticas e em grande parte pautadas em definições racistas, são utilizadas até hoje, para definir e “entender” as diferentes formas de relações políticas e sociais no Sudão e no Sudão do Sul. Na obra citada anteriormente, Mamdani (2009: 06) cita o processo que chama de “racialização” realizado pela empresa colonial no Sudão, ao qual se pode responsabilizar o quadro da violência atual, que coloca a oposição entre “árabes de pele clara violentando negros africanos”, resultando na criação de oposições entre o que o autor chama de “identidades tribais”.

escravos. Além disso, lembra a campanha de combate à escravidão realizada por militares e agentes consulares europeus, que culpabilizava a figura do traficante “árabe muçulmano” como responsável por todas as questões relacionadas ao tráfico e à dominação dos povos africanos, ignorando a aparição, nas fontes, de personagens europeus – representantes oficiais ou não-oficiais da administração colonial – ligados ao tráfico.

Patrícia Teixeira Santos reforça, em sua conclusão, que dentro do contexto de transformações pelo qual passou o Sudão no período da *Mahdiyya*, sufis e cristãos europeus católicos conseguiram encontrar seu lugar em meio às disputas e interseções entre religião e economia no sul do Sudão. Essas interações se criavam de forma bastante porosa, permitindo movimentações e buscas de diferentes possibilidades, principalmente na negociação com o domínio otomano-egípcio (2013: 297). De qualquer maneira, a autora considera importante analisar o período do *mahdi* como um momento que conseguiu congregar e estabelecer uma série de relações entre diferentes grupos, como traficantes, povos nômades, ordens sufis e grandes comerciantes do Sudão, levando à constituição de um Estado que produziu ele mesmo essas diferentes categorias de sujeitos, que influenciavam na dinâmica da sociedade sudanesa. Isso possibilitou a integração de diversos elementos da experiência religiosa na política, ou seja, na criação de um estado islâmico, que levou à produção de “novas concepções a respeito de fronteiras, do sagrado e da assimilação e reelaboração de experiências políticas e culturais europei-

as”. Essas questões apontam, de acordo com Santos, para a singularidade do *mahdi* e à longevidade desse Estado (2013: 299).

Cabe ressaltar, a fim de conclusão, a importância que as discussões provocadas pelo estudo de Patricia Teixeira Santos podem adquirir para além das análises dos conflitos sudaneses e sul sudaneses, podendo ser utilizado para novos trabalhos quem pensem vieses mais globais, que engendram discussões envolvendo tradição e modernidade, ou o fundamentalismo atual, por exemplo. Estes temas aparecem, vez ou outra, com maior intensidade, principalmente quando retratados a partir de perspectivas engessadas, construídas fora do eixo sul-mundo, tornando necessárias novas análises, para as quais Patricia Santos nos serve de exemplo.

## Bibliografia

- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000
- COOPER, F. Repertorios imperiales y mitos del colonialismo moderno. In: *Imperios: una nueva visión de la Historia universal*. Barcelona, Crítica, 2011
- IBRAHIM, H. Iniciativas e resistência africanas no nordeste da África. In: BOAHEN, A (org.). *História Geral da África*, vol. VII. São Paulo: Editora Ática, 2010
- MAMDANI, M. *Saviours and Survivors: Darfur, Politics and the War on Terror*. Cidade do Cabo: HSRC Press, 2009.

Recebido em: 10/11/2016

Aceito em: 19/05/2017





## NOTA DE PESQUISA

# “MAIS TESÃO, MENOS ENCUAÇÃO”: O LAMPIÃO DA ESQUINA E A HOMOSSEXUALIDADE NO FINAL DA DITADURA

## “MORE TESION, LESS ENCUCATION”: THE CORNER'S LAMP AND A HOMOSEXUAL-LITY AT THE END OF THE DICTATORSHIP

Pesquisa coletiva PET História UFPR<sup>1</sup>  
*Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia*  
*Lauriane dos Santos Rosa*  
*Lucas Engel Sacht*  
*Mariana Fujikawa*

### Introdução

Anualmente, como parte das atividades do grupo PET-História, é realizada uma pesquisa coletiva. No ano de 2016, o tema escolhido foi o do jornal Lampião da Esquina, um jornal homossexual brasileiro publicado entre 1978 e 1981. A partir disso, os petianos se dividiram em quatro eixos para a pesquisa: um dos eixos focaria nas questões teóricas do jornal, tratando especificamente do seu funcionamento; outro eixo iria tratar das questões dos outros grupos do jornal, focando na questão

---

<sup>1</sup> Alunos integrantes do PET no decorrer da pesquisa: Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia, Bruna Trautwein Barbosa, Camila Quadros, Carolina Marchesin Moisés, Douglas Figueira Scirea, Lauriane dos Santos Rosa, Lucas Engel Sacht, Luccas Abraão de Paiva Vidal, Maria Victoria Ribeiro Ruy, Mariana Fujikawa, Mariana Mehl Gralak, Maurício Mihockiy Fernandez Martinez, Mayume Christine Minatogawa, Michel Ehrlich, Shirlei Batista dos Santos, Suellen Carolyne Precinotto, Thaís Cattani Perroni. Tutora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Senna Garraffoni.

dos negros; um eixo iria focar na presença das mulheres no Lampião da Esquina, e o quarto eixo iria tratar da presença ou ausência de transexuais e travestis no jornal.

Nesse sentido, estruturaremos essa nota de pesquisa da seguinte forma: primeiramente apresentaremos o eixo do funcionamento do jornal, comentando também sobre a imprensa alternativa. Em seguida, apresentaremos sobre os outros grupos, focando na questão dos negros. Após isso, trataremos das questões das mulheres no jornal, finalizando com a questão de travestis e transexuais. Por fim, apresentaremos algumas considerações finais.

### A Imprensa Alternativa

A criação da imprensa alternativa, também denominada como imprensa nanica ou marginal, foi fruto da intenção de muitos intelectuais de se desvincilharem de grandes jornais e publicações acadêmicas. Os jornais do cenário alternativo eram de pequeno porte, não dispunham de muitos recursos econômicos, “[...] mantiveram posição de forte e corajosa contestação à ditadura e tiveram e tiveram papel importante na veiculação das informações, que o regime procurava esconder a todo custo, e no debate de ampla gama de assuntos políticos, econômicos e culturais.” (KUCINSKI, 1991). Segundo Bernardo Kucinski, a imprensa alternativa surgiu

[...]da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à

universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos (...) A medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre os jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos. (KUCINSKI, 1991, p. 04)

É dentro desse cenário que surge o *Lampião da esquina*, um periódico mensal com uma tiragem de 10 a 20 mil exemplares e vendido em bancas espalhadas por todo o país. A ideia inicial da criação de um jornal voltado para a comunidade homossexual surgiu com a vinda de Winston Leyland, editor da revista *Gay Sunshine*, para o Brasil. Leyland despertou o interesse de vários intelectuais brasileiros na criação de um espaço destinado a um público considerado desviado, no qual o gueto era tido como local principal. O conselho editorial do jornal era formado por nomes como Darcy Penteado, Adão Costa, Aguinaldo Silva, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry. As primeiras publicações do periódico foram subsidiadas por amigos e colegas dos editores. Houve ainda a criação de uma editora denominada *Lampião*, que impulsionou a impressão do tabloide.

O nome do jornal remetia, segundo Green, a um estilo de “vida gay de rua, mas que aludia também à figura do rei do cangaço” (SIMÕES, 2006, p. 39). De acordo com um de seus editores, Aguinaldo Silva, o título do periódico surgiu depois de uma lista imensa de opções.

A alcunha de Lampião partiu da ideia de subversão, o símbolo da masculinidade era, e ainda é, impresso na figura cangaceira de Virgulino Ferreira. Colocar em cheque essa visão, juntamente com a ideia de luz e caminho, foi essencial para a escolha do nome do jornal.

A última publicação do jornal ocorreu em 1981. Houve muitos fatores que contribuíram para o fim do periódico, como conflitos editoriais internos, questões administrativas (especialmente relacionadas à publicidade e à distribuição) e culturais.

### **“Mas Um Jornal Homossexual, Para Quê? ”**

Logo na sua primeira edição, o *Lampião da Esquina* procurou demonstrar quais eram as suas grandes preocupações e para quem eram destinadas as páginas do periódico. Segundo Simões Júnior:

Assumir e orgulhar-se de sua homossexualidade, sair dos guetos, transitar como qualquer outro cidadão, ter livre arbítrio para escolher lugares de lazer, e, acima de tudo, expressar livremente sua sexualidade são temas constantes em *Lampião*. Em especial no primeiro ano de sua existência (1978), esta é a tônica do jornal. (SIMÕES, 2006, p. 40)

O Lampião, em sua edição número 0, publicada em abril de 1978, da qual foram impressas cinco mil cópias e distribuídas a um público selecionado aponta, em um editorial intitulado *Saindo do Gueto*, qual a finalidade da criação de um jornal gay:

[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive

nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. (LAMPIÃO, edição 01, p. 02)

*O gueto* era a preocupação inicial do Lampião, o periódico estava interessado em encarar o desafio de, enquanto uma publicação gay, se assumir e lutar para ser aceito num período onde as violências morais e físicas contra os homossexuais eram grandes. O público a quem se destinava era bastante diverso e com várias singularidades. O periódico, em busca da criação de uma consciência homossexual, falava de bichas, gays, entendidos, viados homossexuais, travestis, negros e mulheres. No entanto, cabe salientar que a figura homossexual masculina ganhava destaque e preponderância nas colunas, artigos e notícias do jornal. Segundo Green, a intenção do Lampião da Esquina não era a de criar uma identidade única da homossexualidade, mas sim buscar uma forma de identificação com aquele que o lê, principalmente dentro de um cenário onde a heterossexualidade é vista como única prática possível, tratando outros tipos de comportamentos como fugitivos à norma e como sinônimos de desvios e de pecado.

A homossexualidade, dessa forma, passa a ser encarada pelo jornal como uma alternativa legítima à heterossexualidade, que se tornava um campo mais sólido para se debater acerca de temas que eram até então colocados à margem da sociedade. O *Lampião da esquina* passou a iluminar um caminho obscuro, colocava um feixe de luz sobre aqueles

e aquelas que eram obrigados a se manterem na escuridão e no silenciamento. Segundo Rodrigues:

O Lampião deu a chance a uma parcela da sociedade de expressar seus pensamentos e seu modo de ser, criou um espaço para a discussão que não existia na grande imprensa. A coragem dos editores trouxe a esperança para aqueles que liam o jornal. O discurso do Lampião da Esquina é de não conformismo. (RODRIGUES, 2014)

Múltiplas identidades e representações permeavam as páginas de Lampião. O presente trabalho tem como objetivo principal trabalhar com essas questões e entender como e se o jornal Lampião da Esquina fez com que os outros grupos se sentissem representados e contemplados no jornal.

### **Os negros no jornal**

Nesse sentido, pode-se perceber no Jornal Lampião da Esquina um discurso que busca defender um objetivo maior, uma luta comum que envolveria todas as chamadas minorias oprimidas. Logo na edição zero esse elemento já é ressaltado:

Para isso [lutar para que os homossexuais sejam reconhecidos como seres humanos, que se assumam e sejam aceitos] estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos também ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias do Cur-

distão: abaixo aos guetos e o sistema (disfarçado) de párias. (LAMPIÃO, edição 0, p. 02).

Já na próxima edição, a de número um, esse tema é retomado. O enfoque agora é sobre as “Nossas gaiolas comuns”. Aqui, o que foi apresentado na edição zero é retomado e aprofundado. O objetivo comum e a luta maior, em conjunto, são retomados. Há, contudo, elementos novos, enriquecedores do debate e que permeariam todo o percurso do jornal. A ideia de uma “gaiola-blusa”, ou seja, os diversos discursos, preconceitos e mecanismos presentes numa sociedade machista, racista e homofóbica, em que todas essas minorias estariam presas, é o elemento central do discurso do jornal. Somente com a tomada de consciência de que todas as minorias estariam presas nessa gaiola-blusa é que seria possível superar as dificuldades numa luta comum geradas pelas especificidades de cada luta. Acerca disso:

A posição idealista e individualista de liberação deve ser superada: ou tentamos, todos juntos, abrir a porta da gaiola, ou permaneceremos lá dentro, cada um com a ilusão de que está numa gaiola particular. Isso não significa esquecer a singularidade da situação da mulher, ou de outras situações, mas implica em ter plena consciência da gaiola-blusa vestida por todos nós, cada um a sua maneira. Uma gaiola-blusa cuja exata finalidade é a de dar a impressão de ter sido feita sob medida, quanto basta olhar o mundo lá fora – e não apenas ser olhado e aceitar esse olhar – para perceber que, como tudo neste mundo em que vivemos, ela é produzida em série (LAMPIÃO, edição 01, p. 02).

Dessa forma, pode-se perceber que há uma consciência quanto a amplitude das opressões, representadas aqui na figura da “gaiola-blusa”,

na qual todos esses grupos estariam encarcerados. O grande ponto, portanto, seria a tomada de consciência e a luta contra essa “gaiola-blusa” comum, ambas conjuntamente entre as minorias.

Apesar de que, posteriormente, o termo minoria foi deixado de ser usado, pois o corpo editorial passou a entender que se tratava de um conceito pejorativo e permeado pelos discursos de poder, o objetivo de unificar as lutas dos agora denominados grupos discriminados, ou ao menos fortalecê-las e dar-lhes visibilidade, por meio da tomada de consciência e de uma luta comum, continuou. O que nos interessa aqui é saber como isso se deu, especificamente acerca dos negros e das negras.

A monografia de Ariana Mara da Silva, “Griôs sapatonas brasileiras e Lampião da Esquina: o contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita”, apesar de ter por objetivo analisar como, e se, o Lampião cumpriu sua proposta de dar voz, visibilizar, fortalecer as lutas comuns, especificamente acerca de mulheres lésbicas negras, trabalhando a partir da interseccionalidade, nos fornece, dentre outras coisas, uma importante base, uma direção e acerca das questões a serem feitas. O que nos interessa aqui, no entanto, não são exclusivamente as mulheres lésbicas negras, mas sim, pessoas negras, sejam homens ou mulheres, heterossexuais ou homossexuais. Nossa objetivo, portanto, é analisar se e como o jornal realizou sua proposta, apresentada acima, especificamente acerca das pessoas negras.

Um primeiro elemento a ser destacado é a composição do corpo editorial do jornal, que contava com apenas uma pessoa negra: Adão Acosta. Nesse sentido, nos parece que a explicação giraria em torno de

uma certa incompatibilidade entre movimentos negros e LGBT, especialmente acerca da interseccionalidade, além de uma centralidade das figuras brancas e masculinas. Acerca disso, Silva nos oferece uma explicação concisa.

O Lampião da Esquina como visto até o momento, propunha-se constantemente ao diálogo com os movimentos de grupos discriminados: Movimento Negro, Movimento Feminista, um incipiente Movimento Lésbico e o Movimento LGBT. Ainda assim é possível perceber que o tratamento das interseccionalidades é dificultado em alguns momentos pelo afastamento desses movimentos do jornal por não se identificarem com a causa LGBT e em outros porque o Conselho Editorial do jornal se fazia de “dono da bola. (p. 91).

Apesar ou justamente por essa pequena representatividade no corpo editorial e de uma efetiva centralidade acerca das questões em torno da homossexualidade masculina e branca, como pode ser percebida mesmo numa rápida análise do jornal, a proposta do Lampião de dar voz e fortalecer outros movimentos sociais oprimidos, nesse caso, aos negros e negras, foi relativa, visto que a visibilidade desses elementos no jornal foi um tanto quanto marginalizada e problemática. É verdade que em boa parte das edições, talvez mesmo na maioria, estão presentes artigos, entrevistas, cartas, etc, que tratam prioritariamente ou exclusivamente da questão racial; tantas outras vezes, essa questão está também presente em artigos que têm outros temas como principais. Essa presença, contudo, de maneira geral, era reduzida. Contava apenas, na maioria das vezes, com partes muito pequenas do jornal.

Nossa interpretação acerca disso é que, de modo geral, o jornal não se aprofundava o suficiente nas questões raciais. Ou seja, as análises e críticas eram quase sempre genéricas e superficiais. Especialmente as entrevistas com pessoas do movimento negro eram as exceções, pois, assim, traziam-se elementos mais aprofundados e embasados. Não queremos dizer que nas diversas vezes em que o jornal criticou a pretensa democracia racial e as “leis brancas”, não cumpriram com sua proposta e, principalmente, com uma função social. A questão é que, associado à baixa representatividade no conselho editorial, à centralidade de outros elementos e a relativamente baixa visibilidade, seriam necessários um embasamento e um aprofundamento muito maior nessas questões para que a proposta do jornal fosse alcançada. Dessa forma, pode-se dizer que a proposta do jornal, quanto aos negros e negras, foi parcialmente alcançada, visto todos os elementos acima apresentados.

### **Mulheres no Lampião da Esquina**

Além da questão dos negros e negras no jornal, focaremos também nas questões sobre as mulheres presentes nessas publicações. Como afirmam Schultz e Barros:

A sociedade ocidental fundamenta-se no dualismo, que classifica os indivíduos em homens e mulheres, posicionando-os em clara oposição. Esta divisão surge a partir de um histórico social responsável por análises estritamente biológicas sobre as questões de gênero. Atualmente se reconhece que, tão importante quanto à constituição biológica para a definição da sexualidade, são as características comportamentais e aspectos psicossociais que definem o indi-

víduo como um ser integrado ou não à sociedade. É por meio das nuances dessas definições que surgem movimentos sociais como o feminismo, o homossexualismo, o travestismo, entre outros, que vêm-na contestar todo o sexismo enraizado nessa sociedade heteronormativa. (SCHULTZ; BARROS, 2014, p. 49-63)

### *Bicha x Bofe*

Na ditadura militar, afirma Miskolci que no pátio tinha que formar filas de meninas e de meninos. Nisso, apareciam as brincadeiras dos meninos, que teriam de exercitar sua valentia (MISKOLCI, 2012). No regime ditatorial militar, Miskolci afirma que vivia sob uma ordem que girava em torno de um poder essencialmente masculino. Os supostos “homens de verdade” seriam os que desprezavam os homossexuais e exerciam seu poder sobre as mulheres. Como afirma Müller, os atributos dos homens seriam de força, virilidade, independência e potência sexual. (SANTOS, 2015, p. 138).

Com a abertura, como já afirmado, há a possibilidade de um maior debate sobre a homossexualidade. Porém, nesse momento, tanto a esquerda quanto a direita focavam em uma concepção heteronormativa da sociedade (SILVA, 2016, p. 5) o que implicava em uma naturalização dos papéis de gênero e das características supostamente naturais dos homens e das mulheres.

Assim, o Lampião da Esquina, em um primeiro momento, focou em fazer com que a imagem do homem homossexual fosse a de um homem culto, inteligente, masculinizado. Dessa forma, o homossexual “afeminado”, chamado de “bicha”, ou “boneca” era visto de forma infe-

rior. Isso é um aspecto de subjugação da mulher que era presente no jornal. O gay masculinizado, o “bofe”, era visto como algo positivo, enquanto a “bicha” era algo que o jornal desejava que fosse excluído da comunidade gay. Além disso, se o homem permanecesse no mesmo papel do suposto “homem verdadeiro” - ou seja, o papel ativo, dominante, que penetra - ele poderia ter relações sexuais com outros homens sem perder seu status social de homem. Isso porque alguns homossexuais desejavam se colocar como parte integrante da sociedade, ou seja, como algo normal, natural. Assim, eles focavam em manter, ainda que nas relações homoafetivas, um ideário do homem viril. Além disso, eles desejavam demonstrar uma postura de seriedade, e isso aparecia no Jornal. Havia, então, um discurso contra a frescura, contra a feminilidade. Este discurso pode ser percebido na carta de um leitor que não fala qual é seu nome, que afirma:

Gostei muito do número um e estou a fazer um pedido: um dos leitores solicitou um aumento da frescura e uma seção de Receitas do Prazer (...). Por favor, gente boa, nada disso! Sem frescura, pois aí cai de novo no riso e não leva a nada. (LAMPIÃO, edição. 02, p. 15)

Porém, apesar dessa visão ser uma das correntes no Lampião, é importante afirmar que havia opiniões contrárias a essa. Isto fica explícito, por exemplo, no artigo que o antropólogo Peter Fry questiona a carta de um leitor (José Alcides Ferreira), que havia criticado o excesso de supostas frescuras do jornal:

### História da imprensa baiana

Corro a defender **Little DarlingeTiraninho** que José Alcides Ferreira rejeitou como uma produção de uma “camarilha machista que só consegue se impor através do ridículo, da vulgaridade e do **beautifulpeople** indigesto do Sr. Anuar Farah e Cia” (Lampião,n.2). Não duvido, não, que a maioria das coisas que se produz numa sociedade basicamente machista carregam a mancha. Não duvido tampouco que a antiga distinção entre bichas e homens diz muito a respeito da dominação dos homens sobre as mulheres na cama e na vida cotidiana. (LAMPIÃO, Edição 04, p. 4)

Nessa mesma proposta, posteriormente o jornal cria uma coluna, chamada *Bixordia*, em que busca acabar com a seriedade e passam a adotar o uso da categoria *bicha* para se referirem a si próprios. Assim, como demonstra Butler, ainda que existindo um binarismo inicial do bofe e da bicha, as relações homoafetivas não reproduzem a heteronormatividade tal como nas relações hétero (BUTLER, 2015). Eles as transformam, brincam com elas, realizando uma paródia.

Apesar de uma posterior desconstrução do binarismo *bofe x bicha*, o Jornal Lampião ainda trazia aspectos problemáticos em relação ao espaço das mulheres. Nesse sentido, é interessante perceber que o corpo editorial inicial do Lampião era composto apenas por homens. Esse conselho editorial foi inicialmente formado por onze pessoas, todos homens e homossexuais, a maioria brancos (a exceção era Adão Acosta) e tinha como coordenador de edição Aguinaldo Silva. A tentativa de explicação dessa completa falta de mulheres no conselho editorial é dada pelo coordenador Aguinaldo Silva, que afirmou:

A ausência de mulheres em LAMPIÃO não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial; convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam a disposição. Uma das questões que o jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das mulheres a descriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais. (LAMPIÃO, Edição 0, p. 5)

Porém, essa explicação pode não ser satisfatória. Há a possibilidade de talvez as mulheres não se sentirem seguras em se posicionarem dentro de um jornal homossexual por uma questão até hoje recorrente: o Conselho Editorial era predominantemente masculino. Muitas mulheres podem ter se sentido acuadas pelo poder masculino dentro de um espaço intelectual por medo do silenciamento recorrente, e pela dificuldade de inserir seus argumentos e expressões em um ambiente masculinizado, ainda que homossexual (DAVID; ARRUDA, prelo). Há, então, em um primeiro momento, um maior silêncio sobre diversas questões lésbicas, de mulheres, mas também de questões como as trans e os negros e as negras. Sobre isso, afirma Ariana Silva que comenta:

É preciso entender que os silêncios expressam muito sobre o que é a sociedade. Durante muito tempo as mulheres foram relegadas a um silêncio ensurdecedor, situação que começa a mudar a partir do século XIX, quando muda o horizonte sonoro e torna-se comum a presença e fala feminina em lugares antes proibidos. (SILVA, 2015, p. 35)

Percebe-se, porém, com o passar das edições, que passa a existir uma maior visibilidade às mulheres no Lampião. Isso pode ser percebi-

do no número 5, em que o Lampião traz uma entrevista com Cassandra Rios, escritora lésbica, que teve cerca de trinta e seis livros censurados pela ditadura e que foi acusada de “atentado a moral e aos bons costumes” por seus livros de contos eróticos destinados ao público gay.

Na edição número 11, afirma Aguinaldo Silva que “o jornal se viu invadido pelas mulheres”, saudando a participação de um grande número delas na reunião de pauta “o que as mulheres devem (não) pensar e (não) fazer” (LAMPIÃO, Edição 11, p. 2). Mulheres passaram, então, a ocupar as páginas no *Lampião da Esquina*. Isso pode novamente ser percebido na edição número doze, porém a participação das mulheres dessa vez ocorreu de forma institucionalizada. As mulheres que militavam no grupo Somos se reuniram e escreveram uma matéria de cinco páginas no Lampião. Os temas tratados eram variados, e tratavam sobre o aborto, a masturbação feminina, o assassinato de mulheres. No caso do aborto, o jornal afirma:

A TV-Globo, no quarto episódio da série Malu Mulher, teve o mérito de levantar pela primeira vez nos meios de comunicação de massa a questão do aborto no Brasil. O programa mostra, de maneira muito verídica, como uma mulher de classe média pode resolver o problema de um filho não planejado. A maneira como o assunto é tratado neste episódio deixa a nu a hipocrisia com a qual a sociedade brasileira enfrenta o problema do aborto; apesar de ilegal, ele é acessível às mulheres que têm condições econômicas para submeter-se à escandalosa comercialização resultante desta ilegalidade jurídica. (LAMPIÃO, Edição 16, p. 18).

Ainda assim, o Jornal ainda focava muito nas questões da homossexualidade masculina. Margareth Rago demonstra que ao longo dos anos 70 com a entrada cada vez maior de mulheres no espaço acadêmico, novos temas considerados pertencentes ao ‘campo feminino’, fez com que as mulheres reivindicassem o seu lugar na História (RAGO, 1998, p. 89-98). E novas abordagens como o questionamento das identidades sexuais foram incorporadas a historiografia. As mulheres, então, viriam a criar mídias próprias voltadas a seus problemas, como o jornal feminista *Chana com chana* e o *Grupo Lésbico Feminista*. Além disso, outras publicações lésbicas despontam nos anos 1980 vinculadas a associações e organizações de militância, caso de *Boletim Amazonas*, *Xereca*, *Boletim Ponto G*, *Deusa Terra* e *Lesbertária*. (RAFEITOSA, 2014, p. 108)

### **Transexuais e travestis**

De forma semelhante aos outros grupos identitários, travestis e transexuais não tiveram grande destaque no jornal *Lampião da Esquina* já desde o seu início, apesar de algumas reportagens já mencionarem tais grupos em diversas situações, por exemplo, no número 01, três matérias falam sobre travestis, uma sobre o carnaval em Salvador, outra sobre prostituição e outra ainda sobre um filme protagonizado por uma “atriz-travesti” (LAMPIÃO, edição 01, p. 3-11). No entanto o tema não possuía grande destaque, situação que pouco mudou no decorrer das publicações.

É digno de nota que o termo “transexual” já era utilizado em alguns textos do jornal para se referir a esse determinado grupo do movimento LGBT. O que chama a atenção dado a situação ditatorial e moralista aliada à pouca oferta do procedimento cirúrgico no Brasil. A edição de número 32 do jornal traz em sua capa a manchete “Brasil, campeão mundial de travestis” e, para além da notícia da conquista das “bichas biônicas”, é quase exclusivamente dedicada a temas relacionados como o preconceito e a discriminação sofrida pelas travestis e pela própria repressão governamental a essas pessoas.

Com essa análise inicial, surgem algumas questões a serem respondidas: quando a revista começou a abordar mais as travestis e transexuais? De que forma o tema era abordado? Como o discurso da revista era usado para promover a aceitação de travestis e transexuais na sociedade? Antes de prosseguir, cremos ser interessante contextualizar o termo “travesti”, para isso tomamos como base o que é apresentado por Luiz Morando no livro *Didadura e homossexualidades*, organizado por James Green e Renan Quinalha:

[...] é forçoso esclarecer dois aspectos aos quais o termo travesti aparece ligado nesse período. Um deles se refere ao seu sentido etimológico: o que se traveste com roupas do sexo contrário. Neste caso, o termo é aplicável principalmente aos festejos de carnaval para homens que utilizam fantasias femininas, [...]. Outro sentido diz respeito à visibilidade que as travestis vão ganhando pela necessidade de expressar publicamente sua identidade de gênero. Neste caso, ao longo da década de 1960, o termo boneca, antes empregado para se referir às belas mulheres do *society*, passou

a ser utilizado como sinônimo de travesti.<sup>2</sup> (MORANDO; GREEN, QUINALHA, 2014, p. 69)

Cabe ainda chamar atenção para o uso do substantivo travesti apenas no gênero masculino, comumente empregado na imprensa da época. A opção pelo uso do gênero feminino neste texto se deve à intenção de acentuar a identidade de gênero do segmento, já naquele período. Apesar disso, essa opção pode soar anacrônica, pois a forma de expressão dessa identidade, entre as travestis, não se coadunava, naturalmente, com as formas atuais. Mesmo assim, havia modos peculiares de expressar essa identidade de gênero. (MORANDO; GREEN; QUINALHA, 2014, p. 70)

*Quando a revista começou a abordar travestis e transexuais?*

Como exposto anteriormente, desde o primeiro número o Lamião aborda essa temática, no entanto em comparação com outros temas que não a homossexualidade masculina, a temática de travestis e transexuais aparece em muito menor número nas matérias.

Segundo Natam Felipe de Assis Rubio:

De todas as edições, foram 180 páginas que relataram aspectos sobre a vida de travestis, a maioria, da cidade do Rio de Janeiro, seus trabalhos, a condição de indivíduos à margem da sociedade, a espetacularização deste sujeito, shows, relacionamentos amorosos, prostituição, violência e morte. (RUBIO, 2014, p. 02)

---

<sup>2</sup> O termo boneca aparece no jornal com frequência

Se considerarmos o primeiro número em maio de 1978 e o número 32, que traz a reportagem sobre as travestis brasileiras campeãs mundiais, em janeiro de 1981, vemos aí três anos para que o tema ganhe o maior destaque no jornal, a capa, além de oito páginas desse número para a temática em diversas abordagens.

A maioria das reportagens aborda filmes que tem atrizes travestis ou personagens principais travestis, por exemplo: além da já referida no número 01, aparecem menções a esses filmes nos números 15 e 16 de 1979. É digno de nota que “Travestis” aparece em uma capa, logo na quarta edição de 1978, no entanto o foco incide sobre a manchete da entrevista de Clodovil Hernandez. Ou seja, apesar de ser um tema secundário, ou secundarizado, no jornal ele pode ser interpretado como constante nos três anos de duração do Lampião, desde seu primeiro número até os últimos.

*De que forma o tema era abordado?*

Além da questão da violência e da prostituição que apareciam recorrentemente nas matérias sobre travestis e transexuais, muitas faziam referência e divulgavam filmes estrelados por atores e atrizes travestis e transexuais. Como já exposto, “travesti” era utilizado no masculino nos textos do Lampião, seguindo o padrão da imprensa da época, e também o termo transexual já figurava em algumas edições do jornal, ainda como “transexualismo” e não “transexualidade” como é utilizado de alguns anos para cá, dada a relação que a terminação “ismo” tem com a noção de patologia, doença, principalmente com relação a temas LGBTs.

Na primeira edição que traz “Travesti” na capa, a matéria referente à manchete traz um ensaio fotográfico encomendado pelo conselho editorial da revista. “Pode-se dizer e pensar o que quiser sobre o travesti mas uma coisa é, certa: além de ativa, a nossa rapaziada é criativíssima. Basta olhar” (LAMPIÃO, edição 04, 1978, p. 08). O texto da matéria é interessante, no sentido de que é uma entrevista com Jorge Alves de Souza, enquanto se prepara para ser Geórgia Bergston. O texto ressalta algumas dificuldades desse trabalho: “Salário de travesti é igual ao de gráfico de firma em decadência: esta sempre descendo. Se eu vivesse só de shows, estava roubado” (LAMPIÃO, edição 04, 1978, p. 09). “Mas a sobrevivência do travesti ainda é ameaçada por outros problemas. Para a polícia, por exemplo, ele é uma espécie de marginal. A própria carteira de ator que a Censura Federal emite não tem nenhuma validade” (LAMPIÃO, edição 04, 1978, p. 09). Por fim, Jorge parece fazer coro ao ideal de identidade homossexual masculina almejada pelo Lampião:

Sempre preocupado em retocar a maquiagem, Jorge faz uma ressalva: detesta frescura - Acho um horror esse negócio de uiuiui, aiaiai. Isso é falta de personalidade. Detesto bicha miau Mas também não condeno ninguém, acho que quem vive condenando as pessoas que não são iguais a ele é reacionário e mau caráter; afinal, as pessoas que se dizem mais normais estão ai, desabando no divã do analista”. (LAMPIÃO, edição 04, 1978, p. 09)

Algo curioso de se notar é a marginalidade de um texto sobre o fim das cirurgias de mudança de sexo nos EUA no número 16 do jornal em 1979. A matéria, intitulada de “Transexualismo no fim” dentro da

coluna “Bixórdia”, traz um brevíssimo relato sobre o único hospital dos EUA que ainda realizava o procedimento. A matéria logo abaixo desta, na mesma coluna, aborda um filme estadunidense que vinha sendo repriseado constantemente na Rede Globo no horário das 23 horas e possui o mesmo tamanho que a anterior. (LAMPIÃO, edição 16, 1979, p. 16)

Em uma charge no número anterior do jornal, mas dessa vez na página final, o tema aparece de forma diferente. “A FAMÍLIA UNIDA (Ou, como costumavam dizer nossos genitores, “tal pai, tal filho” utiliza da ironia e do humor para apresentar uma inversão de uma situação que seria esperada e que é mais comum do que a apresentada nos quadrinhos, nos quais uma pessoa assume-se travesti para os pais, cujos papéis de gênero aparecem invertidos, tendo em vista o que é tido como comum na sociedade (LAMPIÃO, edição 16, 1979, p. 20) É difícil precisar o objetivo da charge, se meramente humorístico, e, portanto, transfóbico; ou de modo a utilizar esse tipo de discurso “invertido” para causar reflexão no público leitor.

De modo mais resoluto, Rubio afirma que o jornal não possuía quaisquer tendências inclusivas quanto a travestis: “A impressão que se teve é a de que, mesmo sendo um jornal homossexual, o sujeito travesti ainda era estigmatizado, ganhando coerência e sentido a partir da matriz heterossexual” (RUBIO, 2014, p. 02). Defende esse ponto de vista com algumas citações muito demonstrativas, por exemplo a resposta de João Antônio Mascarenhas a um amigo que afirmava que lamentava o desprezo do Conselho Editorial para as “bichas pintosas” e “travestis”:

Quando o homossexual fala com voz de falsete, faz alde-  
manes alambicados, dá gritinhos e requebra os quadris, ele,  
sem se dar conta, está, de um lado, imitando a mulher obje-  
to-sexual, a mulher cidadã de segunda classe, a mulher ide-  
alizada pelos machistas e, por outro lado, por deixar de  
aceitar sua orientação sexual com naturalidade (pois a efe-  
minação é evidentemente artificial) acha-se a fornecer ar-  
gumentos aos machistas que se negam a admiti-lo como  
um homem comum, que usa sua sexualidade de forma não  
convencional. (LAMPIÃO, edição 04, 1978, p. 09)

Fica nítida uma tentativa de construção e reforço da identidade homossexual masculina apartada de manifestação “afeminadas”, como já abordado anteriormente. Isso também possui consequências sobre o discurso sobre travestis no Lampião.

*Como o jornal contribuía para a inserção de travestis e transexuais na sociedade brasileira?*

Do ponto de vista da representatividade, as menções a filmes que possuíam protagonistas travestis e transexuais pode ser vista como algo que poderia contribuir para a inclusão social. No entanto cabe também analisar os espaços que estas matérias ocupavam nos jornais. Com base em Giovana Montes Celinski e Ivania Skura:

[...] o formato físico da mídia impressa ressalta o aspecto visual do texto, como o tipo de papel, as cores, fontes e os recursos visuais utilizados, assim como o posicionamento dos elementos na página. O design da publicação facilita a leitura das informações e, desta forma, é essencial considerá-lo quando se realiza pesquisa científica sobre determinado periódico. (CELINSKI; SKURA, 2016)

Além disso, a já mencionada identidade homossexual masculina almejada pelo jornal, como já exposto, possuía impacto direto sobre as temáticas travestis e transexuais, chegando a marginalizar propositadamente indivíduos que não se encaixassem nesse padrão.

Dessa forma, destacamos a questão dos espaços que os textos referentes a travestis e transexuais ocupam no jornal, variando entre espaços relativamente centrais e espaços à margem das páginas, até a já citada capa. Mais uma vez retornando ao número 32, o impacto de um título mundial no esporte mais popular do país conquistado por uma equipe de travestis estar estampado na capa do jornal pode ser visto como um fato de extrema importância. Entretanto, a circulação restrita do jornal pode ser um empecilho, além do seu público alvo.

Assim, apesar de que se pode considerar a presença do tema no jornal como uma forma de representatividade, o jornal cria um modelo identitário a ser imposto e seguido por esses grupos: aquele que “se traveste numa boa”, “que não possui sequer vontade de ser mulher” alia-se a isso a marginalização espacial que os textos referentes sofrem na maioria dos números do jornal.

## Conclusão

O impresso alternativo *O Lâmpião da Esquina* marcou significativamente a história da imprensa nacional. A sua proposta era:

Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os

quetos e o sistema (disfarçado) de párias. (*Lampião da Esquina*, n. zero, p. 2)

O lampião desconstruiu diversos aspectos. Buscou retirar o binarismo entre bofes e bonecas. Em um primeiro momento, com um editorial completamente masculino, não focou em aspectos relativos às mulheres e não abriu muitos espaços de falas para elas. Porém, nas edições vindouras, houve uma maior abertura e as mulheres passaram a fazer parte de mais sessões do jornal. Essas reportagens falavam de temas interessantes, como o aborto, e o prazer feminino, o que eram essenciais para a possível desconstrução de temas considerados tabus.

Ainda assim, o Jornal possuía um foco de falar sobre a homossexualidade masculina. Assim, feministas, lésbicas, negras, negros, trans, passaram a procurar e passaram a criar outros locais de convivência, de militância, e de publicações mais específicas as suas lutas. É importante ressaltar que a militância gay nem sempre foi acolhedora com as mulheres, com as lésbicas, negras e negros, bis ou trans, mas isso não as e os impediu de se oporem às opressões das sociedades, de lutar, de criarem formas de solidariedade e de resistência.

## Bibliografia

BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.

CELINSKI, Giovana Montes. SKURA, Ivania. “Mídia impressa, Comunicação e História: breves considerações e aproximações” GT de Historiografia da Mídia, integrante do 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul | 2016.

DAVID, S. W. ARRUDA, V. M. “*A homossexualidade estampada: O jornal Lampião da Esquina e a luta LGTB*. No prelo.

FERREIRA, C. *Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina*. In: Revista ALTERJOR. Nº 01, VOL 01. Janeiro, 2010.

GREEN, “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. ” *Cadernos Pagu*, n.15, 2000.

GREEN, J. N & QUINALHA, R. (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionário: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. São Paulo: Autêntica Editora, 2012.

RAFEITOSA, R. A. S. *Linhas e entrelinhas: homossexualidades, categorias e políticas sexuais e de gênero nos discursos da imprensa gay brasileira*. 275f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

RAGO, M. Descobrindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n.11, 1998.

RUBIO, N. F. A. Dizibilidades travestis: imagens e enunciados na imprensa. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – RIO, 2014, Rio de Janeiro. Anais do XVI encontro regional de história DA ANPUH – RIO: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, W. S. “O movimento LGBT no Brasil (1978-1981): um estudo sobre o Jornal Lampião da Esquina. *Temática*, ano XI, n. 08. Agosto/2015. NAMID/UFPB.

SILVA, A. M. *Griôs Sapatonas Brasileiras e Lampião da Esquina*. Trabalho de Graduação (Bacharelado em História) – Setor Ciências Humanas, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

SILVA, N. F. “Masculinidades Hierarquizadas: entre o “gay macho” e a “bicha louca”, performances de gênero nos anos 1970”, *Revista de Artes e Humanidades*, n. 14, maio-outubro, 2016

SIMÕES JÚNIOR, A. C. ‘... *E havia um lampião na esquina*’- *Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980)*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Rio de Janeiro: UNIRIO. 2006.

SCHULTZ, L.; BARROS, P. M. O lampião da esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba, v. 15, n. 36, p. 49-63, jan. /abr. 2014.

SCHULTZ, L. *O Lampião da Esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970*. In: VIII Encontro Nacional de História da Mídia, Guarapuava, 2010.

Recebido em: 21/07/2017

Aceito em: 27/07/2017

## NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista *Cadernos de Clio* aceita artigos, resenhas bibliográficas, filmicas e musicais em português, inglês ou espanhol, ensaios fotográficos, ilustrações e relatos de docência.
2. Os artigos terão tema livre, desde que dentro do campo historiográfico ou que dialogue com o mesmo.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia e título, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
4. As resenhas bibliográficas deverão ser de livros publicados no Brasil nos últimos 03 anos e de livros publicados no exterior nos últimos 05 anos. Deverão ter no máximo 05 páginas (formato A4), utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
5. As resenhas filmicas devem ser de arquivos audiovisuais de clara relevância para a divulgação do conhecimento histórico, realizados no Brasil nos últimos 10 anos ou realizados no exterior nos últimos 15 anos. Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
6. As resenhas musicais devem ser de músicas ou álbuns a partir dos quais o autor consiga estabelecer uma reflexão histórica, realizados no Brasil ou no exterior, sem restrição de data. Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
7. Os ensaios fotográficos devem conter no máximo 06 páginas, sendo que uma destas deve ser obrigatoriamente utilizada para o

título e o resumo do projeto demonstrando sua relevância para a História. Fica a critério do autor se deseja mandar 05 imagens, na disposição de uma por página, ou 10 imagens, na disposição de duas por página. Os arquivos devem estar em formato .doc.

8. As ilustrações devem se restringir a 01 página, contendo o título abaixo da mesma, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado.

9. Os relatos de experiência docente em História ou de estágio na área têm como limite (incluindo elementos pré e pós-textuais) de 8 a 15 páginas e seguem as mesmas normas de formatação dos artigos.

10. Serão aceitos artigos e resenhas de graduandos ou graduados dos cursos de História ou de áreas afins desde que os trabalhos dialoguem com temáticas relacionadas a historiografia, sempre sob orientação e com aval do(a) professor(a) orientador(a) (Anexo 1). O aval deve ser anexo no ato da submissão do artigo na plataforma como ‘documento complementar’. Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.

11. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial da *Cadernos de Clio*. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista e/ou às configurações do suporte *on line*. Portanto, artigos e resenhas que forem aprovados e não imediatamente publicados, ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.

12. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.

13. Os autores serão notificados da recepção das colaborações e desenvolvimento do processo de avaliação.

14. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade da publicação a *Cadernos de Clio*, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material publicado em futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de direitos à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

**Normas técnicas para apresentação dos materiais:**

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito exclusivamente pelo sistema SER/UFPR (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/clio>). Deverá ser informado na plataforma o e-mail, a situação acadêmica do(a) aluno(a) (período e vinculação), link do lattes (se possuir) e nome do(a) professor(a) orientador(a).
2. Os artigos em português deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estrangeira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.
3. Os artigos em inglês deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em inglês, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou espanhol; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em inglês e sua respectiva versão na língua escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.
4. Os artigos em espanhol deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em espanhol, contendo até 150

palavras, acompanhado de sua versão em português ou inglês; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida; e (d) da carta de aval do(a) professor(a) orientador(a) do artigo.

5. Para resenhas de filmes, devem constar as seguintes informações ao início do texto: Título do filme em português (Título original). País de origem, ano de lançamento, Duração (em min.). "Dirigido por"• Nome do Diretor.

6. Para resenhas de músicas, devem constar as seguintes informações ao início do texto: SOBRENOME, Nome(s) do(s) Compositor(es). Título da música (ou faixa de gravação). Seguidos da expressão In:, e da referência do documento sonoro no todo (SOBRENOME, Nome do Intérprete. Título do álbum. Local: Gravadora, ano.) No final da referência, deve-se informar o tipo de suporte do documento (CD, Web etc.).

7. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais ou comprovação de que esteja em domínio público.

8. No caso de ensaios fotográficos, é necessária apresentação do título da obra e texto que a apresente, contendo a conceituação e metodologia da execução das imagens, não superior a uma página.

9. Os relatos de experiência docente em História ou de estágio na área deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estrangeira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida.

10. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.

11. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawm, 2003) ou (Hobsbawm, 2003: 30). Diferentes títulos do

mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).

12. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo a ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.

13. Os arquivos não poderão ter qualquer informação que identifique a autoria, sob pena de eliminação do processo seletivo da revista.

## **INFORMAÇÕES:**

[cadernosdeclio@gmail.com](mailto:cadernosdeclio@gmail.com) (Comissão Editorial)

<http://pethistoriaufpr.wordpress.com>

<https://www.facebook.com/PetHistoriaUfpr/>